



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**FERNANDA MENDONÇA DE OLIVEIRA**

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF  
NO PORTAL g1 (2014 – 2016) E SEUS IMPACTOS NA CONSCIÊNCIA  
SOCIAL BRASILEIRA**

Uberlândia

2026

FERNANDA MENDONÇA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF  
NO PORTAL g1 (2014 – 2016) E SEUS IMPACTOS NA CONSCIÊNCIA  
SOCIAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Mário Borges Netto

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof. Dr. Mário Borges Netto  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

---

Prof. Dr. Fábio Pessoa Vieira  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Uberlândia  
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48  
2026 Oliveira, Fernanda Mendonça de, 1967-  
A construção discursiva do impeachment de Dilma Rousseff no portal g1 (2014 - 2016) e seus impactos na consciência social brasileira [recurso eletrônico] / Fernanda Mendonça de Oliveira. - 2026.

Orientador: Mário Borges Netto.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.373>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Borges Netto, Mário ,1986-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.  
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 21/2026/974, PPGED				
Data:	Vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	16:19
Matrícula do Discente:	12412EDU012				
Nome do Discente:	FERNANDA MENDONÇA DE OLIVEIRA				
Título do Trabalho:	"A construção discursiva do impeachment de Dilma Rousseff no portal g1 (2014 – 2016) e seus impactos na consciência social brasileira"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Formação da classe trabalhadora nos séculos XX e XXI!"				

Reuniu-se, através da sala virtual Google Meet (<https://meet.google.com/dox-btggk-ahw>), a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Fabio Pessoa Vieira - UFBA; Carlos Alberto Lucena - UFU e Mario Borges Netto - UFU, orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Mario Borges Netto, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Borges Netto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/04/2026, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/04/2026, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Pessoa Vieira, Usuário Externo**, em 14/05/2026, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7209210** e o código CRC **50A004AC**.

*Dedico esta dissertação à Dilma Rousseff, primeira mulher Presidenta do Brasil. Que a sua trajetória continue a desafiar as estruturas que ainda temem as mulheres no poder.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação é o resultado de uma construção coletiva, atravessada por afetos, superações e apoios fundamentais que me sustentaram ao longo desta jornada.

Aos meus filhos, Maria Fernanda e João Eduardo, pelo suporte incondicional. Sem o amor deles, que com paciência ouviram minhas queixas, meus medos, minhas dúvidas, me ensinaram muito todos os dias. Ao meu esposo Luciano, que esteve presente nesta caminhada, mesmo quando era necessária minha ausência. Em especial, agradeço à memória de minha mãe, Maria Neuza. Embora a demência tenha tentado silenciar suas lembranças, ela jamais pôde apagar a marca que sua vida deixou em mim. Dedico cada palavra desta conquista à mulher que me ensinou tudo, mesmo quando já não se lembrava de quem eu era. Você vive em cada linha deste estudo. Sua força de outrora foi o que me manteve de pé; este título é, em grande parte, uma homenagem à senhora.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGED, pela excelência nas disciplinas e pelas provocações intelectuais que expandiram meus horizontes teóricos. Cada aula foi um degrau fundamental na construção do meu olhar crítico.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pelo espaço de formação pública, gratuita e de excelência. Em especial, expresso minha gratidão ao Reitor, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, que foi meu colega de graduação em História nos anos 90. Agradeço ao Carlos Henrique pelo apoio e incentivo necessário à realização desta pesquisa, celebrando a trajetória que nos une a esta renomada instituição desde a nossa formação inicial.

À equipe administrativa do programa, pela competência e presteza. Agradeço aos secretários e técnicos Ali e James que, com cordialidade, auxiliaram na resolução das questões burocráticas, tornando o percurso acadêmico mais organizado e acessível. Sempre tão gentis.

À Adriana, Maria Helena e Miviane, companheiras de vida e esperanças, desde os tempos de graduação, cuja presença constante e carinho transformaram esses 35 anos em uma travessia compartilhada e inesquecível. Aos meus colegas de mestrado, Felipe, Gerusa, Juliene, Laura, Mariana, Mayara e Naiana, concretizando esse sonho pelas trocas sinceras, pelo carinho constante e incentivador nos momentos mais desafiadores dessa caminhada. À Maria Valdete e a todas as colegas de trabalho da EMEI Professora Maria

Claro, que sempre muito atenciosas, confiaram e ajudaram a trilhar essa caminhada. À Amanda, pela generosidade e parceria essenciais nas fases desta pesquisa. Seus 'olhos de lince' foram fundamentais para lapidar as reflexões aqui apresentadas. Obrigada por dividir comigo sua inteligência, seu tempo e sua atenção e por ser esse suporte tão perspicaz e atento. E, é claro, aos pequenos alunos da Educação Infantil. Conviver com a pureza do aprendizado na primeira infância renova, diariamente, meu compromisso com uma educação que forme sujeitos conscientes e cidadãos críticos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que a voz desta professora-historiadora se transformasse em ciência.

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como o portal g1, do Grupo Globo, construiu discursivamente, entre 2014 e 2016, uma narrativa pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, identificando suas implicações para a construção da consciência social e crítica no Brasil. Em face disso, foram delimitados cinco objetivos específicos: i) compreender como os discursos do portal g1, no contexto do impeachment de Dilma Rousseff, contribuíram para formar a opinião pública e reforçar relações de poder na sociedade brasileira; ii) analisar o impeachment da presidenta como expressão da crise da democracia brasileira, evidenciando suas bases estruturais, o papel das elites e das instituições e sua inserção no contexto neoliberal; iii) descrever o portal g1 como cenário central da investigação, compreendendo como sua cobertura do impeachment construiu narrativas públicas que influenciaram a consciência social brasileira e mapear os enquadramentos jornalísticos adotados entre 2014 e 2016; iv) analisar como o portal g1, na cobertura do impeachment, constrói uma narrativa hegemônica e influi na formação da opinião pública e, por fim; v) identificar como a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff no portal g1, evidenciou estratégias discursivas que constroem uma narrativa de inevitabilidade e legitimação do processo. O aporte teórico que sustentou o estudo tem entre os autores: Foucault (1996), Pierre Bourdieu (1989), Jürgen Habermas (1984), Teun Van Dijk (2008, 2016), Walter Lippmann (2008), Fenanda Dantas (2019). A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa, com orientação interpretativa, descritiva e crítica. O principal procedimento metodológico adotado foi a análise de conteúdo, operacionalizada por meio da análise discursiva. A pesquisa iniciou-se com a seleção de 50 reportagens do portal g1 sobre o impeachment de Dilma Rousseff, publicadas entre 2014 e 2016, sendo posteriormente delimitado um corpus final composto por 6 textos centrais. Sobre esse conjunto aplicou-se o método proposto por Bardin (2016), a partir da definição de categorias como Poder, Naturalização, Formação da Opinião, Controle dos Grupos sobre as Mentes, Espetáculo Público e Vítima da Opinião. Os resultados evidenciaram a atuação articulada de três macroestratégias discursivas na cobertura do g1, responsáveis por construir a narrativa de inevitabilidade e legitimação do impeachment. A primeira macroestratégia sustentou a ideia de desfecho único ao intensificar, ao longo de 2014 a 2016, enquadramentos como ingovernabilidade, perda de apoio e colapso. A segunda despolitizou a crise ao traduzir o conflito para uma gramática técnico-jurídica, reforçada por especialistas e por um discurso de neutralidade. A terceira personalizou o Estado ao deslocar a explicação da crise para traços atribuídos à presidenta, ressignificando características e produzindo uma deslegitimação simbólica que se consolidou por repetição lexical e sincronização narrativa. Portanto, o estudo concluiu que a cobertura do g1 sobre o impeachment de Dilma Rousseff contribuiu para naturalizar a ruptura institucional, apresentando o afastamento como solução inevitável e tecnicamente justificada. Além disso, mostrou que a narrativa construída pelo portal despolitizou a crise, personalizou o Estado na figura da presidenta e reforçou formas de violência simbólica, influenciando a percepção pública sobre a legitimidade do processo.

**Palavras-chave:** Educação; Impeachment de Dilma Rousseff; Cobertura jornalística; Portal g1; Consciência social e política.

## ABSTRACT

The general objective of this research is to analyze how the g1 website, from the Globo Group, discursively constructed a pro-impeachment narrative regarding President Dilma Rousseff between 2014 and 2016, identifying its implications for the construction of social and critical consciousness in Brazil. In light of this, five specific objectives were delineated: i) to understand how the discourses of the g1 website, within the context of Dilma Rousseff's impeachment, contributed to shaping public opinion and reinforcing power relations within Brazilian society; ii) to analyze the president's impeachment as an expression of the crisis of Brazilian democracy, highlighting its structural foundations, the role of elites and institutions, and its insertion into the neoliberal context; iii) to describe the g1 portal as the central setting of the investigation, understanding how its coverage of the impeachment constructed public narratives that influenced Brazilian social consciousness, and to map the journalistic frames adopted between 2014 and 2016; iv) to analyze how the g1 website, in its impeachment coverage, constructs a hegemonic narrative and influences the formation of public opinion; and, finally, v) to identify how the coverage of Dilma Rousseff's impeachment on the g1 website evidenced discursive strategies that construct a narrative of inevitability and legitimation of the process. The theoretical framework supporting the study includes authors such as Foucault (1996), Pierre Bourdieu (1989), Jürgen Habermas (1984), Teun van Dijk (2008, 2016), Walter Lippmann (2008), and Fernanda Dantas (2019). The methodological approach of this research is qualitative, with an interpretive, descriptive, and critical orientation. The primary methodological procedure adopted was content analysis, operationalized through discourse analysis. The research began with the selection of 50 news reports from the g1 website regarding the impeachment of Dilma Rousseff, published between 2014 and 2016, subsequently delimiting a final corpus composed of 6 central texts. The method proposed by Bardin (2016) was applied to this dataset, based on the definition of categories such as Power, Naturalization, Opinion Formation, Control of Groups over Minds, Public Spectacle, and Victim of Opinion. The results evidenced the articulated action of three discursive macro-strategies in g1's coverage, responsible for constructing the narrative of inevitability and legitimation of the impeachment. The first macro-strategies sustained the idea of a foregone conclusion by intensifying, from 2014 to 2016, frames such as ungovernability, loss of support, and collapse. The second depoliticized the crisis by translating the conflict into a technical-legal grammar, reinforced by experts and a discourse of neutrality. The third personalized the State by shifting the explanation of the crisis to traits attributed to the president, resignifying characteristics and producing a symbolic delegitimation that was consolidated through lexical repetition and narrative synchronization. Therefore, the study concluded that g1's coverage of Dilma Rousseff's impeachment contributed to naturalizing the institutional rupture, presenting her removal as an inevitable and technically justified solution. Furthermore, it demonstrated that the narrative constructed by the portal depoliticized the crisis, personalized the State in the figure of the president, and reinforced forms of symbolic violence, influencing public perception regarding the legitimacy of the process.

**Keywords:** Educacion; Impeachment of Dilma Rousseff; Journalistic coverage; g1 website; Social and political consciousness.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução Temporal da Construção da Inevitabilidade (2014-2016) .....	120
<b>Gráfico 2</b> - Indicadores Discursivos da Construção da Inevitabilidade .....	123
<b>Gráfico 3</b> - Mecanismos de Despolitização da Crise .....	127
<b>Gráfico 4</b> - Ressignificação de Características Pessoais (2011 vs 2015-2016) .....	132
<b>Gráfico 5</b> - Sincronização das Três Macroestratégias Discursivas (2014-2016) .....	137
<b>Gráfico 6</b> - Vocabulário-Chave por Macroestratégia Discursiva .....	141

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Corpus Geral Da Pesquisa Cobertura Jornalística (g1) Impeachment .....	94
<b>Tabela 2</b> -Segundo Afunilamento 18 Reportagens do g1 .....	97
<b>Tabela 3</b> - Reportagens selecionadas .....	99
<b>Tabela 4</b> - Categorias centrais da pesquisa .....	100

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

g1 – Portal de Notícias do Grupo Globo

VPR – Vem Pra Rua

EB – Endireita Brasil

BL – Brasil Livre

ABC Paulista – Região industrial localizada no sudeste da capital paulista (São Paulo), formada originalmente por Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

COLINA – Comando de Libertação Nacional

VAR – Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

ARENA – Aliança Renovadora nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

PODEMOS (PODE) – partido político brasileiro

PATRIOTA – Partido político brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

REDE – Rede Sustentabilidade

PSL – Partido Social Liberal

COMSCORE – Empresa referência global em análise de audiência, que mensura o consumo de conteúdo em todas as telas, oferecendo dados estratégicos sobre o mercado digital, televisivo e cinematográfico.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 DISCURSO, OPINIÃO PÚBLICA E PRÁTICA SOCIAL</b> .....	<b>21</b>
1.1. O DISCURSO COMO ARENA DE PODER .....	22
1.2. A ESFERA PÚBLICA E A FABRICAÇÃO DA OPINIÃO .....	29
<b>2 CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA</b> .....	<b>39</b>
2.1 O BRASIL E AS TENSÕES ESTRUTURAIS .....	41
2.2 O IMPEACHMENT COMO FERRAMENTA POLÍTICA.....	55
2.3 A OPERAÇÃO LAVA JATO E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA .....	64
<b>3 CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO</b> .....	<b>77</b>
3.1. O PORTAL g1 COMO PALCO DA NARRATIVA NACIONAL .....	79
3.2. A GRANDE QUESTÃO: QUANDO O JORNALISMO MOLDA REALIDADES .....	88
3.3 COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS .....	93
<b>4 ANÁLISE COMPLETA DAS SEIS REPORTAGENS</b> .....	<b>103</b>
4.1 CATEGORIA 1: FORMAÇÃO DA OPINIÃO .....	104
4.2 CATEGORIA 2: CONTROLE DE GRUPOS SOBRE AS MENTES .....	106
4.3 CATEGORIA 3: ESPETÁCULO PÚBLICO .....	109
4.4 CATEGORIA 4: NATURALIZAÇÃO.....	110
4.5 CATEGORIA 5: PODER.....	112
4.6 CATEGORIA 6: VÍTIMA DA OPINIÃO .....	114
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>119</b>
5.1 A CONSTRUÇÃO DA INEVITABILIDADE: TRAJETÓRIA TEMPORAL DE UM FECHAMENTO SEMÂNTICO.....	119
5.2 OS INDICADORES DA INEVITABILIDADE: ARQUITETURA DE UMA NARRATIVA DETERMINÍSTICA .....	123
5.3 A DESPOLITIZAÇÃO DA CRISE: TRANSMUTAÇÃO DO POLÍTICO EM TÉCNICO-JURÍDICO .....	127
5.4 A PERSONALIZAÇÃO DO ESTADO: RESSIGNIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS E REESCRITA DA HISTÓRIA .....	131
5.5 A SINCRONIZAÇÃO DAS MACROESTRATÉGIAS: OPERAÇÃO INTEGRADA E REFORÇO MÚTUO.....	136
5.6 O VOCABULÁRIO-CHAVE: ÍNDICES LEXICAIS DAS MACROESTRATÉGIAS .....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>149</b>

## INTRODUÇÃO

O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido entre os anos de 2015 e 2016, constituiu um dos momentos mais emblemáticos da história política recente do Brasil. Para além das disputas institucionais e jurídicas que marcaram o período, a cobertura realizada pelos meios de comunicação desempenhou um papel central na dinâmica do processo político, contribuindo para a conformação de uma opinião pública amplamente favorável à retirada da presidenta do cargo.

Segundo Oliveira (2016), durante o percurso político que culminou no impeachment, tornou-se evidente a influência da mídia na formação de uma opinião pública favorável à destituição do governo então vigente. Tal influência foi marcada por uma suposta neutralidade e diversidade de vozes no noticiário, que, na prática, mascarava a atuação dos setores econômicos, os principais interessados na disputa política em curso. Oliveira (2016, p. 85) ainda destaca que:

Por se tratar de um sistema de mídia, peça importante da engrenagem do grande sistema político-econômico-social, os meios de comunicação possuem um *modus operandi*, com códigos e regras próprias, mas atravessado por outras lógicas do sistema de poder (político, econômico e social).

Os meios de comunicação, enquanto elementos estratégicos da organização político-econômica, operaram sob códigos e protocolos internos que não eram isolados. Ao contrário, eram marcados pelas influências e hierarquias que caracterizavam o sistema de poder econômico contemporâneo.

Entre os principais agentes dessa construção discursiva, destaca-se o Grupo Globo, cuja atuação foi central na conformação dos sentidos sociais atribuídos à formação da audiência brasileira. Fundada em abril de 1965, na cidade do Rio de Janeiro, a emissora consolidou-se como um dos principais vetores de influência no campo jornalístico e como referência na formação da opinião coletiva, sobretudo nos períodos mais conturbados do cenário político nacional. Soares e Rodrigues (2019, p. 12) discutem que a emissora demonstra que:

Seu posicionamento político, que pode ser percebido no decorrer de sua história evidencia a grande troca de interesses econômico e político envolvida entre estado, grandes empresas e o Grupo Globo de Comunicação, a procura de investimentos e parcerias público privadas. A Rede Globo influencia nos padrões de consumo a gerações, induzindo na cultural e nos estilos de vida. Conquistou sua hegemonia no cenário de produção brasileira e reconhecimento nacional e internacional.

O posicionamento ideológico do Grupo Globo, perceptível ao longo de sua trajetória histórica, resultou de uma complexa teia de interesses econômicos e políticos estabelecida entre o Estado, grandes corporações e o referido conglomerado midiático, com vistas à captação de investimentos e à consolidação de parcerias público-privadas. Segundo Soares e Rodrigues (2019), essa atuação não se restringiu ao âmbito da política institucional; ao contrário, estendeu-se à esfera sociocultural, na qual a Rede Globo exerceu influência histórica sobre os padrões de consumo, moldando traços culturais e estilos de vida de diferentes gerações. Tal dinâmica contribuiu para que a emissora conquistasse uma posição hegemônica na produção audiovisual brasileira, assegurando-lhe amplo reconhecimento tanto no cenário nacional quanto no internacional.

No início das articulações favoráveis ao impeachment, as Organizações Globo adotaram uma postura cética diante do avanço do processo, evidenciando cautela quanto aos possíveis desdobramentos e ao risco de aprofundamento da instabilidade política e econômica no país. Com o passar do tempo, contudo, percebe-se a emergência de um protagonismo discursivo significativo na construção narrativa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tanto pela intensidade da cobertura quanto pelo enquadramento conferido aos acontecimentos ao longo do período, o que contribuiu para a consolidação de determinadas interpretações no espaço público. Nessa direção, Soares e Rodrigues (2019) sustentam que o projeto de conformar o Brasil como uma nação ao mesmo tempo plural e coesa é diretamente impactado pelo modelo de organização social difundido pelos meios de comunicação de massa.

Os veículos de comunicação, na condição de parte de um sistema midiático, exerceram um papel estratégico na sustentação da ordem estabelecida. Nesse contexto, a mídia deixou de se configurar apenas como canal de informação para afirmar-se como um espaço decisivo de formação da consciência social e política. Para Peruzzo, ela compromete sua função social quando dissemina enquadramentos tendenciosos no âmbito da cultura popular. De acordo com a autora,

Os meios de comunicação são contraditórios. Tem uma importância social indiscutível na democracia como instrumentos de informação, cultura e educação não formal e informal, mas, uma vez submetidos à lógica de mercado e aos interesses políticos de seus detentores, criam vieses complicados na cultura do povo. (Peruzzo, 2015, p. 6)

A televisão e os portais de notícias, ao se apresentarem como fontes neutras e objetivas, reforçam sua legitimidade simbólica, mesmo quando operam sob interesses editoriais ou políticos. Como aponta Dalmaso (2002, p. 3), “a enunciação jornalística reúne dois

mecanismos: o de apontar o real (enquadrá-lo de acordo com interesses, projetos editoriais, rotinas de redação, etc.) e de poder mandar olhar os acontecimentos construídos (agendamento)”. Assim, a disputa pelo significado dos fatos políticos, como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorre não apenas no plano jurídico ou institucional, mas sobretudo no plano da linguagem, das imagens e dos discursos midiáticos. O poder simbólico, nesse sentido, não é visível de imediato, mas se expressa pela capacidade de naturalizar certas interpretações em detrimento de outras, fazendo com que o sentido veiculado pareça ser o único possível ou o mais razoável. Ainda segundo a autora, o fazer jornalístico participa constantemente da construção emblemática da realidade social ao eleger certos temas, valores e formas de enxergar o mundo como merecedores de destaque; ainda assim, essa prática não se propõe a aprofundar totalmente os assuntos abordados, restringindo-se, muitas vezes, à representação superficial dos acontecimentos.

De acordo com Noleto Filho (2014), essa lógica evidencia que o controle da narrativa pública não depende apenas de recursos materiais ou da força institucional, mas sobretudo da autoridade simbólica que determinados agentes ou instituições detêm na sociedade. Aqueles que possuem maior capital simbólico, como legitimidade cultural, credibilidade jornalística ou intelectualidade social, são capazes de influenciar a forma como os acontecimentos são compreendidos coletivamente. No campo midiático, esse poder se manifesta na seleção, organização e enquadramento das informações, o que impacta diretamente a formação da opinião pública.

Celente (2024) enfatiza que a compreensão da “opinião pública” como “opinião veiculada” evidencia, novamente, a função dos meios de comunicação. Em vez de resultar de um debate fundamentado entre diferentes atores sociais, a opinião veiculada corresponde, em grande medida, àquela visão que adquire destaque por ter sido selecionada, entre múltiplas alternativas possíveis, por aqueles que detêm o controle sobre o que ganha evidência espaço público. Dessa forma, conforme os níveis de acesso à visibilidade alcançados por determinados setores, suas pautas podem ser apresentadas, sem grandes contraposições, como se fossem centrais ou dominantes.

Em 2014, o resultado das eleições confirmou Dilma Rousseff na presidência para o mandato de 2015-2018, em uma disputa marcada por estreita margem de votos e que levou o candidato Aécio Neves a questionar a legalidade das urnas. Posteriormente, movimentos como Vem Pra Rua (VPR), Endireita Brasil (EB) e Brasil Livre (BL) passaram a contestar a lisura do pleito, colocando em xeque a legitimidade da presidenta eleita e impulsionando uma série de protestos em diferentes regiões do país ao longo de 2015. Segundo Picolo e Escudeiro (2020),

o impeachment, fundamentado formalmente nas chamadas “pedaladas fiscais” e em decretos orçamentários, configurou-se como base jurídica para o afastamento de Dilma Rousseff. À medida que o processo avançou, tornaram-se mais evidentes as motivações político-partidárias de orientação conservadora que lhe deram sustentação.

Para Picolo e Escudeiro (2020), antes mesmo da instauração oficial, as mobilizações de rua já sinalizavam o fortalecimento do movimento favorável ao impedimento. A abertura do processo foi autorizada pelo Senado em 12 de maio de 2016 e a destituição definitiva foi efetivada em 31 de agosto do mesmo ano. Entre março e dezembro de 2015, foram registradas pelo menos nove manifestações, tanto de apoio quanto de oposição ao governo, com expressiva participação popular. Em 2016, novos atos foram organizados, alcançando maior intensidade em 13 de março, quando o pedido de afastamento ganhou impulso decisivo. Paralelamente, as redes sociais digitais consolidaram-se como espaço de articulação de posicionamentos antagônicos, evidenciando o aprofundamento da polarização política no país.

Em face disso, embora o impeachment tenha se constituído como um fenômeno marcado por intensas tensões sociopolíticas, a cobertura midiática atuou como elemento catalisador ao produzir um senso de urgência que mobilizou a opinião pública em favor da deposição. Nesse contexto, os meios de comunicação deixaram de sustentar uma pretensa neutralidade informativa e passaram a operar como agentes estratégicos na desestabilização do projeto político então vigente. De acordo com Baron e Luz (2018), a relação entre os movimentos sociais e a mídia estabeleceu-se como um processo dinâmico de redefinição de papéis, no qual convergências e divergências se consolidaram conforme os interesses que cada ator buscou preservar. Assim, evidenciou-se que a imprensa não exercia uma função meramente transmissora de informações, mas encontrava-se implicada na sustentação de objetivos específicos que atravessavam o cenário político.

Na conjuntura aqui delimitada, o portal g1, como veículo de grande alcance e integrante de um dos principais grupos de mídia do país, tornou-se peça-chave na construção simbólica dos sentidos atribuídos ao impeachment. Durante o processo, o site selecionou, hierarquizou e enquadrando os acontecimentos políticos, contribuindo para consolidar, entre os leitores, uma interpretação favorável ao afastamento. Mendes e Mendonça (2022, p. 20) afirmam que:

Dentre os elementos convencionalmente elencados para explicar a queda da ex-presidente que não foram abordados pelo site G1, vale a pena destacar o seu distanciamento do PT – principalmente após a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Economia – e a frustrada tentativa de afastar o PMDB do poder (ou, pelo menos, de diminuir sua influência no governo) – que culminou com o rompimento com Eduardo Cunha e o conseqüente esvaziamento da capacidade de

negociação do governo na Câmara dos Deputados. Além desses acontecimentos políticos, seu gênio “forte” e sua falta de prática política podem ter contribuído para que ela não conseguisse evitar a aprovação do seu impeachment na Câmara dos Deputados – exatamente o que Temer fez (por duas vezes) no seu mandato[...]

A análise sugere que a cobertura do g1 não contemplou aspectos políticos decisivos para compreender a fragilização do governo, especialmente as tensões internas na base aliada e os conflitos estratégicos que comprometeram a sustentação parlamentar. Ao silenciar esses fatores, o portal reduziu a complexidade do cenário político e reforçou uma leitura simplificada da crise. Tal seleção de enquadramentos não é neutra. Ao priorizar determinados acontecimentos e omitir outros, o veículo contribuiu para consolidar uma narrativa que desloca o debate das articulações estruturais do poder para explicações centradas na figura da presidente. Com isso, a cobertura tende a naturalizar o desfecho do impeachment, enfraquecendo uma análise mais ampla sobre as disputas partidárias e os interesses envolvidos no processo.

A força hegemônica de veículos como o g1 residiu, precisamente, na autoridade de definir o que deveria ser visto, recordado e valorizado. A cobertura extensiva, a seleção das manchetes, a recorrência de determinados termos e a ausência de contrapontos constituíram mecanismos por meio dos quais se edificou uma narrativa hegemônica sobre os acontecimentos. Essa construção passou a influenciar, ainda que de modo indireto, a percepção de legitimidade das ações políticas em curso. Nota-se, assim, que a própria natureza da influência comunicacional sofreu transformações significativas. Nesse sentido, Amaral e Machado (2018, p. 648) afirmam que:

Se no passado os cidadãos atenienses se reuniam no àgora para exercer a cidadania e tomar decisões políticas hoje os meios de comunicação assumem este papel. Com o surgimento da democracia indireta, os meios de comunicação ganham uma importância particular, pois eles possibilitam o cruzamento das discussões que acontecem em todos os campos do país. Os meios de comunicação hoje se apresentam como a praça pública, são o àgora que transcende a limitação dos espaços físicos e temporais.

Os autores sustentam que, na contemporaneidade, os meios de comunicação passaram a assumir o papel que era desempenhado pelos espaços públicos de deliberação na Antiguidade. Em um contexto de democracia representativa, esses meios tornaram-se instâncias centrais de circulação e articulação dos debates que atravessam o país, ampliando as possibilidades de interação política para além dos limites físicos e temporais tradicionais.

À vista disso, cabe problematizar de que maneira a cobertura midiática desses eventos não apenas informou, mas também educou os sujeitos sociais, orientando formas específicas de

compreender a política, os partidos, as instituições democráticas e a própria noção de justiça. Assim, este estudo parte das seguintes questões norteadoras: De que maneira os discursos veiculados pelo portal g1, durante o processo de impeachment, atuaram na conformação da opinião pública e na reprodução ou legitimação de determinadas relações de poder no contexto político brasileiro? Como o portal g1 estruturou sua cobertura entre 2014 e 2016 e quais enquadramentos jornalísticos predominantes contribuíram para moldar percepções sociais sobre o impeachment? De que forma a cobertura do g1 consolidou uma narrativa dominante sobre o impeachment e quais mecanismos discursivos foram mobilizados para influenciar a interpretação pública dos acontecimentos? Quais estratégias discursivas presentes na cobertura do g1 contribuíram para construir a ideia de inevitabilidade e legitimidade do impeachment perante seus leitores? Desse modo, pretende-se responder tais indagações.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como o portal g1, do Grupo Globo, construiu discursivamente, entre 2014 e 2016, uma narrativa pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, identificando suas implicações para a construção da consciência social e crítica no Brasil. Diante disso, delimitamos cinco objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico é compreender como os discursos do portal g1, no contexto do impeachment de Dilma Rousseff, contribuíram para formar a opinião pública e reforçar relações de poder na sociedade brasileira. O segundo é analisar o impeachment da presidenta como expressão da crise da democracia brasileira, evidenciando suas bases estruturais, o papel das elites e das instituições e sua inserção no contexto neoliberal. O terceiro é descrever o portal g1 como cenário central da investigação, compreendendo como sua cobertura do impeachment construiu narrativas públicas que influenciaram a consciência social brasileira, além de mapear os enquadramentos jornalísticos adotados entre 2014 e 2016. O quarto é analisar como o portal g1, na cobertura do impeachment, constrói uma narrativa hegemônica e influencia na formação da opinião pública. Por fim, o quinto e último, é identificar como a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff no portal g1, evidenciou estratégias discursivas que constroem uma narrativa de inevitabilidade e legitimação do processo.

Partindo do contexto apresentado, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender o papel dos meios de comunicação de massa na conformação das consciências sociais e políticas em cenários de crise institucional. O impeachment de Dilma Rousseff evidenciou disputas de natureza político-jurídica e, ao mesmo tempo, revelou a força dos discursos midiáticos na mediação dos acontecimentos e na construção de sentidos sobre a legitimidade democrática. Em momentos de instabilidade, a imprensa não apenas informa; ela

enquadra, seleciona e organiza interpretações que moldam a percepção pública do que está em jogo.

Pensando nisso, essa pesquisa nasce do olhar de uma professora da educação infantil e historiadora inquieta diante dos impactos que os discursos jornalísticos exercem na formação da consciência social. Ao investigar como o portal g1 construiu narrativas durante o processo de impeachment, busca-se problematizar o papel da imprensa na produção simbólica da realidade e suas implicações para a democracia brasileira. Não se trata apenas de analisar conteúdos noticiosos, mas de compreender como determinados enquadramentos podem reforçar consensos, silenciar conflitos estruturais e orientar leituras específicas da crise política.

Refletir sobre os mecanismos de construção dessa narrativa e seus efeitos formativos torna-se fundamental para compreender sobre os desafios contemporâneos marcados pela circulação acelerada de informações, pelo fortalecimento de discursos autoritários e pela fragilização de práticas democráticas. Desse modo, a investigação pretende contribuir para o campo interdisciplinar que articula comunicação e análise do discurso, reafirmando a centralidade da formação de uma consciência crítica capaz de questionar a naturalização de hierarquias políticas e de resistir à reprodução de ideologias que sustentam desigualdades sociais.

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa, com orientação interpretativa, descritiva e crítica. O principal procedimento adotado é a análise de conteúdo, operacionalizada a partir da análise discursiva do discurso. Minayo (2001) destaca que a pesquisa qualitativa visa compreender fenômenos sociais a partir do universo de significados, valores e práticas que os sujeitos atribuem à sua realidade. Essa abordagem permite interpretar as relações entre educação, imprensa jornalística e poder de forma profunda e contextualizada, captando as contradições, ideologias e disputas hegemônicas envolvidas nesse campo. Conforme explica Gil (2002), a pesquisa de natureza interpretativa busca atribuir um sentido mais abrangente aos resultados alcançados a partir da análise. Enquanto a leitura analítica mantém o pesquisador concentrado nos dados em si, a leitura interpretativa ultrapassa essa etapa, articulando as informações coletadas com conhecimentos prévios e referências já consolidadas.

Ramos e Mazalo (2024, p. 142) ressaltam que “as pesquisas descritivas têm como o principal objetivo, assim como o próprio nome sugere, descrever as características de um certo fenômeno ou população”. Assim, a pesquisa também assume um caráter crítico, pois busca não apenas descrever os fenômenos, mas analisá-los a partir das contradições sociais e das disputas ideológicas que atravessam a formação da consciência crítica. Essa característica se alinha com

o pensamento de Demo (1995), para quem a pesquisa crítica está comprometida com a transformação da realidade, e não apenas com sua contemplação.

Sobre a análise de conteúdo, Laurence Bardin (2016) enfatiza que ela é um método de interpretação rigoroso que busca compreender os sentidos explícitos e implícitos das comunicações por meio de procedimentos sistemáticos. Organizada em três etapas, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados com inferência e interpretação, essa metodologia exige definição clara do corpus, construção de categorias e análise fundamentada, superando leituras intuitivas. Mais do que descrever dados, a proposta de Bardin (2016) permite identificar regularidades, silenciamentos e estratégias discursivas, tornando-se um instrumento essencial para pesquisas que investigam produção de sentidos, poder e construção de narrativas.

Luiz, Silva e Bengtson (2019) ressaltam que o discurso não deve ser visto como algo isolado, mas como resultado de relações de poder e condições históricas de produção, pois está sempre inserido em uma rede de dinâmicas que o constituem, sendo primordial analisá-lo dentro desse campo de interconexões, a fim de evitar definições equivocadas. De acordo com os autores, o discurso não carrega significados secretos nem permite leituras uniformes ou simplificadas, e não são apenas os vocábulos ou enunciados explícitos que importam, mas sim a capacidade de articulação com a própria lógica discursiva – tarefa desafiadora para quem pesquisa, justamente por conta da pluralidade de sentidos que ele pode assumir.

Diante disso, a pesquisa organizou-se em etapas sucessivas de construção e refinamento do corpus. Iniciou-se pela seleção de 50 reportagens do portal g1 sobre o impeachment de Dilma Rousseff, publicadas entre 2014 e 2016, abrangendo desde a reeleição presidencial até a decisão final do Senado. Esse conjunto inicial passou por dois momentos de afunilamento, que resultaram, primeiro, na definição de um corpus intermediário de 18 textos e, depois, em um núcleo empírico mais restrito, formado por 6 reportagens consideradas centrais para a narrativa midiática do impeachment e para as estratégias discursivas investigadas.

A partir desse núcleo, aplicou-se a Análise de Conteúdo com base em Bardin (2016). Inicialmente, realizou-se a leitura flutuante do material, seguida da definição das categorias e da elaboração de um quadro de codificação apto a identificar unidades de registro pertinentes ao estudo. As categorias estabelecidas foram: Poder, Naturalização, Vítima da Opinião, Controle de Grupos sobre as Mentes, Espetáculo Público e Formação da Opinião, organizadas de modo a evidenciar recorrências, silenciamentos e estratégias discursivas presentes nas reportagens analisadas. A reflexão analítica desenvolveu-se em diálogo com o referencial teórico, mobilizando autores que problematizam o discurso, como Foucault (1996), Lippmann

(2008), Bourdieu (1989), Van Dijk (2008; 2016) e Dantas (2019). Esse diálogo possibilitou relacionar os achados empíricos a dinâmicas mais amplas de poder, controle simbólico e construção da opinião pública, articulando as evidências extraídas do corpus às disputas de sentido que atravessam o campo midiático e participam da produção social da realidade.

Sob essa perspectiva, a compreensão da cobertura do portal g1 exigiu a distinção rigorosa entre os diversos formatos jornalísticos empregados, uma vez que a seleção de cada gênero responde a objetivos comunicacionais e políticos específicos dentro do campo jornalístico. Marques de Melo (2016, p. 47) esclarece que

Os formatos midiáticos são variantes dos gêneros, estando a eles subordinados, ao mesmo tempo em que se desenvolvem segundo suas lógicas internas, próprias, e multiplicam potencialidades. São, em resumo, o instrumento – a forma – que emissores adotam para se manifestar e para fazer circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas. Tal assertiva leva a crer que a produção da Mídia é, toda, uma produção de formatos. Por isso, tudo aquilo que brota em seu âmbito não tem uma única identidade. Há multiplicidade de fazeres, de intenções, de dizeres, enfim, de mecanismos pelos quais a indústria midiática se comunica com seus receptores, sujeitos que, por sua vez, esperam – cobram, em alguns casos – essa diversidade de formas, pois delas dependem para o seu agir no meio social.

Longe de serem neutros, esses formatos atuaram como dispositivos discursivos capazes de modular a percepção do leitor, oscilando entre a exposição factual e a sugestão interpretativa. Nesse sentido, as análises foram conduzidas, de forma sintética, à luz das categorias jornalísticas sistematizadas por Marques de Melo (2009), cuja tipologia se consolidou como referência para a compreensão da imprensa brasileira. O autor organizou os gêneros em cinco grandes grupos, permitindo identificar não apenas a forma dos textos, mas também suas funções e efeitos de sentido.

O gênero informativo reuniu produções orientadas à apresentação objetiva dos acontecimentos, como nota, notícia, reportagem e entrevista, priorizando a circulação direta de informações de interesse público. Por sua vez, a categoria opinativa abrangeu textos marcados por julgamentos e posicionamentos explícitos, como editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica, nos quais se evidenciam valores e interpretações sobre os fatos. Já o gênero interpretativo buscou aprofundar e contextualizar os eventos por meio de análise, perfil, enquête, cronologia e dossiê, oferecendo maior densidade explicativa. Quanto ao formato diversional, este caracterizou-se por narrativas de interesse humano e histórias coloridas, que enfatizaram dimensões emocionais e aspectos do cotidiano. Por fim, o gênero utilitário concentrou-se na prestação de serviços, reunindo indicadores, cotações, roteiros e informações práticas destinadas a orientar o leitor. Essa classificação possibilitou compreender

como diferentes formatos textuais, ao serem mobilizados na cobertura, contribuíram para estruturar modos distintos de leitura e de construção de sentido.

Portanto, a dissertação está organizada de modo a articular fundamentos teóricos, contextualização histórica, delimitação do objeto e análise empírica, compondo um percurso investigativo coerente com o problema proposto. Na introdução, apresentam-se o tema, os objetivos, as questões de pesquisa e a justificativa, situando o leitor no campo das disputas discursivas que atravessam o processo de impeachment e explicitando a relevância da investigação. O primeiro capítulo estabelece as bases conceituais do estudo, discutindo o discurso como espaço de poder e a formação da opinião pública como prática social. A partir desse eixo, o texto problematiza a esfera pública e os mecanismos de fabricação do consenso, oferecendo sustentação teórica para a análise das narrativas midiáticas. Em seguida, a dissertação volta-se para o contexto brasileiro, examinando as tensões estruturais da democracia, o impeachment como instrumento político em perspectiva histórica e teórica e o papel da Operação Lava Jato no processo de judicialização da política.

Na sequência, o texto apresenta o cenário da investigação, caracterizando o portal g1 como espaço central de construção narrativa e discutindo o papel do jornalismo na produção de sentidos sociais. Nesse momento, são detalhados também os procedimentos de coleta, sistematização e organização dos dados que compõem o corpus analisado. O núcleo analítico da dissertação dedica-se ao exame das reportagens selecionadas, estruturado a partir de categorias que permitem identificar estratégias discursivas relacionadas à formação da opinião, ao controle simbólico, ao espetáculo público, à naturalização de determinados sentidos e à construção da figura da vítima. Esse percurso conduz à seção de resultados e discussões, na qual são analisados os indícios de construção da inevitabilidade do impeachment, a arquitetura semântica que sustenta essa narrativa, os processos de despolitização da crise, a personalização do Estado e a articulação integrada das macroestratégias discursivas, incluindo a identificação de vocabulários recorrentes. No capítulo de considerações finais, retomam-se as questões centrais da pesquisa, sistematizando os principais achados e refletindo sobre suas implicações para a compreensão das relações entre imprensa, poder e democracia no Brasil contemporâneo.

## 1 DISCURSO, OPINIÃO PÚBLICA E PRÁTICA SOCIAL

Este capítulo apresenta uma articulação crítica fundamentada em aportes teóricos que orientam a análise da cobertura do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no portal g1, no período de 2014 a 2016. Parte-se do entendimento de que os discursos midiáticos não operam de forma neutra, mas se constituem em meio a disputas simbólicas e ideológicas. Nesse sentido, a mídia configura-se como um espaço estratégico de produção e circulação de sentidos, no qual narrativas são selecionadas, enquadradas e legitimadas, influenciando a formação da opinião pública e os processos sociais e educativos que dela decorrem. A discussão, portanto, dedica-se a sustentar uma perspectiva crítica que articula teorias do discurso, estudos sobre mídia e opinião pública e a compreensão da prática social como campo de disputa e transformação.

Para tanto, recorre-se inicialmente às contribuições de Michel Foucault (1996), cuja reflexão evidencia as relações entre discurso, saber e poder, demonstrando como os regimes de verdade são historicamente construídos e socialmente mantidos. Em diálogo com essa abordagem, a teoria de Pierre Bourdieu (1989) permite compreender os mecanismos de reprodução das desigualdades simbólicas, especialmente a partir dos conceitos de poder simbólico, violência simbólica e campo jornalístico, fundamentais para a análise das práticas midiáticas.

A investigação também se apoia em estudos recentes de autores brasileiros, como Jorge Machado e Richard Miskolci (2019), que analisam o papel das mídias digitais na intensificação da polarização política, especialmente no contexto das manifestações de 2013 e do processo de impeachment. Suas contribuições ajudam a entender os mecanismos contemporâneos de circulação acelerada de ideias, emoções e posicionamentos políticos, potencializados pelas plataformas digitais.

No que se refere às estratégias discursivas mobilizadas na construção da opinião pública, a pesquisa apoia-se em Teun van Dijk (2008; 2016), cuja abordagem sociocognitiva permite examinar como escolhas discursivas aparentemente neutras orientam interpretações específicas e sustentam relações de dominação. Essa perspectiva evidencia que a manipulação discursiva não depende necessariamente da falsificação de informações, mas pode operar por meio do enquadramento seletivo de fatos e da organização narrativa dos acontecimentos. Complementarmente, a análise articula-se com Jürgen Habermas (1984), a partir de sua concepção de esfera pública, problematizando seus limites diante das dinâmicas concretas dos meios de comunicação de massa no Brasil. As contribuições de Walter Lippmann (2008), por

sua vez, auxiliam na reflexão dos processos de mediação simbólica e da construção de representações que moldam a percepção social da realidade política.

Por fim, ao articular esses referenciais clássicos com contribuições críticas contemporâneas, como as de Jessé Souza (2016) e Fernanda Dantas (2019), o capítulo busca construir um arcabouço analítico capaz de evidenciar os mecanismos de dominação política presentes no discurso midiático, bem como seus efeitos na prática social. A proposta não se limita à interpretação dos fenômenos analisados, mas procura contribuir para uma leitura crítica das narrativas midiáticas e de seu papel na manutenção ou contestação das estruturas de poder na sociedade brasileira.

Portanto, este capítulo organiza-se em duas subseções que fundamentam o referencial teórico da análise. A primeira, *O discurso como arena de poder*, compreende o discurso como uma prática social atravessada por disputas simbólicas, na qual sentidos são produzidos e legitimados em contextos específicos de poder. A segunda, *A esfera pública e a fabricação da opinião*, volta-se aos processos de circulação e estabilização dos discursos no espaço público, enfatizando o papel dos meios de comunicação na mediação dos debates políticos.

### 1.1. O DISCURSO COMO ARENA DE PODER

Para uma compreensão mais aprofundada, é necessário ir além da definição linguística ou comunicacional do discurso, tratando-o como uma prática social complexa, composta por enunciados historicamente situados e socialmente regulados. Para Foucault (1996), o discurso não se limita a meros enunciados ou atos de fala individuais; ele constitui uma prática social regrada e produtiva, capaz de moldar a realidade e dar materialidade aos objetos de que trata. Longe de ser neutro, o discurso atua como um mecanismo de poder que organiza, produz e controla o real, ao mesmo tempo em que é constituído por ele. Foucault (1996) inicia sua reflexão expondo o paradoxo de tentar escapar da solenidade e das regras que o ato de discursar impõe, expressando o desejo de não se submeter a seu jugo institucional.

Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz. (Foucault, 1996, p. 7)

Essa passagem revela profundamente a dimensão existencial da relação do sujeito com o discurso, mas também aponta criticamente para a ilusão da transparência e da neutralidade. A instituição acadêmica, contudo, responde a esse desejo de fuga, enquadrando o discurso e lembrando ao sujeito que o poder da palavra não lhe pertence originariamente, mas é delegado, controlado e vigiado. Vejamos:

E a instituição responde: 'Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter poder, é de nós, só de nós, que ele advém'. (Foucault, 1996, p. 7)

Foucault (1996) demonstra, de forma magistral, sistemática e empiricamente fundamentada, que essa fuga é ilusória, pois toda sociedade controla, seleciona, organiza e redistribui a produção discursiva por meio de uma série complexa, multifacetada e historicamente variável de procedimentos. Ele identifica três grandes sistemas de exclusão que operam externamente ao discurso, controlando sua emergência e circulação: a interdição (ou proibição), a separação e a rejeição (oposição razão/loucura), e a oposição entre verdadeiro e falso (vontade de verdade). A interdição é o mais evidente e familiar desses mecanismos, manifestando-se na constatação empírica de que:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (Foucault, 1996, p. 9)

Na concepção foucaultiana, as práticas discursivas operam simultaneamente em face de instrumentos de conhecimento e de poder. Foucault (1996, p 8-9) pronuncia em sua aula inaugural no *Collège de France* que,

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Em qualquer sociedade, a produção da fala ou do texto é simultaneamente monitorada, escolhida, estruturada e disseminada por meio de um conjunto específico de mecanismos. Tais procedimentos servem para neutralizar os poderes e os riscos do discurso, controlar seu surgimento imprevisível e evitar sua materialidade densa e ameaçadora, sendo que em toda formação discursiva está inserida as relações de força que determinam não apenas o que pode

ser dito, mas também quem tem legitimidade para dizê-lo em que circunstâncias históricas melhor convier.

Segundo Foucault (1996), nas áreas da política e da sexualidade essas restrições são especialmente intensas, configurando zonas discursivas historicamente mais controladas e impermeáveis. Evidencia-se que o discurso, longe de ser um elemento neutro ou transparente, é precisamente o lugar estratégico onde o poder e o desejo se manifestam com maior intensidade e violência:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (Foucault, 1996, p. 9-10)

Nos contextos contemporâneos, os discursos políticos funcionam como instrumentos centrais de regulação e poder, moldando comportamentos, normas e percepções sociais. Essa esfera torna-se estratégica para a imposição de hierarquias e interesses, revelando que o controle do discurso não se limita à comunicação de ideias, mas atua diretamente na organização das relações de poder e na definição do que é legítimo discutir ou visibilizar. A ligação entre discurso, desejo e poder é explicitada de forma contundente quando Foucault afirma:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso — como a psicanálise nos mostrou — não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que — isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (Foucault, 1996, p. 10)

Conforme Foucault (1996), o discurso está intimamente ligado ao poder: ele não apenas manifesta ou oculta interesses, mas também se torna objeto de disputa, materializando estratégias de dominação. Ao analisar a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff pelo portal g1, é possível perceber como certas vozes são amplificadas enquanto outras são silenciadas, estruturando uma narrativa capaz de moldar a percepção pública do processo político. As regras que definem o que pode ser dito, os momentos em que certas afirmações surgem ou desaparecem, e a organização das fontes evidenciam a materialidade do discurso, expressa em práticas, instituições e rituais com efeitos sociais e políticos concretos. Nessa

perspectiva, a análise foucaultiana permite entender que o jornalismo vai além de relatar fatos, atuando ativamente na produção de sentidos e na configuração das relações políticas.

Nesse contexto, o poder não constitui uma substância que alguns possuem e outros não, mas permeia as relações que são exercidas por meio de múltiplas estratégias e táticas, tendo o discurso como um de seus principais instrumentos de operação. Para Ferreira e Traversini (2013, p. 210),

Os discursos disseminam-se pelo tecido social, infiltram-se nas fábricas, nas escolas, nos lares, nos programas televisivos, nas conversas cotidianas, nas universidades, nas academias de ginástica, nos hospícios, nas prisões, nos jogos de videogame, nas marcas e nas campanhas publicitárias, nas páginas dos jornais, sem limitar-se a nenhuma dessas maquinarias. Com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam.

Tal concepção relacional do poder nos permite compreender que toda posição de sujeito é, ao mesmo tempo, efeito e condição de exercício do poder, sendo constituída por práticas discursivas que definem campos de possibilidade para a ação e o pensamento. Os discursos midiáticos, nesse contexto, não atuam por meio da imposição direta de ideias, mas pela constituição de subjetividades que reconhecem certas formas de pensar e agir no mundo como naturais e legítimas. Do mesmo modo, os discursos científicos, jornalísticos e políticos produzem “verdades” que legitimam determinadas práticas de poder, ao mesmo tempo em que desqualificam outras, classificando-as como irracionais, perigosas ou inviáveis. Ferreira e Traversini (2013, p. 211) demonstram que

o funcionamento dos discursos não está pré-definido à espera de nossas leituras, como se bastasse irmos com um arsenal de ferramentas metodológicas e um “modelo” de dinâmica discursiva para decifrá-lo. Cada discurso tem suas peculiaridades que as teorias que o analisam, amplamente, não dão conta de todas as suas idiosincrasias, até porque, no seu exterior, povoam inúmeros discursos distintos que lhe alteram a constituição e ordenação interna.

Em face disso, esses procedimentos atuam no campo midiático ao estabelecer hierarquias entre fontes, temas e interpretações, refletindo relações de poder que privilegiam certos grupos em detrimento de outros e naturalizam perspectivas específicas como legítimas. Essa influência não se dá por imposição direta, mas por reconhecimento e identificação, levando os sujeitos a assumirem voluntariamente posições alinhadas aos interesses dominantes. Na cobertura jornalística isso se manifesta na apresentação de interpretações como objetivas e imparciais, ocultando seu caráter ideológico. Por meio de rotinas produtivas, critérios editoriais, formatos narrativos e estratégias de distribuição, os discursos midiáticos exercem efeitos

concretos, organizando experiências sociais e políticas, definindo agendas, enquadramentos e mobilizando afetos que orientam comportamentos coletivos.

Os pesquisadores brasileiros Jorge Machado e Richard Miskolci (2019) demonstram que as redes sociais desempenharam um papel importante na criação das polarizações políticas que marcam as Jornadas de Junho de 2013, contribuindo decisivamente para o clima de ódio, ressentimento e irracionalidade que culminou no impeachment de Dilma Rousseff. Para Machado e Miskolci (2019, p. 961),

As fontes históricas e sociológicas provam que as redes sociais, em especial o Facebook, foram decisivas para que as Jornadas de Junho de 2013 tenham constituído um ponto de inflexão na vida brasileira, um ponto que modificou as relações políticas tornando-as não apenas mais polarizadas e conflitivas, mas também moldadas por uma gramática moral e anti-institucional. A formação de redes polarizadas induzidas pela mídia alcançou seu extremo mais conhecido na era dos smartphones, da conexão perpétua e da sociabilidade por plataformas comerciais produzindo “bolhas” na mesma proporção em que gera perseguição e ataques a quem não se identifica completamente com essas redes.

Diante disso, esse momento alterou as dinâmicas políticas, tornando-as não só mais antagônicas e tensas, mas fortemente influenciadas por uma lógica de cunho moral e avessa às instituições. A consolidação de agrupamentos polarizados, fomentada pelos meios de comunicação, atingiu seu ápice com a ascensão dos *smartphones*, da conectividade ininterrupta e da convivência mediada por corporações tecnológicas. Assim, tais fatos resultaram na formação das bolhas, gerando, na mesma intensidade, hostilidade e agressões direcionadas àqueles que não aderiram integralmente aos padrões dessas redes. De acordo com Machado e Miskolci (2019, p. 946) “compreender o papel das redes sociais no contexto político brasileiro contemporâneo exige associar diferentes perspectivas analíticas.”

Dessa forma, ao adotarmos tais abordagens, torna-se fundamental refletirmos as conexões entre língua, poder e crenças nas coletividades contemporâneas. Para essa perspectiva, o discurso não é um reflexo passivo das estruturas políticas, e sim um elemento ativo e constitutivo, capaz de produzir, reproduzir e transformar as relações sociais. Toda prática atrelada ao social possui, de modo inseparável, uma dimensão discursiva que a constitui e a redefine continuamente. Sob essa ótica, a eficácia do poder discursivo manifesta-se com clareza ao analisarmos a conjuntura política brasileira recente. É nesse cenário de disputa por sentidos que o sociólogo Jessé Souza (2016) argumenta que o golpe ocorrido naquele ano foi possível porque a elite brasileira conseguiu construir uma narrativa em torno da “corrupção” e da “crise econômica”, utilizando a grande mídia como seu principal aparato de influência. Souza (2016, p. 74) afirma que:

A articulação entre mídia – como o braço dos endinheirados que cuida da violência simbólica –, comandando e estimulando as manifestações de rua da fração mais conservadora da classe média, e a facção mais conservadora e corporativa da casta jurídica formou a linha de frente do golpe reacionário.

A construção dessa predominância política e social, envolveu a criação de um "herói" (o juiz Sérgio Moro) e de um "vilão" (Lula), uma narrativa maniqueísta que mobilizou afetos, medos e ressentimentos de classe, transformando a classe média conservadora em "tropa de choque do interesse dos ricos". Uma farsa que contou com a cumplicidade ativa da mídia, do Congresso e do Judiciário.

Contudo, as estruturas de dominação não implicam apenas a passividade absoluta dos sujeitos. Onde há poder, há necessariamente resistência, de modo que os discursos contrários à narrativa imposta emergem constantemente para desafiar as interpretações dominantes e propor formas alternativas de compreender e organizar a realidade social. Na concepção foucaultiana, Branco (2001, p. 242) reforça: “Foucault entrevê que, sob certas condições, a força dos grupos tem o potencial de contestar os sistemas hegemônicos de poder e de ter êxito em modificá-los, quando opera segundo métodos e motivos inusitados.”

Sob essa perspectiva, a resistência não se situa fora do poder, mas constitui seu contraponto intrínseco, manifestando-se por meio de ações discursivas que questionam normas estabelecidas e abrem espaço para novas formas de constituição do sujeito. Grupos subordinados elaboram visões alternativas e projetos políticos transformadores, enquanto no campo midiático essa resistência se expressa por veículos alternativos, redes sociais e outras formas de comunicação que contornam o controle dos grandes conglomerados, permitindo a circulação de discursos que desafiam interpretações hegemônicas. No impeachment de 2016, por exemplo, a presidenta utilizou o próprio espaço de interdição para denunciar o caráter misógino do processo, transformando a deposição em ato de contra-ataque simbólico.

Os meios de comunicação funcionam como arenas de disputa pelo poder discursivo, onde diferentes grupos lutam para impor interpretações e legitimar projetos políticos. De acordo com Van Dijk (2008), os discursos midiáticos operam por estratégias de enquadramento que privilegiam certas interpretações, reproduzindo desigualdades sociais por meio da seleção de fontes, hierarquização de informações, escolha de vocabulário e construção narrativa, orientando a compreensão do público sobre os acontecimentos políticos e sociais.

Van Dijk (2008) desenvolve uma abordagem original e complementar, a chamada perspectiva sociocognitiva, que busca estabelecer uma ponte teórica e metodológica entre as estruturas discursivas, no nível micro, e as estruturas sociais, no nível macro. Segundo o autor,

essa mediação ocorre na esfera da cognição social, ou seja, nas representações mentais compartilhadas pelos membros de um grupo social. Assim, a análise do discurso isoladamente não é suficiente para explicar como poder e ideologia são reproduzidos e legitimados; torna-se necessário compreender como os discursos são processados cognitivamente, interpretados subjetivamente e armazenados na memória dos sujeitos sociais.

As ideologias, na concepção multidisciplinar de Van Dijk (2008), são os sistemas fundamentais da cognição social de um grupo. Elas são a base, o fundamento das representações sociais mais específicas (atitudes, conhecimentos, normas, valores) desse grupo, organizando suas crenças sobre quem são (identidade), o que fazem (práticas), quais seus objetivos (metas) e como se relacionam com outros grupos (relações intergrupais). As ideologias são tipicamente estruturadas de forma polarizada, em torno de uma representação positiva do "nós" (o endogrupo, o grupo de pertença) e uma representação negativa do "eles" (o exogrupo, o grupo externo). Assim, o autor define as ideologias como:

As ideologias são a base das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo. Isso significa que as ideologias permitem que as pessoas, como membros de um grupo, organizem a multidão de crenças sociais sobre o que é o caso, bom ou ruim, certo ou errado, para eles, e assim atuem de acordo com essas crenças. (Van Dijk, 2008, p. 14)

O poder, para Van Dijk (2008), é definido fundamentalmente como o controle de um grupo sobre as ações e, crucialmente, sobre as mentes de outro grupo. O discurso é um dos principais instrumentos, uma das principais ferramentas para o exercício desse poder simbólico e cognitivo. Os grupos dominantes têm acesso privilegiado, muitas vezes monopolístico, aos discursos públicos mais influentes, como o da mídia de massa, o da política institucional, o da educação formal e o da ciência.

Portanto, a análise do discurso do portal g1 sobre o impeachment pode se beneficiar significativamente da abordagem sociocognitiva, pois ela permite investigar de forma sistemática como os diferentes atores políticos foram representados, quais estereótipos foram ativados, quais emoções foram mobilizadas e quais ideologias foram naturalizadas. O discurso, compreendido como uma arena de poder, não apenas define as interpretações consideradas legítimas da realidade social, mas também delimita as possibilidades de ação e transformação disponíveis para os diversos grupos. Analisar criticamente esses discursos é essencial para revelar os mecanismos de dominação, bem como as formas de resistência e mudança social. Desse modo, essa perspectiva se mostra particularmente relevante para examinar e entender os processos políticos contemporâneos.

Para a próxima subseção, discutiremos sobre a reflexão do discurso como detentor de poder, especialmente para analisarmos os processos de fabricação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa. Juntos, eles permitirão uma investigação que vá desde a palavra escolhida em uma notícia até a manutenção de sistemas de dominação.

## 1.2. A ESFERA PÚBLICA E A FABRICAÇÃO DA OPINIÃO

Jürgen Habermas (1984), em sua obra seminal e amplamente debatida *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*, apresentada originalmente como tese de habilitação de pós-doutorado à Faculdade de Filosofia de Marburg em 1961, reconstitui meticulosamente a gênese histórica, a função normativa e o declínio progressivo de uma categoria central para a teoria democrática contemporânea: a esfera pública burguesa. Concebida como um espaço de mediação entre o Estado absolutista e a emergente sociedade civil, essa esfera surgiu historicamente na Europa do século XVIII como um domínio social em que pessoas privadas, reunidas na condição de público, se encontravam para debater racionalmente questões de interesse comum e exercer uma forma inédita de escrutínio crítico sobre o poder estatal.

Tal espaço, presente nos cafés londrinos e parisienses, nos salões literários, nas sociedades de leitura e na imprensa nascente, estruturava-se em torno do princípio normativo do uso público da razão, segundo o qual a força do melhor argumento deveria prevalecer sobre o status social, a riqueza ou a autoridade tradicional. Assim, a esfera pública burguesa configurava-se como o terreno simbólico e comunicativo no qual se afirmava um ideal de racionalidade crítica e de participação cidadã que, posteriormente, alimentaria os fundamentos da democracia moderna. Almeida (2018, p. 34) esclarece que

Habermas fala de uma esfera pública literária que não tem pretensões políticas, mas que mantém um raciocínio público. Ou seja, a esfera pública burguesa é originariamente literária e apolítica. Ela surge nas cidades, centros das atividades econômicas e culturais da sociedade civil e se caracteriza pela participação de pessoas privadas em debates públicos, acerca de questões de natureza artística e literária.

Contudo, o próprio Habermas (1984), já em sua obra inaugural e, posteriormente, em diversos textos de revisão e autocrítica, diagnostica o declínio estrutural desse espaço de crítica racional e sua progressiva conversão em um domínio comunicativo permeado pela manipulação e pela influência de interesses econômicos e midiáticos. O desenvolvimento do capitalismo tardio, o advento do Estado de bem-estar social e a crescente interpenetração entre Estado e

sociedade, aliados à transformação dos meios de comunicação de massa em grandes conglomerados comerciais, teriam conduzido a uma “refeudalização” do espaço público. Almeida (2018, p. 56) conduz o pensamento de Habermas (1962) salientando que,

Ao invés de se constituir como crítica ao modelo vigente de dominação, a esfera pública passa a funcionar a serviço do poder, num processo denominado de refeudalização da esfera pública, que corresponde ao fim do princípio de publicidade crítica e ao advento da publicidade organizada com fins manipulativos, oriunda de poderosas organizações capitalistas.

A imprensa, antes um órgão crítico de debate e formação de opinião, transforma-se progressivamente em um negócio lucrativo que vende audiência para anunciantes. O debate racional e argumentativo é substituído pelo consumo passivo de cultura de massa e entretenimento. A lógica comercial invade e coloniza a esfera pública, e a publicidade, antes um princípio iluminista de crítica e transparência, torna-se paradoxalmente uma ferramenta sofisticada de manipulação, relações públicas e fabricação de consenso.

Habermas (1984) conceitualiza a esfera pública burguesa como um espaço de mediação entre o Estado e a sociedade civil, no qual a autoridade política pode ser questionada através do debate racional e da argumentação fundamentada. Essa concepção idealizada pressupõe condições específicas: acesso universal, igualdade de participação, transparência informacional e orientação para o entendimento mútuo.

No contexto capitalista e brasileiro, a esfera pública nunca se constituiu plenamente nos moldes habermasianos. A concentração oligopolista dos meios de comunicação, a exclusão histórica das classes populares do debate público, e a instrumentalização da mídia pelas elites econômicas e políticas impediram a formação de uma esfera pública verdadeiramente democrática, plural e inclusiva.

Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a esfera pública brasileira foi ainda mais degradada e colonizada pelos interesses privados. Em vez de um debate racional sobre as acusações contra a presidente, o que se viu foi uma campanha sistemática de desmoralização, uma espetacularização da política e uma polarização artificial que impediu o diálogo e a deliberação democrática. A análise do discurso do portal g1 deve, portanto, ser questionada: em que medida a cobertura midiática promoveu efetivamente um debate racional, plural, informado e democrático sobre o impeachment? Ou, ao contrário, em que medida ela contribuiu para a degradação da esfera pública, substituindo o argumento racional pela aclamação emocional, pela manipulação da opinião e pela imposição de uma narrativa hegemônica?

É importante ressaltar que os pressupostos dos meios de comunicação de massa, fundados na democracia, foram profundamente alterados quando a mídia se tornou um negócio e se uniu a grandes corporações. Essas mudanças transformaram a esfera pública: ela deixou de ser um fórum de discussão fundamentada para se converter em um instrumento de direcionamento planejado da opinião. Tal inversão se manifesta pela priorização da atração e da publicidade sobre o debate lógico, da diversão sobre a reflexão crítica, e da criação de unanimidade sobre a livre formação de opinião. Neto e Santos (2018, p. 162-163) reforçam que,

Com o apoio da mídia e diante de um processo de crise mundial, não foi difícil mobilizar a classe média e, sobretudo, os setores miseráveis que não encontrando possibilidades de alcançar seus ideais financeiros foram para as ruas reivindicar mudanças na política e na economia. Num primeiro momento, a mobilização ficou por conta de uma elite branca, em grande medida, desinformada e preconceituosa, vindo depois a atingir também os muitos pobres, que se deixaram manipular pelos meios de comunicação de massa, especialmente, pelo Sistema Globo de Rádio e Televisão.

Aproveitando o contexto de uma crise global e com o suporte da mídia, a mobilização social para exigir mudanças políticas e econômicas ganhou força. Inicialmente, impulsionada por uma parcela da classe média predominantemente branca, que foi descrita como desinformada e preconceituosa, a onda de protestos expandiu-se. Posteriormente, ela alcançou os setores mais pobres, os quais, segundo a análise, teriam sido suscetíveis à manipulação dos veículos de comunicação de massa, particularmente o Sistema Globo de Rádio e Televisão. A comercialização da mídia e sua concentração em grandes conglomerados empresariais transformaram a esfera pública de um espaço de debate fundamento em um campo de manipulação estratégica do público. Esse processo se manifesta pela substituição da argumentação racional pela sedução publicitária, da discussão crítica pelo entretenimento e da formação de opinião pela fabricação de consenso.

Os critérios comerciais (audiência, publicidade, rentabilidade) passaram a determinar não apenas o que é noticiado, mas também como os acontecimentos são enquadrados e interpretados. Nesse contexto, a crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 oferece um caso exemplar para a análise crítica da comunicação contemporânea, evidenciando como os critérios comerciais e os alinhamentos ideológicos das grandes corporações midiáticas influenciaram não apenas a seleção das notícias, mas o próprio enquadramento interpretativo dos acontecimentos. Essa dinâmica demonstra a insuficiência do modelo normativo de Esfera Pública, proposto por Habermas (1984) para compreender os processos de formação da opinião pública nas sociedades midiáticas. A atuação da mídia no

período pode ser ilustrada pelo tratamento discursivo desigual conferido às manifestações de rua. Sob a lógica da audiência, o espetáculo do conflito e o drama moral foram priorizados, transformando o debate político em entretenimento midiático. As marchas pró-impeachment, majoritariamente compostas por setores de classe média e alinhadas ao estabelecimento econômico, receberam um enquadramento que lhes conferiram autoridade e universalidade. Habermas (1984, p. 212) salienta que

Certamente, o público mediatizado, dentro de uma esfera pública imensamente ampliada, é incomparavelmente mais citado de diversos modos e com maior frequência para fins de aclamação pública, mas, ao mesmo tempo, ele está tão distante dos processos de exercício do poder e da distribuição do poder que a racionalização deles mal pode ser ainda estimulada através do princípio da publicidade, do tornar público. Muito menos se pode então esperar que ele possa ser garantido.

Dessa forma, a cobertura dada aos atos de protesto funcionou como um mecanismo de interdição: ao privilegiar a espetacularização do apoio popular, o g1 esvaziou o potencial de racionalização do processo. O portal substituiu a análise crítica sobre a distribuição de poder e as nuances do crime de responsabilidade por uma narrativa de consenso fabricado, onde o cidadão, embora constantemente citado e filmado, permanecia alienado das manobras de bastidores que decidiam o futuro institucional do país. Assim, o princípio da transparência pública foi convertido em estratégia de legitimação, confirmando que a visibilidade midiática não garante, por si só, o controle democrático sobre o exercício do poder.

Diante disso, tal cobertura manifestava-se por meio de estratégias discursivas de exaltação. As manchetes frequentemente utilizavam um enredo, exagerando as estimativas de público para criar a sensação de veracidade de um clamor popular maciço e incontestável. Ao focar em imagens aéreas de alta qualidade e em closes de famílias ordeiras e amorosas, a mídia transformava o protesto em um espetáculo visual (satisfazendo o critério de audiência) e, simultaneamente, construía uma identidade moral positiva para os manifestantes, conferindo-lhes a legitimidade da voz da nação. Segundo Araújo *et al.* (2022, p. 66),

As manifestações de 2015 e 2016, ao fim e ao cabo, levaram a classe média para as ruas: a fração crítica e parte da expressivista lutaram a favor da manutenção da ordem constitucional, e as demais frações (proto-fascista, liberal e parte da expressivista), vendo-se em vias de ter que disputar o capital cultural com as classes emergentes, atenderam prontamente ao chamado da elite detentora do capital econômico por meio de seu braço midiático: a TV Globo, a rádio Jovem Pan, os jornais Estado de São Paulo, o Globo e Folha de São Paulo, para citar os principais.

Em contraste, as manifestações contra o impeachment, de forte base sindical e partidária (ligada ao PT), foram discursivamente minimizadas. O enquadramento evitava a grandiosidade

visual, reduzindo-as a questões de aparelhamento político ou interesses específicos (como pautas salariais), em vez de reconhecê-las como um movimento legítimo de “defesa da democracia”. Essa abordagem estratégica, que associa um lado à espontaneidade e à moralidade e o outro à artificialidade e ao partidarismo, atuou como um potente mecanismo de construção de hegemonia. Em análise, Araújo *et al.* (2022, p. 61), reforçam que,

Em diversos momentos da vida social, no Brasil e no mundo, os movimentos sociais urbanos, principalmente nas grandes cidades, ocuparam as avenidas, praças e ruas, a fim de ecoar suas ideias. Por outro lado, esse espaço segregador impõe limites e muros invisíveis na cidade, dividindo e classificando quais grupos ou classes são pertencentes ao território específico.

A análise de Araújo *et al.* (2022), nos permite entender que o espaço urbano não é neutro, mas construído por relações de poder que determinam quem pode ou não ser visto e ouvido na cidade. As manifestações e ocupações coletivas evidenciam a busca por reconhecimento e cidadania, mas também expõem as contradições de um ambiente onde a convivência é mediada por desigualdades históricas. Nesse sentido, pensar a cidade implica questionar as estruturas que naturalizam a exclusão e repensar o uso dos espaços como instrumentos de participação e mudanças sociais.

Pela própria natureza da vida social, os indivíduos integram grupos com padrões de pensamento e ação semelhantes, orientando-se constantemente por regras coletivas. É a partir dessa lógica de agrupamento que a mídia deixou de ser um mediador neutro para se configurar como um agente ativo na disputa pelo poder. O discurso, carregado de avaliações negativas contra o governo e de omissões seletivas sobre a corrupção em outros partidos, opera para naturalizar a necessidade do impedimento.

Décadas antes de Habermas (1984) elaborar sua teoria da esfera pública, o jornalista, intelectual e comentarista político norte-americano Walter Lippmann (2008) já havia lançado um olhar profundamente cético e realista sobre a capacidade da opinião pública de guiar racionalmente os rumos da democracia em sociedades modernas, complexas e de massa. Lippmann (2008) argumenta de forma contundente que os cidadãos comuns não têm acesso direto, imediato e completo à realidade política complexa. O mundo vasto, multifacetado e em constante transformação, está para além de seu alcance perceptivo, de sua compreensão cognitiva e de sua experiência vivida.

A complexidade do mundo moderno torna impossível para os cidadãos comuns formar opiniões sobre a maioria das questões públicas. Os clichês funcionam como mapas cognitivos que permitem aos indivíduos navegar em um mundo demasiadamente intrincado para ser

compreendido diretamente. No entanto, esses mapas são construídos pelos meios de comunicação de acordo com interesses e perspectivas específicas, o que se manifesta concretamente na cobertura jornalística através da seleção de fatos, da construção de narrativas e da mobilização de imagens que criam uma realidade midiática capaz de diferir significativamente da realidade empírica. Lippmann (2008, p. 30) aponta que,

É a inserção entre seres humanos e seu ambiente de um pseudo-ambiente. A este pseudo-ambiente é que seu comportamento é uma resposta. Mas porque é um comportamento, as consequências, se eles são fatos, operam não no pseudo-ambiente onde o comportamento é estimulado, mas no ambiente real onde as ações acontecem.

Entre o indivíduo e o ambiente real interpõe-se, necessariamente, um "pseudo-ambiente": uma representação subjetiva, simplificada e muitas vezes distorcida da realidade, que é largamente moldada, construída e mediada pelas notícias e pelos meios de comunicação de massa. Lippmann (2008, p. 30) aponta assim, ironicamente, "Que atire a primeira pedra quem nunca passou adiante como verdade aquilo que ouviu alguém dizer, sendo que quem o disse não sabia mais do que ele." E ainda acrescenta (2008, p. 31),

Então o analista da opinião pública precisa começar reconhecendo a relação triangular entre a cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana àquela imagem atuando sobre a cena da ação. É como uma peça teatral sugerida aos atores com base em suas próprias experiências, em que a trama é transacionada na vida real dos atores, e não meramente com base nas partes da cena.

É a essa imagem mental, a essa ficção cognitiva e não à realidade objetiva em si, que os indivíduos reagem e respondem. O comportamento humano é uma resposta a esse pseudoambiente construído. O problema fundamental reside no fato de que essa representação mental é, na maioria esmagadora das vezes, uma simplificação grosseira, distorcida, incompleta e tendenciosa da realidade complexa. As notícias não refletem passivamente o mundo como um espelho neutro; elas o selecionam ativamente e o enquadram de forma interpretativa, destacando certos aspectos e obscurecendo sistematicamente outros. Sobre esse processo, que Lippmann (2008, p. 29) completa: "o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento".

Para navegar cognitivamente nessa complexidade esmagadora e economizar recursos mentais limitados, os indivíduos recorrem inevitavelmente a estereótipos, que Lippmann (2008) define como imagens em nossas cabeças. Os estereótipos são uma forma de economia cognitiva, um sistema de classificação simplificado que nos permite processar rapidamente a

torrente avassaladora de informações do mundo exterior. Eles são, em grande medida, fornecidos pela cultura, pela socialização e reforçados sistematicamente pela mídia. O perigo reside no fato de que tendemos a ver o mundo através das lentes distorcidas desses estereótipos, ajustando a realidade percebida a eles, em vez de ajustar nossas ideias e categorias à realidade. Lippmann (2008, p. 38) em uma passagem célebre questiona:

Tente explicar a vida social como a busca do prazer evitando-se a dor. Você logo estará dizendo que o hedonista evoca a questão, mesmo supondo que o homem persiga estes fins, o problema crucial de porquê pensar de certa forma ao invés de outra é capaz de produzir prazer, é intocável. A orientação da consciência humana explica? Como então acontece de ele ter a consciência particular que tem? A teoria econômica do interesse próprio? Mas como os homens acabam concebendo seus interesses de um jeito ao invés de outro? O desejo por segurança, ou prestígio, ou dominação, ou o que é vagamente denominado auto-realização?

Diante desse quadro pessimista sobre as capacidades interpretativas do cidadão comum e sobre a qualidade da informação disponível, Lippmann (2008) se mostra profundamente cético quanto à competência do cidadão médio para tomar decisões políticas racionais e complexas. A liderança política esclarecida e uma elite de especialistas e técnicos seriam responsáveis por analisar cientificamente a realidade multifacetada e apresentar ao público versões simplificadas, gerenciáveis e pedagogicamente adequadas dos fatos.

A teoria de Lippmann (2008), embora controversa e criticada por seu elitismo antidemocrático e por sua desconfiança das massas, é fundamental para a análise crítica da mídia contemporânea. A teoria alerta para o expressivo poder dos meios de comunicação na construção ativa dos pseudoambientes que informam (e sistematicamente desinformam) a opinião pública: um poder que se torna especialmente saliente, visível e consequente em momentos de crise política aguda, como o processo de impeachment, no qual a disputa por narrativas, por enquadramentos e por estereótipos define materialmente o curso dos acontecimentos e o destino de governos.

Compreender a opinião pública como construção social é significativa para percebermos a interface dos discursos midiáticos e entender como se traduzem em práticas sociais concretas, moldando não apenas as representações, mas as ações dos sujeitos sociais. Tal análise é particularmente relevante para investigar processos políticos controversos, como foi o caso do impeachment de Dilma Rousseff, onde a disputa pela opinião pública se tornou central para a legitimação de determinadas práticas e a deslegitimação de outras. Os discursos midiáticos exercem uma função educadora na sociedade contemporânea, “instruindo” os receptores sobre formas específicas de compreender a política, as instituições democráticas e os conflitos sociais.

A partir da informalização, que opera através de processos sutis de socialização, são transmitidas não apenas notícias, mas também valores, normas e formas de subjetivação que orientam as práticas sociais dos indivíduos.

Essa mesma lógica ajuda a compreender a função educativa exercida pelos canais de mídia e comunicação de massa. Suas mensagens operam como uma espécie de educação não formal, responsável por transmitir crenças, regras de convivência e modos de interpretar o mundo que, inevitavelmente, orientam as ações e percepções das pessoas. Reconhecer, o papel formativo da mídia é essencial; trata-se do ponto de partida para conceber práticas comunicativas que, em vez de apenas informar, estimulem a reflexão crítica e fortaleçam a participação ativa e democrática dos sujeitos na construção da cidadania. Entretanto, para que essa consciência crítica se concretize, é necessário entender as barreiras invisíveis que dificultam a percepção das estruturas de dominação.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Pierre Bourdieu (1989), cuja sociologia reflexiva fornece um instrumental conceitual indispensável e sofisticado para a análise das relações de poder no interior do campo midiático e de suas interações com outros campos sociais. Sua reflexão incide sobre os mecanismos de dominação que operam não apenas pela força física ou pela coerção econômica direta, mas, sobretudo, por uma via sutil e dissimulada e, precisamente por isso, mais eficaz e duradoura: a violência simbólica. O poder simbólico, segundo Bourdieu (1989), consiste na capacidade de construção da realidade social que tende a impor uma determinada visão de mundo como legítima, natural e inevitável, ocultando o caráter arbitrário de sua gênese histórica e cultural. Essa força se exerce com a cumplicidade objetiva dos próprios dominados, que, ao internalizarem inconscientemente as estruturas cognitivas de percepção e apreciação transmitidas pela socialização, acabam por legitimar a dominação que os afeta. Para o autor:

O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (Bourdieu, 1989, p. 7-8)

Os sistemas simbólicos, como a linguagem, a arte, a religião ou o direito, funcionam simultaneamente como "instrumentos de conhecimento e de comunicação" que estruturam ativamente a percepção que os agentes sociais têm do mundo. Ao mesmo tempo, por serem eles próprios estruturados segundo a lógica das divisões sociais, reproduzem e legitimam as divisões e hierarquias do espaço social. Com base nessa reflexão, Bourdieu (1989) explicita essa dupla dimensão:

Os 'sistemas simbólicos', como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências'. (Bourdieu, 1989, p. 9)

O poder de nomear, de classificar, de instituir divisões e de fazer ver e fazer crer em uma determinada realidade é, portanto, uma das formas mais altas e mais dissimuladas de poder, pois atua diretamente sobre a cognição e a percepção dos indivíduos, fazendo-os ver e avaliar o mundo social de uma determinada maneira, como se essa fosse a única possível ou a mais natural. A luta simbólica é uma luta pelo monopólio da nomeação legítima, pelo poder de fazer existir pela palavra, de consagrar ou de estigmatizar.

O campo jornalístico, na análise estrutural de Bourdieu (1989), é um microcosmo social relativamente autônomo, com suas próprias regras de funcionamento, hierarquias internas, formas específicas de capital (capital simbólico, capital social, capital cultural) e disputas características. Embora goze de uma autonomia relativa em relação a outros campos (político, econômico, intelectual), ele está sujeito a fortes e crescentes pressões externas, principalmente do campo econômico (por meio da lógica implacável da audiência, do compartilhamento e da publicidade) e do campo político (por meio de pressões diretas ou indiretas dos governos e partidos). O capital simbólico (prestígio, autoridade, reconhecimento) funciona formalmente permitindo que agentes (jornalistas, especialistas, políticos) imponham suas interpretações da realidade como legitimadas. Nesse sentido, a autoridade discursiva não é natural ou meritocrática, mas resulta de processos sociais complexos que envolvem a acumulação de diferentes formas de capital (econômico, cultural, social) e sua conversão em legitimidade simbólica.

Bourdieu (1989) desenvolve essa análise de forma particularmente incisiva em sua obra *O Poder Simbólico*, onde afirma:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito e poder de definição do mundo social que detém por delegação, a fracção dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas”, segundo a época), tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (Bourdieu, 1989, p. 12)

Nessa perspectiva, a hierarquia das fontes jornalísticas se manifesta concretamente na valorização de determinados tipos de expertise e da construção de reputações profissionais que conferem credibilidade aos discursos e legitimação das desigualdades sociais mais amplas. Tal estrutura permite que determinados grupos monopolizem o poder de "fazer ver e fazer crer" no espaço público, valorizando certos acontecimentos (o espetacular, o sensacional, o conflituoso) e obscurecendo outros (os processos estruturais, as análises complexas, as vozes dissonantes).

A compreensão da opinião pública como construção social é fundamental para percebermos como os discursos midiáticos se traduzem em práticas sociais concretas, moldando não apenas as representações, mas também as ações dos sujeitos sociais. Essa compreensão é relevante para analisar processos políticos controversos, nos quais a disputa pela opinião pública se torna central para a legitimação de determinadas práticas e a deslegitimação de outras.

Diante das argumentações apresentadas, conclui-se que os processos contemporâneos de formação da opinião pública afastam-se do ideal de argumentação racional e livre de coerções proposto por Habermas (1984), revelando-se cada vez mais subordinados a condicionantes econômicos e ideológicos. Nesse contexto, torna-se indispensável a adoção de um aparato analítico crítico, ancorado nas contribuições de Habermas (1984), Lippmann (2008) e Bourdieu (1989), capaz de desvelar as formas pelas quais as hegemonias política e econômica se enraízam em dispositivos discursivos destinados à fabricação do consenso e à marginalização de vozes dissonantes.

Essa dinâmica instrumentaliza as crises políticas em favor de interesses corporativos, dissimulando as desigualdades estruturais de acesso à informação e as assimetrias de poder simbólico que restringem a efetiva participação democrática. Ao impor determinadas pautas como prioritárias, os meios de comunicação e as pesquisas de opinião realizam um ato deliberado de poder, convertendo o debate público em mecanismo de legitimação das relações de força preexistentes e consolidando, assim, a eficácia da dominação social sobre a diversidade do discurso.

Na sequência, o próximo capítulo, intitulado a *Crise da Democracia Brasileira*, aprofunda a reflexão sobre os desdobramentos políticos e sociais do impeachment de Dilma Rousseff. O texto examina como esse evento contribuiu para o enfraquecimento das instituições democráticas e para o acirramento da polarização política no país.

## 2 CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A crise democrática vivida no Brasil entre os anos de 2014 e 2016 deixou como legado um fenômeno complexo, que transcendeu questões meramente episódicas ou administrativas. Constituiu-se como marco na memória política recente, com características convergentes de múltiplas dimensões econômicas, sociais, institucionais e de governabilidade, que resultaram em graves rupturas no processo democrático pós-ditadura militar. Tal cenário não se apresenta de forma isolada, mas se manifesta pelas contradições sociais e estruturais do próprio modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Segundo Melo *et al.* (2020), a passagem da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva para Dilma Vana Rousseff, ocorrida em 2011, se deu em um contexto de crescimento econômico de 7,5%, acompanhado de uma taxa de desemprego de 6,9%, inflação sob controle e expectativas positivas entre os investidores. Ainda em consonância com os autores:

Pontos politicamente importantes decorreram desse fato: a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, o fortalecimento das políticas de inclusão e a constituição de um sistema político mais transparente. Exemplos claros disso são a ampliação das cotas em universidades públicas e a sanção da Lei anticorrupção (nº 12.846/2003), possibilitando os acordos de delação premiada capazes de responsabilizar empresas por atos corruptos. (Melo *et al.* 2020, p. 25),

De acordo com Melo *et al.* (2020), as ações governamentais voltadas para a estabilização econômica do país ocorreram no primeiro mandato de Dilma Rousseff, que foi marcado pelo esforço de atenuar os riscos relacionados à economia brasileira e pelo objetivo de impedir uma aproximação mais intensa da política econômica nacional ao modelo neoliberal. Após essa fase, o segundo mandato de Dilma Rousseff iniciou-se com grandes desafios: era necessário negociar com os demais partidos, firmando alianças e apoios para viabilizar as decisões políticas e, assim, garantir a governabilidade. Além disso, exigia-se a adoção de medidas economicamente mais sustentáveis para o país.

Conforme Melo (2020), o governo Dilma Rousseff priorizou, naquele momento, uma política econômica focada na desoneração da folha de pagamentos, estratégia pensada para ampliar postos de trabalho e assegurar maior estabilidade às empresas. Entretanto, essa estratégia não produziu os efeitos esperados. Simultaneamente, a implementação de ações de caráter anticíclico contribuiu para o aumento do déficit das contas públicas, ocasionando atrasos nos repasses às empresas estatais, ainda que os registros oficiais continuassem a indicar a existência de superávit.

Os empasses daquele período, caracterizados por retrações econômicas e pela intensificação de expressivas mobilizações sociais em diferentes segmentos da sociedade, acabaram por enfraquecer o governo e limitar sua capacidade de condução administrativa. Diante disso, o impeachment de Dilma Rousseff constituiu-se por meio de um sintoma de tensões que atravessam toda a experiência democrática brasileira pós 1988, evidenciando os limites e fragilidades de um sistema político que, apesar de formalmente democrático, preserva características autoritárias e excludentes herdadas de períodos anteriores.

Interpretações tradicionais que reduzem a crise a questões de governabilidade, corrupção ou incompetência administrativa acabam por obscurecer suas dimensões estruturais. Essa visão foi reforçada por narrativas hegemônicas, amplamente difundidas pelos meios de comunicação, que personalizaram a crise em falhas individuais ou partidárias, sem considerar as contradições sistêmicas que a tornaram possível. Para compreender essa dinâmica, a contribuição de Fernandes (1976) é essencial. O autor evidencia que as elites brasileiras, ao longo da história, desenvolveram estratégias de modernização conservadora, que garantiam a preservação das estruturas de dominação social, impulsionando mudanças apenas superficiais, capazes de atender a demandas imediatas sem, contudo, promover transformações profundas ou romper com as bases desiguais da ordem vigente. Vejamos:

Todavia, o desenvolvimento capitalista logrado traz consigo, como nas sociedades centrais e hegemônicas, as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado. A história do mercado comanda a história econômica, social e política, até que ele, sem passar propriamente para segundo plano, engendra finalmente uma transição mais complexa, na qual as funções dinamizadoras da transformação capitalista passarão a nascer das relações capitalistas de produção propriamente ditas. (Fernandes, 1976, p. 247)

Nesse sentido, a crise de 2014-2016 no Brasil exemplifica um padrão histórico de mudanças que preservam os fundamentos da ordem oligárquica. Assim, a narrativa do “golpe contra a corrupção” serviu para legitimar interesses de classe específicos sob o disfarce de benefícios políticos para a nação.

Por isso, a análise desse período torna-se necessária para o entendimento dos desafios recentes da democracia do nosso país, ao relacionarmos a experiência nacional às tendências globais de erosão democrática identificadas em diferentes contextos. Além da sua importância para compreender a política nacional, essa análise também contribui para os debates teóricos acerca dos limites e possibilidades da democracia perante um sistema capitalista burguês.

Assim, as reflexões de Wendy Brown (2019, p. 39) evidenciam o neoliberalismo como força corrosiva dos fundamentos da vida democrática. Conforme é observado a seguir:

À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social - seu inimigo declarado.

Segundo Brown (2019), o neoliberalismo corrói a democracia ao fragilizar a noção de sociedade enquanto espaço coletivo e igualitário. Nesse processo, a política passa a ser marcada pela polarização e a liberdade é reduzida a um direito individual de apropriação, em oposição ao social, que passa a ser visto como inimigo. É por esse viés que apontamos para os riscos à democracia.

Diante disso, expomos a organização deste capítulo e os objetivos específicos que a orientam, delineando a progressão argumentativa a ser construída, bem como as articulações entre as distintas dimensões da análise. A primeira subseção examinará as tensões estruturais que criaram as condições de possibilidade para a crise, analisando as contradições acumuladas desde a redemocratização e suas manifestações no período 2014-2016. A segunda subseção foca no impeachment como instrumento político, analisando tanto suas dimensões jurídico-constitucionais quanto suas implicações para a estabilidade democrática, incluindo a comparação com experiências históricas similares. A terceira subseção abordará a Operação Lava Jato como expressão dos processos de judicialização da política, examinando seus métodos, efeitos e relações com a construção de narrativas legitimadoras da crise. Desse modo, nossa intenção nesta seção é fornecer uma análise crítica e teoricamente fundamentada dos processos que culminaram no impeachment de Dilma Vana Rousseff, contribuindo para o entendimento das mudanças contemporâneas da democracia brasileira, na qual buscamos oferecer subsídios para a análise empírica a ser desenvolvida nos capítulos subsequentes.

## 2.1 O BRASIL E AS TENSÕES ESTRUTURAIS

As raízes da crise de 2014-2016 no Brasil encontram-se em processos de negociações políticas marcadas por traços autoritários, que mantiveram a continuidade de ideologias herdadas do golpe militar de 1964. Segundo Pires (2014, p. 18),

A ditadura militar brasileira teve início através de um golpe de Estado orquestrado e conduzido pelos altos comandos militares do Brasil em parceria estratégica e logística com o governo dos EUA. Contou ainda com o apoio das elites civis brasileiras (econômicas, moralistas e conservadoras) e internacionais, que temiam a perda dos seus privilégios históricos e o avanço do comunismo. Essas elites civis a que nos referimos contemplam variados setores da sociedade civil (nacional e internacional),

como segmentos do empresariado, dos banqueiros, dos latifundiários, da política, das religiões cristãs e dos meios de comunicação.

O processo de transição democrática no Brasil demorou a se consolidar, pois a força motriz permanecia sob controle dos militares. Ainda em consonância com Pires (2014), o empresariado brasileiro representava uma parcela significativa do respaldo civil concedido à Escola Superior de Guerra (ESG). Tal grupo não se restringia, necessariamente, aos estudantes, mas englobava também orientadores e professores que colaboravam na formação do corpo discente segundo as lógicas do capitalismo, cujo objetivo central era convencê-los de que o comunismo representava o verdadeiro problema do país. Pires (2014, p. 22) corrobora que,

Para levar a efeito o seu projeto de sociedade (ou a sua ideologia) os militares precisavam garantir o controle do Estado e do seu aparelho repressivo e ideológico (instâncias complementares) que, por excelência, são mecanismos de dominação. Nesse contexto, a ideologia do Estado de exceção – apesar do uso direto da violência para sufocar a contestação e se afirmar – não dispensa, como não pode dispensar, a noção de falseamento da realidade através do uso do Aparelho Ideológico de Estado (AIE), simbolizado pelo viés jurídico, religioso e midiático.

Diante disso, após intensa resistência ao autoritarismo civil-militar, intelectuais, estudiosos e a classe trabalhadora engajaram-se na luta pela liberdade, de modo que o processo de democratização só passou a ser articulado na segunda metade da década de 1970. Segundo Carvalho (2022), as elites políticas e econômicas só passaram a assumir protagonismo nas negociações voltadas à redefinição do regime após intensa pressão, mas, ainda assim, buscavam preservar seus próprios interesses no âmbito da sociedade, sobretudo em função do contexto econômico e social então vigente. De acordo com o autor,

Vale ressaltar que nossa transição pactada, além de garantir a sobrevivência dos atores políticos com origem na ditadura, pouco avançou na desativação dos militares e na revisão crítica dos crimes da ditadura; o retorno dos militares à cena política em 2017 e sua ampliação sob o governo Bolsonaro, com defesa do legado da ditadura e adesão à direita, atestam que nossa transição não equacionou a “questão militar” (Carvalho, 2022, p. 266).

Embora a transição negociada tenha evitado rupturas traumáticas, seu custo foi a manutenção de importantes estruturas de poder herdadas do período autoritário. A consequência disso foi a restrição do alcance das recomposições democráticas e a preservação de padrões históricos de exclusão política e social. Para Sierra e Freire (2021, p. 174): “O conservadorismo sempre fez parte da cultura política brasileira e sempre persistiu em nossa realidade, e não pode ser compreendido isoladamente.” Prova disso é que os mecanismos de

controle social criados pelo Estado autoritário não foram extintos com a redemocratização. Ainda nas palavras das autoras,

O controle social e a vigilância através de seus suportes marcam sua presença em vários momentos políticos da história brasileira expressando o autoritarismo, nas formações concretas e nas inconscientes, com raio de ação muito maior e desconhecido do que imaginamos à primeira vista. Contudo, o que as mudanças nas modalidades de controle e vigilância revelam é sua intrínseca relação com as transformações infraestruturais econômicas e com as ideologias políticas, que se reformulam a fim de assegurar o domínio do Estado sobre os processos de mudança. (Sierra e Freire, 2021, p. 175)

A monitorização e o controle social são manifestações persistentes do autoritarismo na história política do Brasil, presentes tanto em formas explícitas quanto implícitas. A evolução desses métodos de controle e vigilância está intimamente ligada às evoluções econômicas de infraestrutura e às ideologias políticas, remodelando-se continuamente com propósito de assegurar a dominação do Estado sobre as mudanças em curso.

A chamada “transição pactuada” brasileira, com suas características próprias, trouxe consequências duradouras para a qualidade da democracia. Segundo Machado (2013), os acordos firmados entre as elites limitaram as possibilidades de transformações profundas. A estratégia de “abertura lenta, gradual e segura”<sup>1</sup>, promovida pelos militares, assegurou que setores conservadores mantivessem espaços de poder na República, projetando sua influência sobre a Constituição de 1988 e sobre a forma de organização do sistema político democrático. Segundo Machado (2013, p. 39),

o processo de justiça de transição após experiências autoritárias compõe-se de pelo menos quatro dimensões: 1) a reparação; 2) o fornecimento da verdade e a construção da memória; 3) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei e 4) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos.

---

<sup>1</sup> A Abertura Política foi o nome dado a uma série de ações cujo objetivo era realizar uma transição lenta, gradual e segura para a democracia nos últimos dois mandatos do regime militar no Brasil. O slogan que marcou a abertura política foi cunhado durante o governo Geisel, que pretendia realizar o processo de retorno à democracia de forma “lenta, gradual e segura”. Lenta porque não havia consenso nas Forças Armadas quanto à abertura política. Gradual porque, não era ainda hora dos militares abrirem mão das eleições indiretas para prefeitos, governadores e para o presidente da república. Segura porque procurou garantir o controle do crescimento da esquerda no poder, evitando que o processo de transição permitisse a eclosão de uma revolução como se havia visto em Cuba e China. Ernesto Geisel via o regime militar como uma etapa passageira, essencial para garantir a instauração do liberalismo no Brasil. Durante sua gestão, deu início ao processo de retorno à democracia liberal, que ele próprio definiu que deveria se dar de maneira “lenta, gradual e segura”.

Após a ditadura militar, o Brasil vivenciou uma transição para a democracia que se mostrou distinta e lenta em comparação com outros países sul-americanos, como Argentina, Chile e Uruguai. De acordo com Machado (2013, p. 38)

o Brasil é o único destes países em que os agentes do Estado envolvidos em crimes contra os direitos humanos praticados nesses períodos tiveram sucesso em barrar eventuais revisões do período à luz de novas perspectivas políticas, humanas e jurídicas.

Nesse sentido, essa modalidade de transição política produziu uma democracia fragilizada e fragmentada, cujas limitações condicionaram a profundidade do processo de redemocratização no país. A própria Constituição de 1988, embora tenha assegurado conquistas relevantes em termos de direitos sociais e políticos, preservou mecanismos de poder centralizados que restringiram a consolidação democrática.

O processo constituinte refletiu as correlações de força vigentes, produzindo um texto que, ao mesmo tempo que incorporava pautas democratizantes, mantinha privilégios e estruturas oligárquicas. Assim, o marco de 1988 institucionalizou contradições que se revelariam de forma aguda nas crises políticas subsequentes. Conforme observa Baggio (2022, p. 464),

Nessa toada, foram sendo construídos argumentos para reforçar a legitimidade constitucional como uma tentativa de superar as máculas de um processo tutelado, com base na inegável concretude das lutas políticas organizadas em torno da redemocratização. A academia jurídica fez isso de forma magistral e necessária, afinal, a reconstrução do país passava pelo desafio de superar mazelas históricas de primeira ordem, como a desigualdade social e o acesso a direitos. E, nesse sentido, reforçar a legitimidade do texto constitucional - a partir das disputas por um regime democrático reivindicado pelas mobilizações da sociedade civil - foi uma estratégia que contribuiu inegavelmente para a estabilização do país.

A reconstrução do país exigia o enfrentamento de dilemas históricos estruturais, como a persistente desigualdade social e a restrição ao pleno exercício de direitos. Nesse contexto, a nova ordem constitucional, legitimada pelas mobilizações da sociedade civil em prol da redemocratização, assumiu um papel decisivo na configuração de uma estabilidade política. Contudo, essa estabilidade não foi capaz de sustentar o novo pacto social. Para Gramsci (2007, p. 184)

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer [...]

Para Gramsci (2007), quando a elite que detém o poder perde o consenso social e deixa de ser reconhecida como liderança, ela passa a atuar apenas sob a força dominadora, sustentada pela coerção. Esse processo, que revela o rompimento das massas com os valores tradicionais, caracteriza uma crise de hegemonia: o antigo já não se sustenta, mas o novo ainda não conseguiu se afirmar.

A transição para a democracia no Brasil, iniciada na metade dos anos 1970 e consolidada na década de 1980, foi amplamente elaborada pela elite dominante. As exigências da população foram, em grande parte, negligenciadas, resultando em uma alteração no sistema de governo que manteve o poder e a influência concentrados nos mesmos segmentos da sociedade, da política e da economia. Segundo Dias (2015, p. 257)

podemos pensar o recente processo histórico brasileiro como algo marcado por permanências e rupturas, no qual tanto os anos de chumbo quanto os anos de democracia foram (e têm sido) marcados pela concentração do poder político e do poder econômico nas mãos de uma minoria.

Neste contexto, destaca-se o político Tancredo Neves, fiel às tradições mineiras de governabilidade e ligado a grupos moderados e conservadores, ele idealizou uma transição política negociada que envolvia as elites no poder. O interesse desses grupos era paradoxal: defendiam a restauração das liberdades individuais, mas, ao mesmo tempo, buscavam preservar o domínio político e econômico sob seu controle. A transição do regime ditatorial, contudo, não se limitou ao campo da política institucional. O termo “Nova República”, associado à Tancredo, foi cunhado para marcar esse novo momento, que contrastava com o anseio popular por mudanças mais profundas, expresso nas manifestações de rua.

A eleição do primeiro civil para a presidência após mais de duas décadas foi celebrada por grande parte da população como um prenúncio de mudança, em uma época marcada por inúmeras dificuldades. No entanto, Tancredo foi acometido por uma doença na véspera de sua cerimônia de posse como presidente, falecendo em 21 de abril de 1985. Seu adoecimento e morte causaram uma intensa comoção e receberam grande atenção da opinião pública e midiática. Segundo Dias (2015, p. 259),

José Sarney, vice-presidente eleito junto com Tancredo e ex-parlamentar da Arena que integrava a Frente Liberal, acabou ocupando a Presidência da República. A Ditadura Militar Brasileira chegava ao seu fim com um político historicamente associado ao partido da Ditadura ocupando o cargo máximo do poder Executivo. Nada melhor do que isso poderia representar tão bem a “transição pactuada” da Ditadura para o Estado democrático de direito no Brasil da década de 1980.

A reconstrução da democracia brasileira atingiu um momento decisivo em 1989, quando o eleitorado, após um longo intervalo de mais de duas décadas sob o regime militar, pôde finalmente participar da escolha direta de seu Presidente. O resultado desse pleito levou Fernando Collor de Mello ao poder em 1990 e seu breve período de governo provou ser um divisor de águas na trajetória nacional. Barcelos e Gabler (2011, p. 5) apontam aspectos relevantes desta trajetória política brasileira no final da década de 1980,

Marco da retomada do processo democrático no Brasil, a eleição presidencial de 1989, a primeira realizada de maneira direta desde 1960, foi polarizada entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, cuja campanha teve como mote a luta contra a inflação, a reforma do Estado e a modernização da economia. Após conseguir quase cinquenta por cento dos votos no segundo turno das eleições, Collor assumiu a presidência da República em 15 de março de 1990, dando início a um breve e conturbado governo em que a administração pública acabou por ocupar um papel central dentro de um projeto político que buscava remodelar, de forma substancial, a maneira como o Estado brasileiro se colocava diante da sociedade. No entanto, seu governo foi marcado por consecutivas crises políticas, rearranjos na administração pública, mudanças ministeriais, denúncias e acusações de corrupção e improbidade administrativa, que culminaram no impeachment de Fernando Collor, em setembro de 1992. Seu sucessor, o vice-presidente Itamar Franco, limitou-se a realizar mudanças de menor amplitude na estrutura da administração pública, num esforço de corrigir algumas das alterações realizadas por seu antecessor.

O governo Collor, que iniciou sob o discurso de modernização e combate à corrupção, rapidamente se revelou autoritário e envolto em escândalos. Suas políticas econômicas, como o confisco das poupanças e a abertura desordenada do mercado, agravaram a crise social e minaram sua credibilidade. O acúmulo de denúncias e a mobilização popular culminaram em seu impeachment em 1992, simbolizando o repúdio da sociedade à corrupção e à ineficiência do Estado. Com a posse de Itamar Franco, buscou-se restaurar a estabilidade, o que resultou no Plano Real, liderado por Fernando Henrique Cardoso, que controlou a hiperinflação e reorganizou a economia. Entretanto, o sucesso do plano marcou a consolidação de um modelo neoliberal no governo de FHC, pautado por privatizações, abertura ao capital estrangeiro e redução do papel social do Estado. Embora tenha garantido estabilidade econômica e prestígio internacional, esse modelo acentuou desigualdades e limitou as políticas de inclusão, marcando a passagem do ideal de modernização nacional para a lógica de mercado.

O padrão de desenvolvimento adotado na década de 1990, guiado por diretrizes neoliberais, alterou profundamente as interações entre Estado, mercado e sociedade civil. A adoção de medidas de liberalização econômica, privatização de empresas públicas e retração da atuação estatal na economia, acarretou não apenas mudanças no campo econômico, mas também redefinições estruturais nas dinâmicas de poder da sociedade brasileira. Se por um lado

esse modelo impulsionou a modernização de determinados setores da economia brasileira, por outro, produziu efeitos sociais duradouros, como o crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e o agravamento das desigualdades. Bresser-Pereira (2003, p. 15) corrobora essa visão: “a injustiça de nossa distribuição de renda torna-se cada vez mais escandalosa e nossa subordinação internacional, cada vez mais inaceitável.”

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o cenário político brasileiro consolidou-se em torno de uma disputa que ganharia força em 2002, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, amplamente conhecido como Lula. Nordestino, nascido em Pernambuco, Lula migrou para São Paulo em busca de melhores condições de vida e começou a trabalhar como operário metalúrgico no ABC paulista, importante polo industrial do país. Durante sua trajetória profissional, sofreu um acidente de trabalho que resultou na perda de um dedo, experiência que marcou profundamente sua consciência de classe e o motivou a lutar pelos direitos dos trabalhadores.

A partir desse momento, Lula emergiu como uma expressiva liderança sindical ao assumir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Sua atuação combativa o projetou como figura central nas mobilizações operárias do final da década de 1970, período marcado pela repressão e pela censura da ditadura militar. Em seus discursos em palanques e assembleias, notabilizou-se por denunciar as condições precárias de trabalho e defender uma política trabalhista mais justa.

Além da militância sindical, Lula teve papel relevante no movimento das Diretas Já, que reivindicava a retomada das eleições diretas para presidente durante o processo de redemocratização do país. Nesse contexto, também se tornou um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980 com o objetivo de representar os interesses da classe trabalhadora, os movimentos sociais e as minorias.

Com esse legado consolidado, Lula candidatou-se à presidência da República em três eleições consecutivas sem sucesso. Em 1989, disputou contra Fernando Collor de Mello e foi derrotado no segundo turno em uma eleição marcada por forte manipulação midiática e discurso moralizante. Em 1994 e 1998, enfrentou Fernando Henrique Cardoso, que, impulsionado pelo sucesso do Plano Real, venceu ambas as disputas ainda no primeiro turno. Finalmente, em 2002, Lula obteve vitória no segundo turno sobre José Serra, candidato apoiado pelo então presidente FHC, tornando-se o primeiro operário e sindicalista a chegar à presidência do Brasil. Sua força política se reafirmou em 2006, quando foi reeleito contra Geraldo Alckmin, consolidando-se como uma das lideranças políticas mais emblemáticas da história republicana brasileira.

Ao assumir a presidência, Lula adotou o modelo neodesenvolvimentista que buscava conciliar crescimento econômico e inclusão social. Essa abordagem gerou contradições internas em seu governo, pois representou ao mesmo tempo ruptura e continuidade em relação ao neoliberalismo anterior. A ruptura veio com o fortalecimento do Estado e a ampliação de programas sociais; a continuidade, na manutenção da estabilidade macroeconômica e da confiança do mercado. Assim, seu governo combinou políticas de redistribuição com práticas ortodoxas, equilibrando os interesses do capital e demandas sociais. Carvalho e Júnior (2019, p. 277) corrobora que,

a partir do segundo Governo Lula, é a sustentação da exigência do crescimento econômico, mantendo as políticas macroeconômicas de ajuste. É desta simbiose entre neoliberalismo e busca da aceleração do crescimento econômico que emergem as bases ideológicas do neodesenvolvimentismo petista.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder introduziu mudanças significativas ao combinar crescimento econômico com redistribuição de renda, por meio de políticas como o Programa Bolsa Família, a valorização do salário-mínimo e a expansão do ensino superior. Apesar dos resultados expressivos na redução da pobreza e da desigualdade social, esse modelo apresentava contradições e limitações que se tornariam evidentes durante a segunda década do século XXI. Ficou claro que a melhoria das condições de vida dos setores populares não se traduziria, automaticamente, em transformações estruturais das relações de poder. Segundo o IPEA (2010, p. 130),

Elevar a oferta de serviços públicos para os menos favorecidos nas áreas de saneamento básico, educação, saúde, segurança, transporte público e previdência e, ao mesmo tempo, manter um bom desempenho nas contas públicas é um dos desafios que a dinâmica do desenvolvimento brasileiro precisa demonstrar ser possível vencer.

É possível compreender, assim, que um dos grandes desafios enfrentados pelo Brasil naquele período foi ampliar o acesso a serviços essenciais para a população de baixa renda sem comprometer a saúde fiscal do Estado. Conciliar políticas de inclusão social com a responsabilidade econômica exigia um equilíbrio entre investimento público e o controle das contas, uma tensão que se tornou um dos eixos centrais da gestão econômica e política do país durante os anos do governo Lula.

Ao final do seu último mandato, em 2010, Lula lançou Dilma Vana Rousseff como sua sucessora para dar continuidade a esse projeto político. Nascida em Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1947, Dilma cresceu em uma família de classe média e, ainda jovem, envolveu-se com movimentos de resistência à ditadura militar instaurada em 1964. Militante de

organizações de esquerda, como o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Dilma participou ativamente da luta contra o regime autoritário, sendo presa em 1970 e permanecendo quase três anos encarcerada, período em que foi submetida a torturas e interrogatórios.

Após ser libertada, retomou os estudos e formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sua trajetória política institucional começou em Porto Alegre, onde atuou como secretária de Fazenda e, posteriormente, secretária de Energia no governo do Rio Grande do Sul, acumulando experiência técnica e administrativa. Assim, sua atuação chamou a atenção de Lula, que, ao assumir a presidência em 2003, convidou Dilma para ser ministra de Minas e Energia, cargo no qual se destacou pela reorganização do setor elétrico e pelo incentivo à expansão da matriz energética nacional. Em sua biografia publicada pela Secretaria Geral da Presidência da República (2022, p. 1), destaca-se que

Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005, comanda profunda reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos.

Por seu destaque durante o biênio 2003 e 2005, a área de Minas e Energia passou por uma grande mudança. Dilma, que também era a presidente do Conselho da Petrobras, instituiu o novo marco legal (incluindo regulamentos e normas técnicas). Complementarmente, ela deixou sua marca na matriz energética do país ao viabilizar a adição do biodiesel e ao lançar o projeto de inclusão social e energética, o Luz Para Todos.

Em 2005, com a saída de José Dirceu, Dilma foi nomeada chefe da Casa Civil, tornando-se uma das principais figuras do governo. Reconhecida por sua competência técnica e firmeza nas decisões, ganhou projeção nacional e conquistou a confiança de Lula, que a escolheu como sua sucessora natural. Segundo a biografia de Dilma publicada pela Secretaria Geral da Presidência da República (2022, p. 1),

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa a candidatura da ex-ministra. No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

Segundo Dantas (2019, p. 23-24), Dilma representa a primeira mulher a quebrar a barreira do poder no Brasil,

Uma das marcas da campanha de 2010 foi a novidade de se ter uma mulher presidente em uma república que, até aquele momento só havia conhecido presidentes homens. Os debates teóricos sobre a inserção das mulheres à política destacam como a questão do ineditismo e da vontade de renovação na política conduzia os eleitores a votarem em mulheres, personagens menos vinculados à “política tradicional”. Na eleição de Dilma Rousseff em 2010, portanto, o marketing de campanha explorou a proposta da “primeira mulher presidente” e, na propaganda eleitoral do segundo turno, optou pelo slogan “É a vez da mulher”

No discurso de posse de seu primeiro mandato, em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff enfatiza a relevância simbólica e política da presença feminina no poder, sublinhando que sua ascensão à presidência representa não apenas uma conquista pessoal, mas também um marco histórico na luta das mulheres por reconhecimento no país, especialmente em relação à igualdade e à participação efetiva nos espaços de decisão política. Vejamos:

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber neste momento uma centelha da sua imensa energia e sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa dessa ousadia do voto popular que após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do País (Agência Senado, 2011).

Com mais de um século de República, o Brasil nunca havia escolhido uma mulher para o cargo máximo da nação. A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, rompeu essa barreira simbólica e política, marcando uma inflexão na história democrática do país. Sua candidatura representou, ao mesmo tempo, a continuidade do projeto iniciado em 2003 e a afirmação da presença feminina nos espaços de poder, consolidando o lulismo como força predominante no cenário nacional. A ascensão de Dilma ao Planalto simbolizou a possibilidade de uma liderança feminina em um ambiente historicamente masculino, ainda que seu governo tenha sido marcado por tensões econômicas e pelo acirramento das disputas políticas.

Apesar da vitória expressiva em 2010 e de um início de mandato marcado pela estabilidade e pelo entusiasmo em torno da primeira presidenta, o governo de Dilma Rousseff

encarou uma reviravolta repentina no panorama político a partir de 2013. A economia, que servira de motor para sua eleição, começou a dar sinais de lentidão com o crescimento estagnado e a inflação em alta. Com o otimismo do período Lula se dissipando, a Presidenta precisou lidar com problemas políticos no Congresso e com acusações de intervenção excessiva na economia. Foi nesse cenário de crescente instabilidade que eclodiram, em junho de 2013, as expressivas manifestações de rua, como assinalado por Medeiros (2014, p. 89)

Em junho de 2013, o Brasil foi inundado por imagens que surpreenderam o país, a saber, as cenas das chamadas jornadas de junho; uma onda de protestos gigantescos que não eram vistos desde o movimento pelo impeachment do presidente Collor em 1992. Milhões de jovens nas ruas, em mais de mil municípios do país – sobretudo nas grandes e médias cidades –, tomaram as principais avenidas, ocupando locais centrais, em uma série de manifestações que causaram um terremoto político, cultural e intelectual no Brasil. O sistema político foi abalado, a popularidade dos governantes despencou, as redes sociais foram os principais instrumentos de mobilização, e novos movimentos sociais apareceram na arena pública.

Manifestantes ocuparam as principais cidades, tomando pontos estratégicos, numa eclosão de protestos que abalaram as estruturas do país. O arranjo de poder estabelecido sofreu um impacto profundo, a aceitação dos líderes despencou e as plataformas digitais foram os principais meios de convocação, com novas organizações civis surgindo no espaço público. Medeiros conclui (2014, p. 89) que,

as jornadas de junho são resultado da combinação do aumento do valor das passagens do transporte municipal em pleno funcionamento do ano letivo de escolas e universidades com a truculência repressiva da Polícia Militar de São Paulo, que, desde o primeiro momento, agiu com violência intensa às manifestações pela revogação do reajuste; no aspecto estrutural, as jornadas de junho podem ser relacionadas com o debate acerca da nova classe social que teria surgido no Brasil pós-governo Lula, que alguns chamam de nova classe média e outros de nova classe trabalhadora. Essas manifestações representariam, então, um primeiro momento de ação política dessa nova classe; na terceira hipótese, as jornadas de junho são consideradas um momento de afirmação de novas formas de organização coletiva, com base em uma análise das concepções e práticas do Movimento Passe Livre de São Paulo, que esteve à frente dos primeiros protestos

No entanto, o violento choque com a polícia e a massiva cobertura midiática expandiram rapidamente a pauta, transformando as manifestações em um movimento de insatisfação generalizada contra a corrupção, contra os gastos públicos excessivos em grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), contra a qualidade precária dos serviços públicos (saúde e educação) e à classe política tradicional como um todo. Esses movimentos marcaram uma ruptura dramática no panorama político e social brasileiro confidenciando a existência de um profundo mal-estar social que transcendia as questões políticas.

A perda de apoio social que antes garantia a estabilidade política nos primeiros anos dos governos do PT, expressou contradições não resolvidas do modelo de desenvolvimento brasileiro. Elas iniciaram devido ao aumento das tarifas de transporte público, que rapidamente se expandiram e diversificaram, incorporando demandas relacionadas à qualidade dos serviços públicos, à corrupção política e à representação democrática. Portanto, o período de junho de 2013, representou um ponto de inflexão fundamental na trajetória política brasileira, demonstrando a emergência de novas contradições e tensões sociais que não encontravam expressão adequada no sistema político institucional, além de mostrar como os protestos também expressaram o crescimento de sentimentos antipolíticos e antipetistas que seriam mobilizados posteriormente.

As genuinidades sociais, que são constantemente construídas e passíveis de alteração, sofreram um abalo significativo. A redemocratização do Brasil gerou uma narrativa específica que, com o passar do tempo, especialmente na primeira década do século XXI, começou a perder sua força abrindo caminho para o surgimento de novos discursos hegemônicos que reconfiguraram o debate social no país.

A crise econômica, que se aprofundou a partir de 2014, atuou como catalisadora das tensões políticas e sociais já acumuladas. O cenário de baixo crescimento, alta inflação, aumento do desemprego e queda dos preços das commodities criou um terreno fértil para a oposição ao governo Dilma Rousseff. Essa crise, contudo, não pode ser entendida apenas como resultado de fatores conjunturais, mas deve ser situada nas contradições do modelo neodesenvolvimentista e nas transformações da economia capitalista mundial. Nesse contexto, setores conservadores mobilizaram o descontentamento popular, transformando a crise econômica em combustível para a intensificação do conflito político.

A oposição ao governo Dilma foi impulsionada por diversos grupos sociais que, apesar de serem interesses e ideais distintos, encontraram convergência ao se aliarem a setores das elites políticas e econômicas com o objetivo de desestabilizar o Partido dos Trabalhadores. Nesse contexto, grandes empresários, representantes do agronegócio, parte da classe média urbana e grupos conservadores articularam-se por meio de entidades como a FIESP, além de movimentos como “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”, pressionando pela queda do governo. Conforme Pinto, (2017, p. 129-130)

Se há uma característica capaz de definir as manifestações de rua de 2013 no Brasil é a diversidade de pessoas que delas participavam e que se revela em um flagrante fragmentação discursiva. Estavam nas ruas: o Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta, autodenominando-se anarquistas; bancários e professores das redes estaduais, reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, os partidos políticos e o governo Dilma; médicos revoltados com os programas de saúde do governo para o atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos militares; jornalistas da Rede Globo de televisão defendendo o direito do “cidadão de bem” de se manifestar.

Naquele contexto de instabilidade política e econômica, associações empresariais difundiram princípios neoliberais, defendendo a urgência de modernização e de práticas eficazes como forma de sustentar suas demandas. A mobilização conservadora, entretanto, não foi um fenômeno espontâneo, sendo, na verdade, fruto de estratégias articuladas por segmentos que se sentiram ameaçados pelas políticas de redistribuição de renda implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Desse modo, as manifestações contrárias ao governo foram financiadas por setores do empresariado, o que favoreceu a difusão de um discurso cada vez mais reacionário.

A ascensão de uma nova classe média, impulsionada pelas políticas de redistribuição de renda dos governos Lula e Dilma, não se traduziu em um apoio automático ao projeto de desenvolvimento vigente. Pelo contrário, esse fenômeno gerou novas aspirações e demandas que entraram em choque com as normas do sistema político. Essas classes médias urbanas, especialmente aquelas que haviam experimentado progresso econômico, passaram a rejeitar políticas de inclusão social por considerá-las ameaçadoras à sua posição de classe, buscando assim uma forma de distinção simbólica.

Segundo Cadoná (2023), a trajetória do governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2015, expressa o esgotamento do pacto neodesenvolvimentista que havia sustentado a coalizão petista desde 2003. Ao buscar acelerar a política de reindustrialização e crescimento, Dilma implementou medidas voltadas à redução dos juros, ampliação do crédito via BNDES e desonerações fiscais para o setor produtivo, tentando responder às demandas históricas da burguesia industrial. Contudo, essas políticas colocaram o governo em confronto direto com o capital financeiro e evidenciaram as contradições estruturais do modelo, que dependia da conciliação entre interesses de classes antagônicas.

Entre 2013 e 2014, as tensões se agravaram. As jornadas de junho expuseram o descontentamento popular, enquanto a mídia hegemônica e o empresariado industrial, antes aliados, passaram a criticar abertamente o governo. A desaceleração econômica e o início da recessão em 2015 aprofundaram a perda de apoio político e social. Nesse contexto, observa

Cadoná (2023), o projeto neodesenvolvimentista entrou em colapso: o empresariado industrial aderiu ao discurso neoliberal, o campo conservador reorganizou-se e o governo Dilma, isolado, viu sua base social e institucional se fragmentar. O período entre 2011 e 2015 consolidou a transição de um ciclo de crescimento e inclusão para outro marcado pela crise econômica, polarização política e pela retomada da hegemonia neoliberal no Brasil. Ainda em consonância com Cadoná (2023, p. 5057)

As críticas em relação ao governo Dilma se intensificaram durante 2014 e, em especial durante 2015, quando a possibilidade de uma ruptura institucional passou a ser cogitada por alguns segmentos da burguesia, inclusive da burguesia industrial. Ainda no início de seu segundo governo, Dilma Rousseff enfrentou uma crise política que se agravou a partir de então, até chegar ao impeachment, em 2016. Logo após ter garantido a reeleição, o governo Dilma promoveu mudanças significativas na política econômica, escolhendo uma nova equipe (coordenada pelos economistas Joaquim Levy e Nelson Barbosa, que assumiram, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento), comprometida com uma política de ajuste fiscal que compreendeu, dentre outras medidas, cortes nas despesas estatais (atingindo áreas sociais como, por exemplo, educação e saúde).

Cadoná (2023) destaca o papel decisivo da burguesia industrial na queda de Dilma Rousseff. Após se beneficiar do neodesenvolvimentismo, esse setor rompeu com o governo diante da crise e passou a apoiar a agenda neoliberal, pressionando por ajustes e cortes. Ao ceder a essa pressão com uma política de austeridade, Dilma perdeu apoio popular e isolou-se politicamente, enquanto a burguesia se alinhava ao capital financeiro e à oposição. Para o autor, esse movimento foi determinante para a consolidação do impeachment, que selou a ruptura entre Estado e classes dominantes em 2016.

Diante do exposto, compreende-se que o impeachment de Dilma Rousseff não pode ser interpretado como um evento isolado. Era o resultado de um longo processo de tensões estruturais que atravessam a história recente do Brasil, entraves que envolvem a fragilidade das instituições democráticas, o esgotamento de um modelo de desenvolvimento baseado na conciliação de classes e a crescente influência das elites econômicas na condução dos rumos do Estado. Assim, o impeachment representou a materialização de um conflito de projetos: de um lado, a tentativa de manutenção de um Estado social voltado à ampliação de direitos; de outro, a ofensiva de um bloco conservador e neoliberal empenhado em restaurar sua hegemonia política e econômica.

É nesse contexto que se torna fundamental analisar o impeachment como ferramenta política: é um procedimento jurídico previsto na Constituição, além de um instrumento de disputa pelo poder e de reconfiguração das forças sociais no interior do Estado brasileiro. A seguir, na subseção *O impeachment como ferramenta política*, examinaremos como o processo

foi mobilizado por setores conservadores e pela grande mídia, convertendo um mecanismo constitucional em instrumento de desestabilização de um governo eleito e de redefinição da correlação de forças na democracia brasileira.

## 2.2 O IMPEACHMENT COMO FERRAMENTA POLÍTICA

O impeachment é, em tese, um instrumento de controle político criado para preservar a governabilidade e a legitimidade do sistema democrático, mediante o afastamento de governantes que, supostamente, teriam comprometido o exercício regular de suas funções. No caso de Dilma Rousseff, no entanto, o processo revelou-se também como um mecanismo passível de uso estratégico que extrapolou suas finalidades constitucionais para se tornar uma disputa pelo poder. Mais do que um julgamento de natureza jurídica, tratou-se de um processo de responsabilização essencialmente político, no qual a avaliação da conduta presidencial foi fortemente permeada por interesses partidários, econômicos e midiáticos.

Dessa forma, o impeachment funcionou menos como um instrumento de defesa da ordem democrática e mais como um recurso de reconfiguração das forças políticas, produzindo tensões que colocaram em questão a própria estabilidade institucional e o sentido de legitimidade no regime democrático brasileiro. Assim, precisamos compreender os dois casos emblemáticos de impeachments no Brasil, Guimarães (2022, p. 35) elucida que

Na doutrina e na jurisprudência brasileiras, sagrou-se, de forma majoritária, a teoria de que o impeachment possui natureza mista, congregando elementos materiais de ordem política, e aspectos processuais de ordem jurídica. Foi com base nesta concepção que se conduziram, no país, os dois impeachments presidenciais ocorridos em 1992 e 2016.

A visão amplamente aceita é que o impeachment possui um caráter dual. Conforme exposto por Guimarães (2022, p. 36), ao acrescentar aspectos significativos que evidenciam sua natureza ambígua, simultaneamente jurídica e política, em que

o instituto do impeachment, no Brasil, adquiriu natureza jurídica, assemelhando-se a um processo de responsabilização administrativa ou disciplinar do Presidente da República por infrações político-administrativas relacionadas ao exercício de suas funções constitucionais, com alto teor de reprovabilidade e devidamente tipificadas, na Lei do Impeachment, como crimes de responsabilidade.

Tais linhas de argumentação têm por finalidade delimitar as características do impeachment no Brasil, destacando suas particularidades e os modos de sua compreensão e

aplicação no cenário político-institucional do país. A tese central sustenta que o impeachment é um instrumento fundamentalmente político, cuja efetivação não depende unicamente de normas jurídicas, e sim das relações de poder e do consenso social acerca de sua legitimidade. Isso demonstra que circunstâncias históricas distintas influenciam diretamente a interpretação e a utilização desse instrumento.

Chicarino, Segurado e Ronderos (2021) discutem que, em 1992, Fernando Collor de Mello renunciou à Presidência da República antes da deliberação final do Congresso Nacional sobre o processo de impeachment que estava em andamento. Em 2016, Dilma Rousseff, por sua vez, foi afastada do cargo em meio a uma das mais intensas crises políticas da história recente do país. Segundo os autores, ambos os episódios representaram momentos de inflexão decisivos para a compreensão da trajetória da democracia brasileira contemporânea, nos quais os meios de comunicação exerceram papel determinante na construção das narrativas públicas e na conformação da opinião social.

O processo de impeachment de Fernando Collor de Mello ocorreu antes do impeachment de Dilma Rousseff e a análise de ambos tensiona tanto similaridades quanto distinções, trazendo consequências importantes para entendermos sua institucionalização no Brasil. Em 1992, no contexto da grave crise política e econômica marcada por denúncias de corrupção e pela mobilização popular massiva, o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello instaurou debates instigantes, especialmente sobre sua aplicação da legislação brasileira, sobretudo quanto à interpretação dos crimes de responsabilidade e ao papel da opinião pública na legitimação do julgamento.

Chicarino, Segurado e Ronderos (2021) apontam que o governo de Fernando Affonso Collor de Mello estendeu-se de 15 de março de 1990 até 29 de dezembro de 1992, data em que foi oficialmente destituído do cargo. Os autores destacam que o impeachment de Collor representou a confirmação de que nenhum presidente pode governar à margem das forças partidárias, sem a construção de alianças políticas que sustentem sua governabilidade. Além disso, ressaltam que a ascensão e a manutenção do poder de Collor estiveram fortemente associadas à colaboração de grandes grupos empresariais, institutos de pesquisa, agências de publicidade e, sobretudo, dos meios de comunicação, com destaque para a influência exercida pela TV Globo na construção de sua imagem pública.

Ainda em consonância, Chicarino, Segurado e Ronderos (2021) ressaltam que no mesmo ano que se consolidaria o impeachment, Pedro Collor de Mello, irmão do então presidente, denunciou publicamente a existência de um esquema de corrupção envolvendo Fernando Collor e seu aliado Paulo César Farias, conhecido como PC Farias, apontado como

operador financeiro e articulador de recursos ilícitos. Embora o governo tenha tentado conter os danos afastando o delator sob a alegação de desequilíbrio emocional, o escândalo ganhou ampla repercussão na mídia e abalou profundamente a imagem presidencial. Vale destacar que a influência midiática da família Collor não era recente: sob a orientação de Arnon de Mello, pai do presidente e senador pela Arena, o grupo familiar havia obtido uma concessão de televisão em Alagoas afiliada à Rede Globo, o que evidencia a histórica relação entre poder político, empresarial e comunicação no entorno do ex-presidente. Chicarino, Segurado e Ronderos (2021, p.147) contam como a revista *Veja* se posicionou neste momento:

Nesse momento, *Veja* posiciona-se como um ator político fundamental no processo de investigação e exposição dos atos que podem integrar o processo de impeachment, isentando-se de qualquer responsabilidade na construção da imagem de Collor durante o período eleitoral – o “caçador de marajás” [...] Se ele é verdadeiramente um farsante, ele enganou todo o establishment midiático, continua a reportagem. Se antes de assumir, Collor carregava um ethos publicitário embalado em um discurso salvacionista potencializado pela grande imprensa brasileira, agora tudo teria se esvanecido [...]

A experiência demonstrou que o impeachment, embora estivesse formalmente previsto como procedimento jurídico, foi atravessado por dimensões políticas decisivas, cuja legitimidade se apoiou tanto no cumprimento dos requisitos legais quanto no respaldo social, midiático e político que o sustentou. Guimarães (2022, p. 257) reforça a predisposição de um processo dessa natureza, salientando que

O impeachment é, além disso, um mecanismo de limitação e controle do poder político, uma espécie de contenção institucional que, em situações excepcionalíssimas e devidamente fundamentadas, desempenha a importante função de remover do cargo aquele cujas ações e comportamentos mostrem-se incompatíveis com a ordem constitucional e os princípios que regem a administração pública.

O impeachment trata-se de uma ferramenta de contenção e supervisão do poder político. Nesse caso, ele funcionou como uma salvaguarda institucional que permite a remoção de um governante, em casos extremamente raros e com justificativa sólida, com atitudes e condutas que mostraram estar em desacordo com a Constituição e com as normas que regem a gestão pública. Nos casos brasileiros, especificamente do impeachment de 2016, atrela-se a ele argumentos de que sua legitimidade não depende apenas do cumprimento dos requisitos legais, mas sim do apoio social e político que o acusado sustenta. No modelo Dilma, armadilhas partidárias foram instauradas com prerrogativas para o afastamento da presidenta. Rotta e Peres (2021, p. 3) dialogaram com esses embates em torno do processo de 2016, em que:

o fato de que os presidentes que contam com o apoio de maioria legislativa nunca serão submetidos a tais “moções de desconfiança” quando tiverem perdido o apoio popular, e nem sequer sofrerão impeachment devido a crimes políticos realmente cometidos. O contrário também pode ocorrer, ou seja, se os presidentes não construírem uma base legislativa majoritária e coesa, poderão sofrer impeachment mesmo quando não tiverem cometido nenhum crime de responsabilidade, caso em que esse instrumento é mobilizado informalmente como uma “moção de desconfiança”. Em todas essas circunstâncias, as bases da estrutura das democracias presidencialistas são chacoalhadas pelo casuísmo político.

Quando líderes do executivo não conseguem formar uma base de apoio majoritária e coesa no congresso, podem ser destituídos do cargo por meio de um impeachment, mesmo que não tenham cometido crime de responsabilidade. As chamadas pedaladas fiscais, colocadas no centro jurídico do processo de impeachment de Dilma Rousseff, referiam-se a operações contábeis questionáveis quanto à sua caracterização como crimes de responsabilidade fiscal passíveis de impedimento. As operações consistiam no atraso de repasses do Tesouro Nacional para bancos públicos como forma de postergar o reconhecimento de despesas governamentais, porém elas haviam sido utilizadas por diferentes governos anteriores sem que fossem consideradas irregulares; a decisão de criminalizá-las, especificamente no caso de Rousseff, gerou intensas controvérsias jurídicas e políticas. A interpretação das pedaladas fiscais, em relação aos crimes de responsabilidade, evidenciou as ambiguidades e contradições que marcam a aplicação do instituto do impeachment no Brasil, sobretudo por práticas semelhantes já terem sido adotadas por outros governos sem questionamento.

Lukic e Afonso (2015, p. 147) explicam que “o termo ‘pedaladas’ sempre foi usado para definir um atraso de pagamento, quando uma despesa pública que venceria em certa data acaba sendo, de uma ou outra forma, postergada”, demonstrando que esse processo de seletividade na aplicação da legislação fiscal compromete sua legitimidade democrática. A proporcionalidade entre as infrações alegadas e a penalidade aplicada, no quesito das chamadas “pedaladas fiscais”, não justificava a aplicação da pena máxima prevista no ordenamento jurídico brasileiro para crimes de responsabilidade. O princípio da proporcionalidade, fundamental no direito constitucional e administrativo, exigia que as sanções fossem adequadas à gravidade das infrações cometidas e, como a aplicação do impeachment por operações contábeis não causara danos efetivos ao erário público nem à ordem constitucional, gerou questionamentos sobre a adequação da resposta institucional. A desproporcionalidade entre as infrações alegadas e a penalidade aplicada revelou a instrumentalização política do instituto do impeachment, comprometendo sua função constitucional de preservação da ordem democrática.

O processo político desenvolvido no Congresso Nacional durante o impeachment, motivaram os parlamentares, as estratégias partidárias e as dinâmicas que influenciaram as

decisões sobre o afastamento da presidenta. O processo de impeachment demonstrou características problemáticas do sistema político brasileiro, incluindo a fragmentação partidária, o clientelismo, a influência de interesses econômicos sobre as decisões políticas e a fragilidade dos mecanismos de responsabilidade democrática compreendendo as continuidades históricas do sistema político do país. O processo que foi aberto no Congresso contra a presidente foi mais influenciado por cálculos políticos e eleitorais do que por avaliações jurídicas sobre a gravidade das infrações alegadas, revelando a instrumentalização do instituto para fins de alternância no poder.

Em seu despacho como Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha se manifestou sobre a solicitação apresentada pelos deputados federais Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, pelo advogado Flávio Henrique Costa Pereira e por grupos sociais como o Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Movimentos Contra a Corrupção. Na decisão, Cunha (2015, p. 15), ao firmar diversos acordos para deflagrar o processo de impeachment, estabeleceu:

Tecem considerações sobre a insatisfação popular, as manifestações e a elevada rejeição da população em relação ao governo atual e finalizam como argumento de que, ao contrário do que prega a denúncia e aqueles que lhe são próximos, notadamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o único golpe que se praticou foi a reeleição da Presidente.

Essa linha de raciocínio contraria a alegação de que o processo de impeachment seria um "golpe". Em vez disso, sustenta-se que o verdadeiro "golpe" teria sido a reeleição da presidenta, sugerindo que ela não teria legitimidade para continuar no cargo diante da vontade popular, deixando em aberto a lógica da governabilidade sendo subordinada a interesses partidários específicos.

A tese do "golpe parlamentar", defendido por Dilma Rousseff, implica em desafios para a compreensão da democracia brasileira. Diversos analistas políticos argumentaram que o impeachment não se baseou em crimes de responsabilidade efetivamente cometidos, mas constituiu-se como uma manobra política das forças conservadoras para interromper um projeto político democraticamente legitimado, violando princípios fundamentais do Estado de Direito. Para Vianna (2021, p. 1), o Partido dos Trabalhadores,

Afastado de suas antigas bases sociais e vulnerável às acusações de malfeitos de muitos dos seus quadros dirigentes, como no caso da administração da Petrobras, o PT e seu governo se tornaram presa fácil do impeachment, com o que ainda mais se aprofundou o afastamento ao que sobrevivia dos tempos da política dos idos dos anos 1980. A sanha denunciata que sobreveio com a instalação da chamada república de

Curitiba tornou o campo da política um imenso deserto, sepultando a memória das lutas pela democratização do país e importando em reais ameaças a seu melhor fruto, a Constituição de 88

O impeachment resgatou padrões históricos de conservadorismo. A tese do golpe parlamentar sustentou que o processo violou princípios democráticos fundamentais ao aplicar de forma seletiva e desproporcional a legislação sobre crimes de responsabilidade, criando um precedente perigoso para a estabilidade democrática, comprometendo a imagem internacional do país como democracia consolidada.

A legitimidade constitucional do processo jurídico sustenta a tese de que o impeachment se desenvolveu de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Constituição e pela legislação infraconstitucional. O Conselho Nacional do Ministério Público esclarece em seu portal que

Toda regra que não conste do texto constitucional é inferior a ela, pois a Constituição é a lei suprema de um país, exercendo supremacia hierárquica sobre todas as outras leis. Desse modo, ainda que tenham sido editadas para regulamentar algum artigo da Constituição, elas são consideradas infraconstitucionais.

Defensores da legitimidade do processo argumentam que as "pedaladas fiscais" configuraram efetivamente crimes de responsabilidade que justificavam o afastamento da presidenta, independentemente de considerações sobre a oportunidade política do processo, e que a aplicação do instituto seguiu rigorosamente os trâmites constitucionais previstos. Em uma avaliação imparcial, é necessário examinar os argumentos tanto a favor quanto contra a constitucionalidade do processo de impeachment, à mercê dos princípios de interpretação constitucional.

Na abordagem feita por Moreira e Veronez (2021, p. 137), eles demonstram como diferentes leituras da Constituição podem levar a conclusões opostas sobre a validade do procedimento. A análise ressalta a complexidade jurídica e política do caso, que culminou em um golpe parlamentar. Os autores concluem que

Contudo, o que se percebe no Brasil é que o impeachment é movido por interesses de ordem política, oriundo do mau relacionamento entre o Chefe do Poder Executivo e o Poder Legislativo. A realidade é que o processo se mostra como eminentemente político, oriundo de uma vocação política surgida na maioria dos parlamentares, que frente a determinadas circunstâncias, que variam do cenário político, econômico e institucional, chegam ao entendimento de que determinado Presidente da República deve ser retirado do cargo. A partir disso, as leis são instrumentalizadas de modo a possibilitar que o impeachment esteja adstrito às regras constitucionais e legais. (Moreira e Veronez, 2021, p. 137)

O impeachment é um processo fundamentalmente político, que emerge de uma decisão majoritária do parlamento sobre a necessidade de remover um Presidente da República. Desse modo, as leis funcionam como ferramentas para assegurar que o impeachment esteja em conformidade com as normas constitucionais legais. O processo que destituiu a presidenta Dilma Rousseff exemplifica essa dinâmica: embora configurado em meio à turbulência econômica, política e social, o episódio foi impulsionado decisivamente pela articulação de dois personagens políticos. Como afirma Moreira e Veronez (2021, p. 128-129)

O impeachment de Dilma Rousseff não teria se concretizado sem a atuação de duas personalidades políticas. O primeiro é o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aqui já mencionado, que, conforme prerrogativa do cargo que ocupava, aceitou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff no mesmo dia em que os deputados do PT declararam que votariam pela continuidade do processo de cassação de seu mandato na Comissão de Ética, bem como vinha agravando a crise política e econômica com as chamadas “pautas-bomba” na Câmara. A segunda personalidade é o então Vice-Presidente Michel Temer (PMDB), que pela segunda vez figurava como companheiro de chapa de Dilma Rousseff, vindo a assumir o cargo de Presidente da República por força do art. 79 da Constituição de 1988.

A consolidação do impeachment de Dilma Rousseff foi profundamente marcada pelas atuações complementares e estratégicas de Eduardo Cunha e Michel Temer. De acordo com Moreira e Veronez (2021, p. 128-129), esses dois personagens transformaram uma crise política em oportunidade de ascensão pessoal e reconfiguração de poder. Cunha, na condição de presidente da Câmara, manipulou os ritos regimentais e utilizou o processo por meio de um instrumento de chantagem e retaliação após perder apoio do governo, evidenciando o uso do cargo público como arma de disputa política. Temer, por sua vez, adotou uma postura calculadamente ambígua, manteve uma aparência de lealdade institucional enquanto articulava, nos bastidores, o rompimento da base aliada e a formação de um novo bloco de sustentação para seu futuro governo. A atuação de ambos expôs a fragilidade ética e democrática das instituições brasileiras, evidenciando como interesses pessoais e partidários podem se sobrepor ao princípio da estabilidade política e ao respeito à soberania popular.

Com casos na América Latina, o impeachment utilizou mecanismos de destituição presidencial com padrões semelhantes ao brasileiro. A década de 1990 foi caracterizada por uma fase de liberalização política e econômica, pondo fim a regimes militares, ao crescimento do comércio e ao controle da inflação. Apesar da transição para governos civis, a política na região enfrentou forte instabilidade empregando condutas garantidas pela constituição de seus países para o impedimento de líderes eleitos. Presidentes de países como Brasil, Venezuela,

Colômbia, Equador, Paraguai, não concluíram seus mandatos nesse período. Segundo Olsen (2024, p. 130),

A partir do início dos anos 2000, um uso intenso do impeachment parece confrontar os limites jurídicos e políticos de um julgamento legítimo do Chefe do Executivo – especialmente em casos como de Fernando Lugo, no Paraguai e Dilma Rousseff no Brasil, [...] em estudos que focaram nas causas de julgamentos políticos na América Latina.

Olsen (2024) argumenta que a América Latina vive uma era de “golpes disfarçados de legalidade”, nos quais o discurso jurídico mascara a ruptura democrática. Sob uma aparência de respeito constitucional, o impeachment tornou-se um instrumento para as elites redefinirem o poder sem recorrer o uso da força. O caso de Fernando Lugo no Paraguai, em 2012, é emblemático: deposto em menos de 48 horas, seu processo sumário transformou o Parlamento em tribunal de exceção. Da mesma forma, o impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016, expôs a manipulação política de um dispositivo constitucional, convertendo divergências administrativas em “crimes de responsabilidade” para justificar um golpe parlamentar de aparência institucional. Como enfatiza Olsen (2024), esses episódios não só evidenciaram a fragilidade das instituições latino-americanas, mas também a capacidade das elites de promover rupturas sob o disfarce da democracia, substituindo o autoritarismo militar por um autoritarismo de toga e plenário.

O impeachment, independentemente de sua legitimidade jurídica, gera efeitos políticos profundos e duradouros que comprometem a qualidade das democracias sul-americanas. Entre esses impactos, destacam-se o agravamento da polarização política, a corrosão da confiança nas instituições e o estabelecimento de precedentes perigosos que podem legitimar futuras tentativas de destituição presidencial. Dessa forma, a recorrência desses processos tensiona os riscos que a instabilidade no exercício do poder executivo representa para a consolidação democrática, fragilizando a governabilidade e minando os fundamentos de credibilidade e estabilidade necessárias à sustentação das instituições republicanas.

O instituto do impeachment, mesmo que formalmente legal, pode ter efeitos antidemocráticos quando utilizado de forma desproporcional ou motivado por interesses partidários, geralmente comprometendo sua efetividade. Não só a impopularidade, os erros políticos e econômicos, o controle midiático, ou qualquer outro interessado em destruir o adversário denunciado, pode colocar em risco o aparato democrático. Segundo Moreira e Veronez (2021, p. 135),

pois o funcionamento legítimo e regular deste está condicionado ao respeito do que dispõem as leis e, sobretudo, a Constituição. Do contrário, sem que seja comprovado o cometimento de crime de responsabilidade, dispensadas análises casuísticas e ideológicas, não se pode denominar a destituição do Presidente como um processo legítimo de impeachment, mas sim um golpe de Estado, mesmo que dispensado as baionetas e os canhões.

A retirada de presidentes do poder por razões políticas, como ocorreu em 2016, modificou a percepção da estabilidade dos mandatos presidenciais no Brasil. Isso encorajou as forças de oposição a usar esse recurso sempre que enfrentarem desafios para vencer governos pelas vias eleitorais convencionais. O precedente estabelecido pelo impeachment de Dilma Rousseff pode prejudicar a futura estabilidade democrática, pois facilita o uso político desse instrumento. Tal padrão de instabilidade presidencial tem o potencial de inviabilizar a execução de projetos de longo prazo, demonstrando como a ameaça constante de golpe pode comprometer a capacidade de governar. Ademais, Moreira e Veronez (2021, p. 137), esclarecem que

De forma mais latente e escancarada do que em 1992, a Presidente da República foi retirada por motivos de ordem política e não pela configuração de crime de responsabilidade. A vocação política já estava consolidada no Congresso Nacional, os maus rumos da economia e as investigações da justiça direcionaram a população a apoiar o movimento pelo impeachment, que se sucedeu em 31 de agosto de 2016, quando o Senado Federal impôs à Presidente a perda do cargo, deixando de inabilitá-la para o exercício de função pública por oito anos, decisão esta também bastante questionável.

A percepção de que a justiça brasileira tem “dois pesos e duas medidas” é reforçada ao se comparar os casos de Dilma Rousseff e Michel Temer. A mesma Câmara dos Deputados que condenou a ex-presidente Dilma Rousseff também negou que o ex-presidente Michel Temer (PMDB) fosse julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Essa decisão ocorreu depois que a Procuradoria-Geral da República apresentou três denúncias graves de crimes comuns contra ele e a Câmara dos Deputados optou por arquivar duas delas.

Os anos de 2015 e 2016 revelaram as tensões entre legalidade formal e legitimidade democrática do impeachment, mostrando como mecanismos constitucionais podem ser usados para fins que transcendem suas previsões originais. Independentemente das avaliações sobre sua legitimidade jurídica, o processo teve efeitos políticos significativos que comprometeram a qualidade da democracia brasileira e criaram precedentes problemáticos para o futuro. A controvérsia sobre a deposição reflete debates mais amplos sobre os limites e possibilidades da democracia constitucional em contextos de intensa polarização política, percebendo como a

resolução destas tensões exigem o fortalecimento de consensos democráticos básicos sobre as regras do jogo político.

Por fim, o impedimento não pode ser compreendido adequadamente sem considerar o papel central da Operação Lava Jato na construção das condições políticas e discursivas que tornaram possível o afastamento da presidenta. A judicialização da política e a construção de narrativas que legitimaram a crise, temas que discutiremos a seguir, foram cruciais para esse desfecho.

### 2.3 A OPERAÇÃO LAVA JATO E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A Operação Lava Jato exemplifica as transformações no campo judiciário das democracias contemporâneas, ao evidenciar um protagonismo judicial que alterou o equilíbrio tradicional entre os poderes da República e redefiniu os limites da governabilidade no Brasil. Para Hirschl (2006, p. 140),

uma das principais manifestações dessa tendência tem sido a judicialização da política — o recurso cada vez maior a tribunais e a meios judiciais para o enfrentamento de importantes dilemas morais, questões de política pública e controvérsias políticas.

A judicialização da política é o processo pelo qual questões políticas são transferidas para a esfera judicial, onde são solucionadas por tribunais em vez de pelos processos políticos tradicionais. No Brasil, esse fenômeno se manifestou na ampliação do alcance do Judiciário sobre assuntos antes considerados exclusivamente políticos. Nesse contexto, a Operação Lava Jato foi mais do que uma simples ação policial anticorrupção: ela se constituiu como um exemplo central desse processo de judicialização, característico das democracias contemporâneas, especialmente em períodos de crise de legitimidade das estruturas governamentais tradicionais.

A Lava Jato começou com uma investigação limitada sobre lavagem de dinheiro, mas expandiu-se para revelar um dos maiores esquemas de corrupção já investigados no Brasil. A operação, que teve origem em diligências sobre um esquema de lavagem de dinheiro operado em um posto de combustíveis em Brasília, posteriormente evidenciou conexões com um abrangente sistema de corrupção envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e estadistas, especialmente de movimentações monetárias de bilhões de reais em contratos superfaturados e propinas. Nesse aspecto Silva (2022, p. 37) contribui,

Em 2014, a política brasileira foi sacudida pela Operação Lava Jato (LJ), uma iniciativa anticorrupção centrada no direito. A Lava Jato revelou um grande esquema de corrupção na estatal brasileira Petrobras, o qual envolvia diretores da empresa, dirigentes de partidos políticos e grandes empreiteiras. A Lava Jato foi, a um só tempo, disruptiva e controversa

Em face disso, a Operação Lava Jato surgiu com o propósito declarado de combater a corrupção, abalando profundamente a estrutura política e institucional do Brasil ao expor um vasto esquema de desvio de recursos na Petrobras, envolvendo diretores da estatal, líderes partidários e grandes empreiteiras nacionais. Sua expansão tornou visível não apenas a profundidade sistêmica da corrupção no país, como também as ambiguidades do ativismo judicial, cujos métodos e alcance colocaram em debate os próprios limites do Estado de Direito. No decorrer temporal, Silva (2022, p. 37-38) elucida que

O trabalho anticorrupção foi glorificado, entendido como messiânico ou patriótico, e não como um esforço institucional baseado em – e sujeito a – regras. A sociedade foi chamada a participar no combate à corrupção, o qual, porém, se tornou uma cruzada contra as instituições, com ataques sistemáticos ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Este esquema cultural deu sustentação a mobilizações na internet e fora dela, podendo ter legitimado os movimentos autocráticos de Bolsonaro

A operação anticorrupção expôs os limites da atuação judicial no combate às práticas ilícitas que envolvem o sistema político e o futuro democrático da nação brasileira. O esforço contra a corrupção foi enaltecido não como uma iniciativa institucional que deveria seguir regras, mas como uma cruzada patriótica. A população foi convocada a se juntar a essa luta, que, no entanto, acabou se voltando contra as próprias instituições, com ataques frequentes ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Vladimir Netto (2016) destaca que o juiz Sérgio Moro assumiu um papel central na gênese política da Operação Lava Jato, tornando-se o principal condutor de um movimento que ultrapassou o campo jurídico e ganhou dimensão simbólica na luta contra a corrupção. Sérgio Moro é um magistrado e ex-juiz federal paranaense, que ganhou notoriedade nacional e internacional por sua atuação como responsável pelos processos da Operação Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba. Formado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá e doutor pela Universidade Federal do Paraná, Moro construiu sua carreira em torno da área penal e de combate à lavagem de dinheiro. Segundo o autor, Moro se tornou o símbolo de uma nova era do Judiciário brasileiro, marcada pela visibilidade pública e pelo protagonismo político das decisões judiciais.

Sua atuação foi marcada por uma postura de firmeza diante dos grandes esquemas que envolviam a Petrobras, empreiteiras e partidos políticos, com especial foco no Partido dos

Trabalhadores e nas figuras ligadas ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Moro construiu sua imagem pública como o juiz que enfrentou a corrupção sistêmica e desafiou estruturas de poder antes consideradas intocáveis, o que lhe conferiu prestígio social e apoio popular. No entanto, essa centralidade também o situou no coração de uma disputa política, em que o combate à corrupção se misturou a narrativas de moralização seletiva e judicialização da política. Assim, como observa Netto (2016), o protagonismo de Moro na condução da Lava Jato impulsionou o processo de responsabilização de figuras do PT, bem como contribuiu para a formação de um novo imaginário político no país, em que o Judiciário passou a ocupar o espaço deixado por uma crise de legitimidade da classe política. Neto (2016, p. 10), corrobora que,

Por ironia do destino, a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil ocorreu no mesmo dia em que a Operação Lava Jato completava seu segundo aniversário. Não foi uma ocasião festiva. O país, em meio a uma convulsão política, assistia a manifestantes contrários e favoráveis ao governo ocuparem as ruas. Um grupo exigia a renúncia da presidente Dilma Rousseff, bradando “Fora Dilma, fora PT!”, enquanto outro respondia com o grito de “Não vai ter golpe!”. Em frente ao Palácio do Planalto, onde acontecia a cerimônia, esses grupos se enfrentavam em uma ruidosa e tensa batalha de palavras de ordem e xingamentos. Lula encontrava-se no centro do turbilhão. Nos meses anteriores, o cerco da Operação Lava Jato vinha se fechando ao seu redor. Poucos dias antes, em 4 de março, às seis da manhã, o ex-presidente, vestindo um abrigo esportivo, abriu a porta de seu apartamento em São Bernardo do Campo e se deparou com quinze agentes da Polícia Federal portando um mandado de condução coercitiva para levá-lo a depor. Na rua, uma van branca do Comando de Operações Táticas (COT), a tropa de elite da Polícia Federal, estava posicionada para agir em caso de necessidade. Naquele momento, ficou evidente que Lula havia se tornado o principal alvo das investigações. Apesar de suas negativas, havia suspeitas de que ele fosse o verdadeiro proprietário de um triplex no Guarujá e de um sítio em Atibaia, ambos registrados em nome de terceiros. O Ministério Público Federal buscava esclarecer as reformas e benfeitorias realizadas nesses imóveis, custeadas pelas empreiteiras OAS e Odebrecht, além do pecuarista José Carlos Bumlai, também investigado pela Justiça.

De acordo com Netto (2016), a trajetória da Operação Lava Jato até alcançar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o núcleo do Partido dos Trabalhadores foi marcada por um percurso longo e repleto de reviravoltas. O autor explica que a operação teve início com uma investigação aparentemente modesta, em que a quebra de sigilo de um posto de combustíveis em Brasília acabou desvelando uma ampla rede de lavagem de dinheiro ligada a doleiros, empresários e políticos. Entre os principais alvos destacou-se Alberto Youssef, cuja prisão demonstrou conexões diretas com Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, abrindo caminho para a descoberta de um dos maiores esquemas de corrupção da história do país.

Neto (2016) ressalta que, à medida que as investigações avançavam, o alcance da Lava Jato crescia, envolvendo grandes empreiteiras, dirigentes públicos e parlamentares. A operação

ganhou contornos políticos quando as apurações se aproximaram do governo federal e, sobretudo, de Lula, que acabou se tornando o centro simbólico das disputas entre o Judiciário e o poder político. O autor observa que episódios como a condução coercitiva do ex-presidente e a divulgação das gravações telefônicas com Dilma Rousseff foram decisivos para acirrar a polarização social, colocando a operação no centro da crise institucional que culminou no impeachment da presidente Dilma em 2016.

Assim, para Neto (2016), a Lava Jato extrapolou o campo jurídico e assumiu dimensão política e simbólica, transformando-se em um fenômeno nacional. Sua atuação foi capaz de abalar as estruturas do sistema político, redefinir o papel do Judiciário e provocar uma intensa mobilização social, revelando tanto o potencial quanto os riscos de uma justiça que, em nome da moralização, passou a interferir diretamente na dinâmica democrática brasileira. Neto (2016) interpreta que Sérgio Moro, ao longo da Operação Lava Jato, assumiu uma postura que ultrapassou o simples papel de magistrado técnico. Embora o processo tenha alcançado inúmeros políticos e empresários, a figura de Luiz Inácio Lula da Silva emergiu como o verdadeiro epicentro da estratégia judicial e simbólica de Moro.

O juiz parecia compreender que prender Lula significava mais do que punir um indivíduo, era atingir o coração de um projeto político que havia moldado o Brasil por mais de uma década. Assim, sua atuação foi marcada por um senso de missão quase redentora, em que o combate à corrupção se confundiu com uma cruzada moral e política. Neto (2016) observa que essa fixação transformou a operação em um espetáculo público de justiça e vingança, em que a imagem de Moro oscilava entre herói republicano e juiz parcial, expondo as contradições de um país que buscava redenção nas mãos da Justiça, mas acabou aprofundando sua própria crise democrática. Ainda em consonância com Neto (2016, p. 296)

O risco de prisão de Lula era concreto. Em 9 de março, o Ministério Público de São Paulo apresentou denúncia contra o ex-presidente por lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá e solicitou sua prisão preventiva. O processo ficaria sob a responsabilidade da juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga, da 4ª Vara Criminal de São Paulo. O advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, divulgou uma nota afirmando que o Ministério Público paulista buscava silenciar um líder político, restringir sua liberdade de expressão e até mesmo cercear o exercício de seus direitos. O pedido de prisão provocou agitação no Congresso Nacional, que naquele momento acompanhava com apreensão as manifestações previstas para o domingo seguinte.

De acordo com Neto (2016), as manifestações daquele dia foram marcadas por um forte tom de repúdio à corrupção e às principais lideranças políticas do governo, especialmente presidente Dilma Rousseff, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores. A mobilização, contudo, não expressava apoio a nenhuma outra legenda

partidária, prova disso foi a reação negativa do público à presença de figuras da oposição, como Aécio Neves e Geraldo Alckmin, que foram vaiados ao chegarem à Avenida Paulista. Entre a multidão, os maiores símbolos de admiração eram o juiz Sérgio Moro, o Ministério Público e a Polícia Federal, considerados representantes de uma justiça implacável diante do poder político.

Segundo Neto (2016), cartazes com o rosto de Moro, faixas com a frase “Somos Moro” e máscaras reproduzindo sua imagem tomaram as ruas em várias cidades. No Rio de Janeiro, seu nome era entoado em coro, como em um estádio de futebol, revelando a dimensão quase heroica que o magistrado havia adquirido e o intenso apoio popular à Operação Lava Jato, que, naquele momento, se transformava em um verdadeiro fenômeno nacional.

Almeida (2018, p. 1600) descreve com precisão o momento da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, destacando a força simbólica e o impacto político daquele episódio, vejamos:

Momentos antes de se entregar à Polícia Federal, em 7 de abril de 2018, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou para uma multidão reunida em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP). “Eu sairei dessa maior, mais forte, mais verdadeiro e inocente, porque quero provar que eles é que cometeram um crime político”. Lula referia-se ao processo judicial que o condenara a doze anos e um mês de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, em razão de um suposto favorecimento ligado a um apartamento triplex no Guarujá, em São Paulo. “Mentiram no meu processo e eu digo com segurança: nenhum deles dorme com a consciência tranquila como eu durmo com a minha inocência”. O ex-presidente declarou não perdoar os responsáveis por sua prisão, afirmando que construíram sua imagem como a de um ladrão “sem provas, só com convicção”.

Almeida (2018) corrobora que o discurso de Lula foi marcado por forte carga emocional, evidenciando uma fé paradoxal na “Justiça” e no “Direito”, ainda que ele próprio denunciasse estar sendo alvo de uma condenação injusta promovida por agentes do sistema judicial. Ele reafirmou acreditar na Justiça e reconheceu não estar acima da lei, mas ressaltou confiar em uma justiça genuína, ancorada nas provas e fundamentos jurídicos reais. Ao mesmo tempo, repudiou o uso de narrativas distorcidas e espetacularizadas, como apresentações em *powerpoint* que transformavam acusações frágeis em verdades aparentes e corrompiam o próprio ideal de justiça.

Segundo Alcantara (2025), o debate transmitido pela TV Band em 9 de agosto de 2018 marcou o início das discussões televisivas da corrida presidencial, reunindo nove candidatos: Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Marina Silva (Rede) e Jair Bolsonaro (PSL). O nome de Luiz Inácio Lula da Silva, então inscrito como candidato do

Partido dos Trabalhadores, figurava entre os convidados, porém, sua participação foi barrada por decisão judicial, uma vez que ele se encontrava preso.

Netto (2025) analisa de forma crítica a postura e o discurso político de Jair Bolsonaro durante sua campanha presidencial de 2018, evidenciando a construção de uma narrativa marcada por revisionismo histórico, negação de violações de direitos humanos e desprezo por políticas culturais e sociais. Em entrevista ao *Roda Viva*, o então candidato reafirmou posições autoritárias ao minimizar os crimes do regime militar e ao defender figuras como o coronel Ustra, condenado por tortura. Suas falas evidenciaram uma visão simplificadora da história, na qual a ditadura é reinterpretada como uma necessidade patriótica, enquanto vítimas do regime são deslegitimadas. Ainda segundo Netto (2025), Bolsonaro articulou um discurso moralista e excludente, reforçando a ideia de que problemas sociais, como o racismo ou a violência, seriam questões individuais e não estruturais. Em suas declarações, desqualificou as políticas de cotas, relativizou o racismo e atacou o movimento feminista, projetando uma visão conservadora e punitivista da sociedade.

No campo das políticas culturais, Netto (2025) observa que Bolsonaro expressou abertamente o desejo de dismantlar o Ministério da Cultura, subordinando-o à Educação, sob o argumento de combater o “aparelhamento ideológico”. Seu programa de governo, “O Caminho da Prosperidade”, praticamente ignorou o tema cultural, mencionando a palavra “cultura” apenas de forma marginal e instrumental. O autor identifica, nesse projeto, a consolidação de uma chamada “guerra cultural”, sustentada por uma retórica populista, moralizante e anti-intelectual, que transformou a cultura em campo de disputa ideológica, reduzindo-a a um símbolo de inimigos a serem combatidos em nome de uma suposta restauração moral da nação. Assim, em consonância com Netto (2025, p. 13),

A vitória de Jair Bolsonaro em 2018 consagrou seu projeto tanto em relação às instituições democráticas em geral, quanto em relação às políticas culturais. No primeiro discurso que fez após a consagração das urnas, em 28/10/2018, Bolsonaro pediu a Magno Malta, “um evangélico que ajudou muito na aproximação com evangélicos e católicos”, que fizesse uma oração para “agradecer a Deus e pedir sabedoria para que nós possamos continuar nessa jornada rumo à presidência da República” (Bolsonaro, 2018). Ao lado de Michele Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Gustavo Bebian, Onyx Lorenzoni, entre outros apoiadores, Malta inicia sua oração dizendo que “os tentáculos da esquerda jamais seriam arrancados sem a mão de Deus”.

A citação de Netto (2025) evidencia como o discurso de Jair Bolsonaro, após sua vitória nas eleições de 2018, consolidou uma forte fusão entre política, religião e ideologia. O gesto de convidar o pastor Magno Malta para conduzir uma oração logo após o resultado eleitoral simboliza a legitimação de um projeto de poder sustentado por valores religiosos e

conservadores. Ao associar a vitória à intervenção divina e a derrota da “esquerda” a uma batalha espiritual, Bolsonaro reafirmou o caráter messiânico e moralizante de sua campanha, reforçando a ideia de que sua eleição representava não apenas uma mudança política, mas uma “missão sagrada” de restauração moral da nação. Esse discurso, inserido em um forte contexto cultural, forneceu a base para mobilizações nas ruas e nas redes, que ajudaram a legitimar seu governo desde a posse. Parzianello (2020, p. 51), em breve descrição, destaca:

O governo Bolsonaro iniciou-se em 1 de janeiro de 2019, com a posse do 38º presidente eleito do Brasil. O então candidato, Jair Bolsonaro, havia feito uma campanha relativamente tímida, com ausência nos debates entre os candidatos e centrado no diálogo com seus eleitores por redes sociais. Sua principal plataforma foi o combate à violência no país e a derrubada da esquerda do poder, pelo que conquistou o voto da maioria apertada entre os eleitores no segundo turno: Bolsonaro, candidato de oposição ao governo, teve 55,1% dos votos válidos, contra 47% de seu principal adversário político, o candidato situacionista e de esquerda, Fernando Haddad.

Com um discurso de campanha marcado por um forte apelo a temas nacionalistas, conservadores e de ruptura com a política tradicional, mobilizou um eleitorado insatisfeito com a crise econômica, os escândalos de corrupção e a instabilidade política. Sua campanha eleitoral de 2018 foi conduzida com um estilo de comunicação direto e polarizador, utilizando intensamente as redes sociais para contornar a mídia tradicional e amplificar uma mensagem de mudança radical, prometendo resgatar a moralidade, a ordem e o patriotismo no país.

Em face disso, a Operação Lava Jato se destacou pelo uso de instrumentos como a delação premiada, a prisão preventiva e a condução coercitiva. Essa metodologia permitiu obter informações e pressionar os investigados, mas causou controvérsia sobre sua conformidade com o devido processo legal e a presunção de inocência. A utilização desses métodos pela operação representou, assim, uma mudança significativa no sistema de justiça criminal do Brasil. A delação premiada, em especial, alcançou um novo patamar, tornando-se o principal meio para desvendar crimes e responsabilizar funcionários públicos e indivíduos do setor privado. Pimentel (2024, p. 17)

O Processo Penal brasileiro, nos dias atuais, vive um momento de grande instabilidade, ou até mesmo, vale dizer, de grande “retrocesso”. Não é incomum encontrarmos discursos, na grande massa popular, em defesa de um Processo Penal extremamente punitivista, onde se busca a condenação do réu a qualquer custo, até mesmo com violação de princípios que foram garantidos pela Constituição Federal. Hoje, o que importa é punir e punir de qualquer forma, a qualquer custo, desrespeitando regra ou princípio de direito, pois, para grande parte da população “os fins justificam os meios”.

É frequente a propagação de ideias, principalmente entre a população, de um modelo penal extremamente severo. Nesse contexto, o objetivo é garantir a condenação do réu a qualquer custo, ignorando até mesmo as garantias fundamentais da Constituição Federal. Para Pimentel (2024, p. 17),

Vivemos um período crítico do Processo Penal. O combate à corrupção e à impunidade, agora, servem para justificar qualquer tipo de violação às garantias que foram conquistadas, até mesmo com derramamento de sangue de muitos inocentes, como em período ditatorial, no qual o Brasil esteve mergulhado de 1964 até 1985.

Esses modelos punitivos servem para mostrar os desníveis sobre a confiabilidade e os riscos destes métodos. A utilização intensiva de instrumentos como a delação premiada, a prisão preventiva e a condução coercitiva geraram questionamentos sobre sua compatibilidade com princípios constitucionais fundamentais, incluindo a presunção de inocência, o direito ao silêncio e a proporcionalidade das medidas cautelares. Analisando de forma equilibrada as defesas de métodos mais eficientes de combate à corrupção e as críticas sobre violação de direitos fundamentais, podemos entender o sistema acusatório. Assim, essa compreensão balanceada entre eficiência e garantias constitui um desafio contínuo para o sistema de justiça criminal em democracias. O jornalista Rodas (2017, p. 1), destaca que

A Constituição Federal de 1988 extinguiu o sistema inquisitório no processo penal e instituiu o modelo acusatório. Mas essa alteração só ocorreu no papel. Na prática, o sistema brasileiro nunca mudou. Com a operação “lava jato”, seu caráter inquisitorial foi até reforçado: a articulação entre Judiciário, Ministério Público e polícia tornou ineficazes quase todas as estratégias de defesa.

O uso de estratégias de comunicação desenvolvidas pela Operação Lava Jato familiarizou sua relação com os meios midiáticos. A magistratura utilizou intensivamente a mídia como aparato de legitimação social das investigações e como forma de pressão sobre os investigados, caracterizando-se pela intensa utilização dos veículos, incluindo a realização de coletivas de imprensa, a divulgação de informações sobre as investigações e a construção de uma narrativa pública que apresentava a operação como uma cruzada moral contra a corrupção.

As imprensas participaram da construção da legitimidade social da operação, como alerta Quadros, Oliveira e Leal (2020, p. 17): “De todas as áreas que fazem uso da mediação para transmitir seus discursos, talvez a política seja a que mais dependa da mídia para atingir seus objetivos.” Os autores corroboram ainda (2020, p. 17) que: “Há um debate atual sobre a midiáticação, já que a mídia hoje está disseminada no cotidiano dos indivíduos, alterando a lógica de funcionamento da sociedade.” A estratégia comunicacional da Lava Jato foi

primordial para a construção do apoio social à operação, mas acabou gerando controvérsias sobre a violação do sigilo das investigações e sobre os efeitos das divulgações sobre a presunção de inocência dos investigados.

A violação do sigilo das investigações, atreladas aos efeitos da presunção de inocência, comprometeram direitos importantes dos investigados, gradualmente influenciando a percepção pública dos casos envolvidos em escândalos de corrupção. A relação entre a Operação Lava Jato e os meios de comunicação não se limitaram à cobertura jornalística, mas incluiu formas mais diretas de colaboração, incorporando a divulgação seletiva de informações sobre as investigações, muitas vezes em violação ao sigilo legal, permitindo que os meios de comunicação participassem ativamente da estratégia midiática da operação. Vieira (2012, p. 15) analisa

a limitação ao segredo, pretendida pela doutrina e jurisprudência dominantes na maioria dos países, não é realmente imprescindível para a busca da verdade no processo penal. O Estado, e não a mídia, deve dispor de todos os meios possíveis para cumprir sua função de investigar e punir. Apesar da precariedade dos instrumentos de busca da prova dos quais se utiliza a atividade jurisdicional, não é admissível que o julgador, para o acerto dos fatos, coloque-se como refém da identidade da fonte do repórter, cuja informação lhe foi passada para ser divulgada, levada ao conhecimento do público pelos meios de comunicação de massa. Se a “verdade real” é inalcançável, deve o Poder Judiciário contentar-se com aquela possível, sem aviltar direito constitucional do sigilo que é um limite inerente à prova. Se o Estado não atingir o “fim pretendido” no processo penal, a impunidade do crime, argumento utilizado pela doutrina para justificar a relativização do sigilo, é mal menor na sociedade cuja democracia se estrutura através da informação midiática.

Cabe ao Estado, e não aos veículos de comunicação, possuir todos os recursos necessários para desempenhar sua função de investigação e punição. Ainda que os meios de obtenção de provas utilizados pela atividade jurisdicional sejam limitados, é inaceitável que um juiz condicione sua apuração à revelação de fontes jornalísticas. O Poder Judiciário deve operar dentro de seus limites constitucionais, respeitando o sigilo da fonte e aceitando a “verdade possível” que emerge do processo. Caso o Estado não alcance o objetivo de punir o crime no processo penal, argumento usado por juristas para justificar a flexibilização do sigilo, veremos a impunidade em uma sociedade democrática estruturada pela informação midiática. A vinculação de notícias tendenciosas pela mídia pode comprometer direitos fundamentais, fazendo com que o julgamento da imprensa se sobreponha à soberania da justiça.

Na Itália dos anos 1990, o país foi sacudido por um processo semelhante ao brasileiro, na denominada Operação Mãos Limpas (Mani Pulite), que também utilizou métodos intensivos de investigação com ampla repercussão midiática, acarretando controvérsias sobre seus

métodos e efeitos sobre o sistema político. A inspiração brasileira transcendeu uma "italianização" na estrutura e na tática de judicialização do combate à corrupção no âmbito da justiça comum. Esse fenômeno, similar ao que ocorreu na Itália, produziu um profundo impacto na política nacional. Kerche (2018, p. 259) aponta que,

A Operação Mãos Limpas foi mais que simplesmente a inspiradora dos juízes e promotores da Lava Jato em primeira instância: na verdade, a operação só pôde ganhar grandes dimensões quando aproximou-se ainda mais, do ponto de vista institucional, do modelo italiano. Essa aproximação foi construída a partir da Constituição brasileira de 1988 e reforçada por mudanças ocorridas nos últimos anos, ora fruto de novidades institucionais criadas pelos políticos e pelo STF durante os governos petistas de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ora por acordos tácitos entre os próprios policiais, promotores e, aparentemente, o juiz do caso. Houve, uma espécie de "italianização" do ponto de vista institucional e de estratégia de judicialização do combate à corrupção em instância ordinária que, assim como na Itália, gerou impacto na política do país.

A comparação internacional revela que operações de combate à corrupção enfrentam dilemas similares em diferentes contextos, incluindo as tensões entre eficiência investigativa e garantias fundamentais. Além disso, os efeitos destas operações sobre os sistemas políticos dependem não apenas de seus métodos, mas dos contextos políticos e sociais nos quais se desenvolvem. Surge assim, o conceito de *lawfare* para analisar a Lava Jato, sustentando argumentos de que a operação foi instrumentalizada para atingir objetivos políticos específicos através da manipulação de processos judiciais. Desenvolvido nos anos 1970, o termo refere-se a um formato de guerra no qual o Direito é usado como arma poderosa para derrotar os inimigos, em especial os políticos. Conforme Fernandes (2020, p. 2),

[...] *lawfare*, em suma, caracteriza-se em uma arma de guerra que, em um contexto interno de um Estado pós democrático, pode se traduzir em perseguição de um inimigo interno. Assim, *lawfare*, entendida dentro de um ordenamento jurídico interno é a manipulação da lei para fins de prejudicar alguém. Por essa razão, muitos invocam o termo para criticar a condução da operação Lava Jato.

A utilização do direito como instrumento de guerra política atingiu objetivos políticos específicos que não poderiam ser alcançados por meios governamentais tradicionais. No caso brasileiro, a aplicação deste conceito se apoia nas "mensagens secretas da Lava Jato", que revelaram evidências de colaboração indevida entre membros do Ministério Público e do Judiciário.

Além do impacto político, as consequências econômicas da Lava Jato foram severas. A prisão dos executivos de grandes empresas privadas e públicas e o impacto econômico sofrido pelos setores produtivos e trabalhistas brasileiros, desorganizou as cadeias produtivas e reduziu

os investimentos na infraestrutura nacional. Essa desestruturação afetou profundamente a gestão econômica do país, em especial no setor da construção civil e petrolífera, que foi duramente atingida durante as investigações contra os dirigentes das maiores empreiteiras nacionais. Campos (2019, p. 128) esclarece que

Grupos como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e OAS fizeram a venda de ativos de seus grupos e estão vivendo graves problemas com credores, com seguidos pedidos de reestruturação da dívida e falência. Nem só essas grandes empreiteiras tiveram problemas financeiros, mas também várias outras empresas de engenharia sentiram esse momento negativo para o setor, sendo gerado um elevado desemprego com as demissões realizadas. A causa direta dessa crise diz respeito aos efeitos da operação Lava Jato, conjugado com a crise econômica brasileira, vivida desde 2015. No entanto, cabe questionar quais seriam os motivos profundos para o processo de fragilização dessas empresas capitalistas. O processo de desmantelamento econômico do setor esteve relacionado à crise política vivida no país desde o processo eleitoral de 2014 e cabe compreender as razões desse processo e os que se beneficiaram do mesmo.

Os problemas financeiros não se limitaram às grandes construtoras. Diversas empresas de engenharia também sentiram o impacto negativo no setor, provocando um aumento no desemprego devido às demissões em massa. Embora a causa imediata dessa crise tenha sido a combinação dos desdobramentos da Operação Lava Jato com a recessão econômica que o Brasil enfrentava desde 2015, é fundamental indagar quais seriam as razões estruturais para a fragilização dessas corporações. O colapso financeiro desse segmento da economia está ligado à crise política vivenciada pelo país a partir das eleições de 2014.

As implicações econômicas da operação geraram, assim, argumentações sobre a necessidade de equilibrar o combate à corrupção com a preservação da atividade econômica e do emprego, que implicaram tensões entre objetivos de curto e longo prazo na estratégia de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, Paula e Moura (2019, p. 2) evidenciam o impacto negativo na capacidade de investimento em infraestrutura devido a operação conduzida por Sérgio Moro, em que

Os principais efeitos da crise se concentraram na indústria de construção civil, sofrendo com a paralisia resultante da retração aguda dos investimentos estatais pelos efeitos da Lava-Jato. Os indicadores são impressionantes: entre 2014 e 2017, o setor registrou saldo negativo entre contratações e demissões de 991.734 vagas formais (com preponderância na região Sudeste); entre 2014 e 2016, representou 1.115.223 dos 5.110.284 (ou 21,8%) da perda total de postos da população ocupada no período.

Os desdobramentos impactados pela Operação Lava Jato repercutiram gravemente no crescimento econômico brasileiro, visto que o desemprego aumentou com a redução de

investimentos estatais, afetando a capacidade de investimento em infraestrutura. Ainda para Paula e Moura (2019, p. 2),

No plano econômico, o crescimento marcante na década de 2000 deu lugar a uma desaceleração gradual seguida de forte recessão em 2015 e 2016, acompanhada de agudo aumento do desemprego (de 4,9% em fins de 2014 para 11,2% em maio de 2016 quando a presidente deixa o cargo). Já na esfera política, o cenário das eleições altamente polarizadas de 2014 se deteriorou e assistiu a mobilizações contra Dilma Rousseff e o PT, para além da relação cada vez mais conflituosa entre o Poder Executivo e o Legislativo, capitaneado por Eduardo Cunha. O desfecho desse quadro foi a deposição da mandatária via um contestado processo de impeachment, tendo como alegação o discutível argumento de "pedaladas fiscais"

Os desdobramentos políticos da Operação Lava Jato afetaram profundamente o sistema de partidos e a disputa eleitoral, modificando as relações de poder e influenciando os resultados nas urnas. A operação gerou consequências notáveis para a política brasileira, ao colaborar para a perda de legitimidade de figuras proeminentes e alterar o equilíbrio de forças no Congresso Nacional. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi especialmente impactado, pois suas principais lideranças foram alvo de investigações e, em vários casos, de condenações judiciais. Tais eventos geraram debates acalorados sobre a neutralidade política da operação e suas consequências para a disputa eleitoral. Em particular, a detenção do ex-presidente Lula o tornou inelegível para as eleições presidenciais de 2018, o que modificou substancialmente o panorama daquela eleição. Conforme Barbosa *et al.* (2018, p. 108),

Em um contexto de nova arquitetura institucional, com os tribunais ocupando um lugar importante nos processos políticos, o judiciário passa a ser um ator central no controle dos demais poderes, principalmente do poder executivo. Nessas circunstâncias, é fundamental analisar a independência judicial, entendida como a capacidade de o judiciário tomar decisões de acordo com o direito e sem influência de fatores políticos, e sua relação com a governabilidade.

Em meio a novos aparatos, em que os tribunais adquirem relevância crescente nos processos políticos, o Poder Judiciário se consolida como uma força primordial no monitoramento das outras esferas de poder, sobretudo com o Executivo influenciando a dinâmica da política nacional. A Operação Lava Jato evidenciou os limites, possibilidades e avanços da atuação judicial nos contextos democráticos, tensionados entre combate à corrupção e preservação dos princípios democráticos. Esse cenário levanta questionamentos sobre o papel do Judiciário na democracia, incluindo os limites de sua atuação sobre questões políticas, a necessidade de preservar o equilíbrio entre os poderes e os riscos de instrumentalização política do sistema de justiça. No contexto de uma nova arquitetura de poder, onde os tribunais ganham crescente proeminência nos processos decisórios, o Poder Judiciário emerge como um ator

central. Ele assume uma função crucial na fiscalização das demais esferas de governo, especialmente o Executivo, redefinindo a dinâmica política do país.

É imperativo, portanto, debater os limites e as possibilidades da intervenção judicial em regimes democráticos. A Operação Lava Jato expôs a tensão entre a urgência no combate à corrupção e a necessidade de salvaguardar os pilares democráticos. Levanta-se questões sobre o verdadeiro papel do Judiciário: onde reside o limite de sua atuação em questões intrinsecamente políticas? Como preservar o equilíbrio constitucional entre os Poderes? E como evitar o risco de o sistema de justiça ser instrumentalizado para fins político-partidários? A operação evidenciou tanto as possibilidades quanto os riscos da expansão da atuação judicial, reforçando como o combate à corrupção pode contribuir para o fortalecimento do Estado de Direito, mas também pode comprometer a autonomia da esfera política e a legitimidade democrática quando utilizado de forma seletiva ou desproporcional

A Lava Jato exemplifica, assim, os dilemas da judicialização da política no Brasil. Embora tenha contribuído para o fortalecimento de mecanismos de responsabilidade, a operação gerou controvérsias sobre seus métodos e sua instrumentalização. Ela foi fundamental para construir a narrativa que apresentava a crise como resultado da corrupção dos governos do PT, legitimando o afastamento da presidente. Portanto, a compreensão adequada da crise democrática brasileira exige a análise articulada das tensões estruturais, do impeachment como instrumento político e da judicialização, revelando como estes processos se articularam para produzir uma das mais graves crises da democracia brasileira contemporânea, com efeitos duradouros sobre a qualidade das instituições democráticas e sobre a confiança social no sistema político.

Assim, no próximo capítulo, estabelecemos um diálogo direto com o cenário da investigação, tomando o portal g1 como objeto central de análise em sua cobertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff e de seus efeitos na construção da narrativa pública sobre o evento.

### 3 CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se o ponto de partida da investigação, articulando descrição, contextualização e problematização dos elementos centrais que permitem compreender de que modo o portal g1 atuou na construção discursiva do impeachment de Dilma Rousseff e quais efeitos essa cobertura produziu na formação da consciência social brasileira. Parte-se do entendimento de que o jornalismo não apenas informa, mas participa ativamente da produção de sentidos sobre os acontecimentos, influenciando percepções, posicionamentos e interpretações coletivas. Entender esse contexto constitui condição essencial para analisar criticamente como determinados discursos midiáticos contribuíram para legitimar um processo político de consequências profundas para a democracia brasileira. Assim, a discussão assume caráter descritivo-analítico, buscando evidenciar como a cobertura do g1 se articula aos processos de formação da consciência social e evidencia o papel do jornalismo como agente ativo na construção de realidades sociais e políticas.

Sob essa ótica, a articulação aqui se apoia em Becker e Waltz (2020, p. 105), que apontam que “as enunciações do g1 reproduziram abordagens do acontecimento semelhantes aos demais meios que formam o maior grupo empresarial de mídia tradicional do país”. Os autores destacam como a integração editorial do g1 gerou uma produção volumosa sobre o processo de impeachment, cerca de dez vezes maior que a do jornal Nexo<sup>2</sup>. O g1 acumulou 605 publicações, com 209 originais da equipe e agências (foco na editoria Política), 27 vídeos dedicados, 165 vinculados aos telejornais da TV Globo e GloboNews, e 204 nas versões regionais. O Nexo registrou apenas 60 itens: 46 no formato Expresso, 3 gráficos explicativos, 2 entrevistas, 2 reportagens especiais (longas e multimídia), 1 vídeo e 1 peça interativa. Tal contraste evidencia como o g1 adota padrões de cobertura massiva e reativa, típicos da mídia convencional, em oposição à abordagem mais seletiva e reflexiva do Nexo, que privilegia profundidade qualitativa sobre quantidade.

O período compreendido entre 2014 e 2016 foi marcado por disputas acirradas no cenário político brasileiro, abordando a cobertura midiática do impeachment, com ênfase na forma como a pauta foi tratada ao longo desses acontecimentos, especialmente em comparação com o governo Michel Temer. Segundo Silva e Mei (2018), após o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, em maio de 2016, Michel Temer assumiu interinamente o comando do Executivo. Uma de suas primeiras medidas foi a nomeação de um ministério

---

<sup>2</sup> Nexo, jornal digital de iniciativa independente com sede em São Paulo, SP. Foi fundado em novembro de 2015 por Paula Miraglia, Renata Rizzi e Conrado Corsalete.

composto exclusivamente por homens, ignorando a composição demográfica do país, que é marcada pela predominância de mulheres e pessoas negras.

Tal configuração ministerial provocou críticas e desconforto público ao evidenciar um distanciamento entre os representantes do poder e a diversidade da população brasileira, que se viu excluída dos espaços decisórios. De acordo com Silva e Mei (2018, p. 294),

“Dilma Rousseff foi afastada em definitivo do cargo em 31 de agosto de 2016. Após esse fato, uma série de medidas impopulares começa a ser lançada pelo Governo federal e que ferem diretamente a educação”.

Sabemos que os anos de 2014 a 2016 representaram um marco atípico na recente história brasileira, não apenas na intensidade do momento, mas pelas forças das diferentes instituições políticas e sociais que se articularam em torno da incerteza do poder executivo federal. Esse momento de intensa disputa discursiva dos meios de comunicação assumiu diversos protagonismos na elaboração de narrativas que transcenderam a mera função informativa, atuando como agentes de formação da consciência social. Sobre o poder da mídia na cultura brasileira, Lima (2004, p. 37-38) salienta,

A teoria geralmente implícita nas discussões sobre a chamada opinião pública é o modelo cascata. A opinião pública seria formada por pequenos grupos, situados no topo da pirâmide social, e depois viria “descendo”, por degraus, até a base da pirâmide. No primeiro degrau dessa “cascata” estaria o pequeno grupo das elites econômicas e sociais; no segundo, estaria o das elites políticas e, no terceiro, a mídia, seguida pelos chamados formadores de opinião - intelectuais, religiosos, artistas, educadores, líderes empresariais e sindicais, jornalistas - e, finalmente, no último degrau, a grande massa que constitui a maioria da população. Nesse esquema teórico, à medida que a opinião “desce”, ela passaria por “contaminações horizontais” em cada um dos degraus até alcançar a base da pirâmide - vale dizer, a opinião pública dos “formadores de opinião” não é exatamente a mesma opinião pública dominante.

Essa citação descreve o modelo cascata de formação da opinião pública, no qual as ideias se originam nos grupos de elite (econômica e social) e vão sendo gradualmente transmitidas para os demais segmentos da sociedade, como a elite política, a mídia, os formadores de opinião e, por fim, a população em geral. Nesse processo, a opinião pública não acontece de forma autônoma e linear, mas sofre interferências e transformações em cada etapa; ou seja, o que chega à base da sociedade já foi filtrado e adaptado por diferentes agentes sociais.

Desse modo, aqui, o estudo se ampara nas análises de Teun van Dijk (2017), que discute a manipulação midiática no contexto do impeachment. O autor destaca que esse período constitui um laboratório privilegiado para compreender os mecanismos por meio dos quais os discursos jornalísticos podem contribuir para a legitimação ou deslegitimação de governos

democraticamente eleitos. Nesse processo, são mobilizados diversos recursos discursivos, como a seleção lexical com forte carga avaliativa, a ênfase estratégica em determinados acontecimentos e a organização narrativa orientada para produzir efeitos específicos de sentido.

Por um caráter interdisciplinar, o estudo articula conhecimentos provenientes de diferentes áreas do saber, uma vez que os fenômenos sociais não se deixam apreender por um único campo de análise. O jornalismo, ao operar na intersecção entre linguagem, poder, cultura e opinião pública, exerce influência significativa tanto na esfera política quanto na educacional, incorporando e difundindo visões de mundo que podem produzir efeitos duradouros na organização social. Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu (1989, p. 10) afirma:

As ideologias por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

A partir dessa reflexão, as questões simbólicas são analisadas em articulação com os objetivos e estratégias dos grupos que detêm posições de poder, permitindo compreender como a produção jornalística pode operar na manutenção ou contestação de determinadas hierarquias sociais. Essa abordagem interdisciplinar revela-se indispensável para apreender a complexidade do fenômeno investigado e para oferecer contribuições tanto aos estudos em comunicação quanto aos estudos em educação.

Assim, este capítulo organiza-se em três subseções: a primeira dedica-se à análise do portal g1 como espaço de construção e circulação da narrativa nacional sobre o impeachment; a segunda problematiza o papel do jornalismo na conformação de realidades sociais e políticas; e a terceira apresenta-se a coleta, sistematização e organização dos dados.

### 3.1. O PORTAL g1 COMO PALCO DA NARRATIVA NACIONAL

Entre os anos de 2014 e 2016, o Brasil atravessou um período de fragilidade constitucional, marcado por intensas disputas políticas, crescente fragmentação social e polêmicas relacionadas à legitimidade do governo da presidenta Dilma Rousseff. Diante disso, veículos jornalísticos como o portal g1 disputavam furos de reportagem para dominar o noticiário, atuando não apenas com finalidade informativa, mas também com a intenção

deliberada de influenciar a formação da opinião pública brasileira. Em relação ao poder da mídia, Lima (2004, p. 55) afirma que,

No Brasil, portanto, o poder da mídia assume potencialmente proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos por suas peculiaridades históricas. Nas últimas décadas, consolidou-se entre nós um sistema nacional – liderado pela televisão – e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais. Ademais, a propriedade desse sistema sofre uma forte concentração que se manifesta nos diferentes níveis: a) horizontal (oligopolização ou monopolização que se produz dentro de um mesmo setor, por exemplo, televisão); b) vertical (integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, por exemplo, das telenovelas); c) cruzado (controle pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia em um único mercado); d) “em cruz” (reprodução em nível regional e local dos oligopólios da propriedade cruzada). Tudo isso sob a hegemonia de um único grupo, as Organizações Globo.

O autor destaca que, no Brasil, a mídia possui um poder ainda maior que em outros contextos devido a fatores históricos, estando fortemente concentrada nas mãos de poucos grupos, principalmente de familiares ligados às elites políticas. Tal concentração ocorre de forma horizontal, vertical, cruzada e “em cruz”, sendo hegemonizada pelas Organizações Globo, que controlam grande parte da produção e distribuição de conteúdo no país. Em vista disso, essa configuração jornalística não apenas mediatizou os fatos, mas moldou narrativas e tensionou o debate público, assumindo protagonismo nas disputas simbólicas e influenciando a própria dinâmica do poder político, como se evidenciou na crise institucional brasileira entre 2014 e 2016.

O portal g1, ao longo do tempo, foi se tornando um dos veículos digitais de maior alcance do país. Atualmente, constitui um verdadeiro palco da narrativa nacional, no qual se desenrolaram disputas discursivas fundamentais para a compreensão dos rumos políticos no Brasil, o que o consolida como o principal veículo jornalístico on-line do Grupo Globo. O portal se distingue por sua cobertura ampla e diversificada, com equipes de reportagem em todas as unidades da federação e presença ativa nas principais redes sociais. Esse portal foi a primeira iniciativa do grupo totalmente voltada para o meio digital, o que marca sua inserção definitiva no jornalismo midiático.

Tendo se tornado o braço direito do Grupo Globo, o g1 herdou todo o peso histórico e a credibilidade associada à emissora. No entanto, essa herança não se limitou ao seu prestígio: ela trouxe consigo uma estrutura abrangente de produção, acesso privilegiado a fontes e capacidade de pautar a agenda pública. Ao migrar e expandir esse poder simbólico para o ambiente digital, o portal amplia seu alcance e influência, tornando-se uma das principais referências de informação para milhões de brasileiros, tanto pela velocidade na atualização das

notícias quanto pela capacidade de moldar percepções e enquadrar acontecimentos no imaginário social. Na análise de Castells (2022, p. 20),

Os jornais se transformaram em organizações estruturadas internamente em rede e conectadas globalmente a redes de informação na internet. Além disso, os componentes on-line dos jornais, induziram a formação de redes e a sinergia com outras organizações de notícias e mídia. As redações nos jornais, rádios e televisões foram transformadas pela digitalização das notícias e por seu implacável processamento global/local. Então, a comunicação de massa no sentido tradicional agora também é comunicação baseada na internet, tanto na sua produção quanto na sua difusão.

Castells (2022) nos mostra que os meios de comunicação tradicionais, como jornais, rádios e TVs, passaram por uma reestruturação com a digitalização e a internet. As redações se organizaram em redes globais de informação, integrando versões on-line e interagindo com outros veículos. Assim, a transmissão de massa deixou de ser apenas tradicional e passou a se realizar, também, de forma digital, especialmente no desenvolvimento e na propagação das notícias.

Por consequência, essa transição do jornalismo analógico para o digital afetou especificamente a produção e circulação de notícias políticas, beneficiando o portal g1 na velocidade e manipulação do enquadramento jornalístico, por vezes de forma tendenciosa. Esse cenário remete às reflexões do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001), que observa que as estruturas sociais, políticas e culturais estão cada vez mais fluidas, efêmeras e instáveis; para o autor, “as causas da mudança vão mais fundo; estão enraizadas na profunda transformação do espaço público e, de modo mais geral, no modo como a sociedade moderna opera e se perpetua” (Bauman, 2001, p. 18).

No ambiente midiático, as pautas produzidas tendem a ser rapidamente substituídas, muitas vezes antes de seus conteúdos serem plenamente compreendidos, o que afeta a formação da opinião pública. Tal dinâmica gera uma percepção fragmentada dos fatos, favorecendo análises superficiais e a adoção de visões imediatistas por parte da sociedade. No espaço virtual, a seleção, a ordem de destaque e a recorrência das informações escolhidas não apenas dá foco aos assuntos abordados, mas estipula quais assuntos ganham importância no debate público. Nesse sentido, não se afirma que a mídia tenha o poder de determinar exatamente o que as pessoas devem pensar, mas sim de influenciar os temas sobre os quais elas passam a refletir.

Ao darmos mais densidade e destaque às repetições de determinadas publicações, os veículos de comunicação reforçam a colocação de certos assuntos no topo das prioridades das manifestações populares. Por exemplo, o g1 não apenas informa sobre eventos políticos, mas também participa ativamente da construção da agenda nacional, sendo capaz de selecionar e

hierarquizar o enquadramento das notícias, o que demonstra um poder significativo na definição do que é considerado relevante para a opinião pública.

Desse modo, compreender a influência do g1 no contexto histórico de 2014-2016 é fundamental para analisarmos sua contribuição no processo de desenvolvimento do impeachment, especialmente considerando que esse culminou na interrupção do governo Dilma. Segundo Mendes e Mendonça (2022, p. 20),

Dentre os elementos convencionalmente elencados para explicar a queda da ex presidente que não foram abordados pelo site G1, vale a pena destacar o seu distanciamento do PT – principalmente após a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Economia – e a frustrada tentativa de afastar o PMDB do poder (ou, pelo menos, de diminuir sua influência no governo) – que culminou com o rompimento com Eduardo Cunha e o consequente esvaziamento da capacidade de negociação do governo na Câmara dos Deputados.

Mendes e Mendonça (2022) destacam que o g1 não abordou fatores internos e individuais que impactaram o impeachment de Dilma, como seu afastamento do PT, desentendimentos com o PMDB e sua personalidade, evidenciando que a mídia tende a simplificar ou suprimir elementos centrais da política. Para os autores, ao elaborar uma retrospectiva é inevitável realizar escolhas, e essas escolhas jamais são neutras. Isso nos leva a refletir sobre quais interesses teriam influenciado a forma como o portal g1 apresentou e sintetizou o governo Dilma. O portal mantém sua credibilidade por meio de um complexo conjunto de estratégias discursivas que evidenciam suas características de imparcialidade e autoridade jornalística, dessa forma, suas escolhas editoriais consolidam a confiança do público.

Em 2011, foram publicados os *Princípios Editoriais das Organizações Globo*, que asseguram, ao longo de sua atuação, a oferta de um serviço ímpar no jornalismo, cujo objetivo “é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença” (Princípios das Organizações Globo G1, 2011). Embora os *Princípios Editoriais das Organizações Globo* declararem promover clareza e possibilitar a avaliação pelo público, na realidade eles não asseguram supervisão externa nem evitam escolhas editoriais parciais ou omissões, funcionando mais como uma diretriz formal do que como um instrumento efetivo de prestação de contas. Diante disso, sabemos que o grupo liderado pela família Marinho tem a intenção de reduzir o teor jornalístico a uma função descritiva, neutra e imparcial.

Na contemporaneidade, diante da crescente interdependência entre mídia e poderes políticos, econômicos e sociais, a confiança do público se torna essencial para o exercício de

seu poder simbólico. As redes jornalísticas normalmente utilizam estratégias discursivas específicas, incluindo o uso de fontes oficiais, linguagem técnica e a proposta de manter uma imagem de neutralidade com o espectador. Assim, a imparcialidade do grupo editorial mascara posicionamentos ideológicos específicos e serve para naturalizar determinadas visões de mundo.

De acordo com Mendes e Mendonça (2022, p. 8), “Dilma Rousseff é caracterizada como inimiga da elite dominante e, por essa razão, teria sido vítima de uma articulação de forças retrógradas, com o apoio da grande mídia”. Em consonância, Fernandes *et al.* (2020, p. 35) apontam que,

Diante da controvérsia em torno do chamado crime de responsabilidade por parte da ex-presidente Dilma, os veículos de comunicação encamparam uma batalha para inserção do tema impeachment no cotidiano nacional, aumentando os contraditos do processo na esfera jurídica.

Fernandes *et al.* (2020) destacam de igual modo que esse processo esteve fortemente associado à atuação do Jornal Nacional, que, por ser um dos principais formadores de opinião pública no Brasil, possui significativa capacidade de definir prioridades informativas. A escolha desse telejornal como foco não é fortuita, já que seu alcance nacional permite não apenas informar, mas também direcionar o olhar do público para determinados aspectos dos acontecimentos, relegando outros a um papel secundário. Dessa forma, o enquadramento realizado pelo Jornal Nacional sustentou narrativas de legitimidade que atenderam a interesses políticos e ideológicos, naturalizando determinadas interpretações da realidade e silenciando outras vozes e perspectivas sociais.

Em tempos de grande instabilidade, a atividade política da mídia se intensificou, e veículos de comunicação, como o g1, deixaram de ser simples espectadores para adotar um protagonismo decisivo nos acontecimentos políticos. Os focos narrativos do g1, com ênfase exaustiva nos escândalos de corrupção como os da “Lava Jato”, criaram um clima de indignação social, o que contribuiu para a deslegitimação do governo em exercício. Silva (2017, p. 131) define esse episódio da seguinte forma:

A Operação Lava Jato trata-se de uma investigação conduzida no Brasil pela Polícia Federal (PF) relativa a um esquema de corrupção que envolve a Petrobras. A PF deflagrou a operação em 17 de março de 2014, unindo quatro linhas de investigação que tratavam da prática de crimes financeiros e desvios de recursos públicos. Já no primeiro dia da operação, 400 policiais federais participaram em 81 mandados de busca e apreensão, 10 mandados de prisão temporária foram cumpridos e 19 de condução coercitiva. A ação foi realizada, de acordo com informações da PF, em 17 cidades dos estados: DF, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e São Paulo. A magnitude e a importância do caso decorrem dos altos

valores envolvidos, do tempo e, sobretudo, da natureza dos implicados, uma vez que percorre agentes públicos e privados.

A citação de Silva (2017) descreve a Operação Lava Jato de forma detalhada, destacando seu alcance operacional, o envolvimento da Polícia Federal, o número de mandados cumpridos e a extensão territorial da ação. A autora evidencia a magnitude do caso, apontando não apenas os valores financeiros em jogo, mas também a relevância dos agentes públicos e privados implicados, fornecendo um panorama inicial do impacto e complexidade da investigação. Sobre esse assunto, Silva (2017, p. 140) corrobora que,

Em março de 2014, as investigações sobre a Lava Jato tiveram início a partir da Justiça Federal de Curitiba. Antes, porém, as investigações já caminhavam na trilha de um antigo inquérito sobre lavagem de dinheiro do Mensalão. A suspeita era de que um investimento próximo de 1 milhão de Reais, realizado na empresa Dunel Indústria e Comércio Ltda. (do empresário Hermes Magnus), em 2008, seria com a finalidade de lavar dinheiro sujo, oriundo do Mensalão, de posse do ex-deputado federal José Janene (PP – falecido em 2010). Esses recursos foram rastreados e os caminhos levaram os investigadores à empresa CSA Project, controlada por José Janene e pelo doleiro Alberto Youssef, e outras empresas em nome de laranjas controladas pelo também doleiro Carlos Habib Chater.

De acordo com a autora, em 17 de março de 2014 a Polícia Federal iniciou a Operação Lava Jato, descrita pela própria corporação como a integração de quatro investigações direcionadas à apuração de corrupção, crimes financeiros e desvio de recursos públicos. Inicialmente, as investigações se concentraram em quatro organizações criminosas comandadas por operadores do mercado paralelo de câmbio, conhecidos como doleiros, que passaram a ser processados judicialmente. O esquema envolvia grandes empreiteiras acusadas de pagar propinas a executivos da Petrobras e a outros agentes públicos, correspondendo os valores repassados a cerca de 1% a 5% do montante dos contratos superfaturados. A distribuição desses pagamentos era gerida pelos intermediários financeiros, responsáveis por operacionalizar a circulação dos recursos ilícitos.

Silva (2017), ao enfatizar dados numéricos, datas e extensão territorial, discute a dimensão do episódio, mas não ressalta, nesse momento, suas repercussões políticas e sociais. Uma análise desses aspectos somente é desenvolvida quando a autora aborda a relação da operação com a mídia. Sobre isso, Silva (2017, p. 153) aponta:

Os meios de comunicação brasileiros são controlados por apenas onze famílias. Na política, diretamente, 25% dos senadores e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e TV. Acrescentamos, ainda, que em setembro de 2015, a revista Forbes divulgou o ranking de bilionários brasileiros e o setor de mídia está representado entre os nomes desta lista: família Marinho, das Organizações Globo; Edir Macedo, Rede Record; família Civitas, do Grupo Abril; e Sílvio Santos, do SBT.

A autora evidencia a alta concentração dos meios de comunicação no Brasil sob controle de um número reduzido de famílias, e revela a conexão entre mídia e política, uma vez que alguns parlamentares detêm concessões de rádio e televisão. Além disso, destaca o poder econômico desses grupos, evidenciado pela inclusão de seus integrantes entre os bilionários do país, reforçando sua influência tanto no setor de comunicação quanto na esfera política. Rodrigues (2018, p. 53) expõe que

Em um contexto de monopólio ou oligopólio, o posicionamento favorável da mídia constitui uma das variáveis determinantes para o sucesso de um governo, ao lado da manutenção de uma sólida base parlamentar, da inexistência de insatisfação popular, de índices econômicos positivos etc.

Para um governo ter crédito, especialmente no ambiente midiático monopolizado ou dominado por alguns grupos, a aprovação da mídia é um dos elementos-chave. Esse apoio é tão vital quanto outros fatores, como ter uma aliança política forte no Congresso, evitar a insatisfação da população e garantir bons indicadores econômicos.

Hebe Oliveira (2016), por sua vez, analisa como os protestos, originalmente diversos e multifacetados, foram divulgados pelo portal g1 como unânimes e favoráveis ao impeachment, apresentando uma interpretação homogênea das manifestações de rua em todo o país. Para Oliveira (2016, p. 84),

Na construção do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, está claro e notório o papel da mídia na formação da opinião pública favorável à deposição do atual governo, ocultando uma falsa imparcialidade e pluralidade no tratamento do noticiário nacional, sem revelar a atuação do setor econômico, maior interessado na disputa em questão. Os meios de comunicação, como sistema de mídia, têm papel central para reforçar o sistema vigente.

A autora demonstra que a mídia contribuiu para a formação de uma opinião pública favorável ao impeachment de Dilma Rousseff ao aparentar neutralidade e diversidade de vozes, enquanto, na verdade, encobria interesses econômicos determinantes no processo. Isso revela que, em vez de atuarem como simples intermediários imparciais, os meios de comunicação agiram como agentes políticos, legitimando a ordem estabelecida e reforçando estruturas de poder já consolidadas. Na análise de Oliveira (2016, p. 86),

Do acompanhamento de vários veículos de circulação nacional, observa-se uma cobertura da imprensa privada favorável às manifestações pró-impeachment, com abertura de páginas inteiras ao evento, imagens aéreas, fotos abertas em grandes proporções, além dos destaques para os números de manifestantes, como forma de superdimensionar um amplo apoio da maioria da população brasileira à deposição da

presidenta. Em contrapartida, as manifestações favoráveis ao governo de Dilma Rousseff seguiram a uma cobertura enxuta, com pouca ênfase nas primeiras páginas e interior, expressas ainda em fotos fechadas, sem grandes ângulos de aberturas, bem como o destaque a pequenos números de manifestantes, como forma de confirmar baixo apoio da opinião pública à presidenta.

Para a autora, a imprensa privada desempenhou uma cobertura assimétrica das manifestações de 2016, uma vez que ampliou simbolicamente os protestos favoráveis ao impeachment, com grande ênfase visual e quantitativa, enquanto reduziu a visibilidade dos atos em apoio a Dilma Rousseff. Sob uma perspectiva reflexiva, tais fatos demonstram que a mídia não apenas noticiou os acontecimentos, mas elaborou narrativas que reforçaram a percepção de massivo respaldo popular à destituição, ao mesmo tempo em que silenciou vozes divergentes, colaborando para legitimar o processo político em andamento.

Os meios de comunicação transmitem não apenas informações, mas valores, representações e formas específicas de compreender a realidade política e social. Hoje, interagimos com o mundo majoritariamente por meio de dispositivos eletrônicos, e isso faz com que a forma como a tecnologia molda a criação e a circulação de informações esteja em constante evolução. Esse fator traz novos desafios para questões essenciais da sociedade, uma vez que as mídias e a tecnologia atuam não apenas como informantes, mas como formadoras de consciências e visões de mundo.

Esse movimento se alinha diretamente com o pensamento de Antonio Gramsci (1999; 2007) sobre hegemonia. Para ele, o poder não se mantém apenas pela coerção, mas, principalmente pelo consenso que é construído por meio de instituições da sociedade civil. Os meios de comunicação, nesse sentido, atuam como um desses aparelhos ideológicos, transmitindo não apenas fatos, mas também valores, representações e maneiras específicas de interpretar a realidade política e social. Ao moldar a percepção do que é “normal” ou “verdadeiro”, a mídia contribui para a naturalização de certas ideias, consolidando o domínio de um grupo social sobre os demais. Assim, a tecnologia se torna uma ferramenta central na manutenção ou na contestação dessa hegemonia.

As relações estruturais entre o portal g1 e os centros de poder econômico no Brasil refletiram como esses acordos influenciaram a produção jornalística e os enquadramentos utilizados nos debates políticos e sociais. Para Almeida (2011, p. 123),

A hegemonia se faz, assim, como combinação de coerção e consenso. E o consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação social

do estado que, mesmo sendo um organismo classista, procura se expressar como sendo o portador de “todas as energias nacionais.

Almeida (2011) mostra que a hegemonia combina coerção e persuasão, e a mídia atua como mecanismo contínuo de legitimação, projetando o Estado como porta-voz dos interesses nacionais, mesmo quando ele serve a interesses de classes específicas. Em face disso, a hegemonia é uma fusão de coerção e consentimento; tal consentimento é construído por meio de concessões econômicas e da persuasão política e ideológica. Nesse contexto, a mídia atua diante de um vetor fundamental nesse esforço contínuo de convencimento, que não se restringe a questões pontuais, mas se estende principalmente à construção da ideia de que o Estado, embora represente interesses de classe, age como detentor de “todas as aspirações nacionais”.

O portal de notícias digitais da TV Globo, com todo seu conglomerado de afiliados espalhados pelo Brasil e pelo mundo, participa da construção de consensos sociais através de suas estratégias discursivas, mostrando como determinadas representações se tornam hegemônicas através da repetição e naturalização. A construção de consensos não é um processo natural, mas resultado de disputas simbólicas em que diferentes atores sociais lutam pela imposição de suas visões de mundo. De acordo com Bourdieu (1989, p. 14):

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

O autor entende que o poder simbólico se perpetua através de uma força capaz de estruturar a visão de mundo e orientar ações sociais, funcionando por meio de “magia”: pois ele produz efeitos comparáveis à coerção física ou econômica, mas apenas quando é aceito e naturalizado pelos indivíduos, mesmo que sua arbitrariedade permaneça oculta. Essa capacidade de criar a realidade por meio da linguagem molda a percepção de mundo, influenciando o que as pessoas veem, no que acreditam e, por consequência, como agem sobre esse mundo. Tal poder, quase mágico, alcança resultados semelhantes aos obtidos pela força (seja ela física ou econômica), mas por meio de um efeito de mobilização; no entanto, sua eficácia depende de ser aceito e não questionado, ou seja, de ser visto como algo natural, e não como uma imposição arbitrária.

Dessa forma, ao buscarmos analisar o g1, não se trata apenas de examinar um portal de notícias, mas de compreender um espaço de construção e disputa de sentidos que impacta diretamente a formação da opinião pública e a percepção da realidade política nacional. O g1

atua como mediador entre os acontecimentos e o público, selecionando, enquadrando e difundindo narrativas que ajudam a consolidar determinadas visões de mundo. Assim, investigá-lo como objeto de estudo é refletir sobre o poder da mídia na configuração dos discursos hegemônicos e sobre a urgência de desenvolver uma educação crítica, que capacite os sujeitos a interpretar, questionar e ressignificar as informações que consomem cotidianamente.

Portanto, a seguir, na próxima subseção, discutiremos como o jornalismo, ao narrar os acontecimentos, deixa de ser apenas um mediador da informação para se tornar um agente na construção das percepções sociais. Buscamos entender de que forma suas escolhas editoriais e discursivas influenciam o modo como a sociedade interpreta e reage aos fatos.

### 3.2. A GRANDE QUESTÃO: QUANDO O JORNALISMO MOLDA REALIDADES

A questão que orienta esta subseção investiga de que modo o jornalismo, em especial o portal g1, atuou não apenas como instância de informação, mas como meio formador de consciências durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Trata-se de uma problemática que extrapola os limites dos estudos tradicionais de comunicação e adentra o campo educacional, na medida em que envolve a compreensão dos processos de formação (ou deformação) da consciência crítica dos cidadãos.

Para Castells (2022, p. 419), “a questão principal é que enquanto a grande mídia é um sistema de comunicação de mão única, o processo real de comunicação não o é, mas depende da interação entre o emissor e o receptor na interpretação da mensagem”. Nessa perspectiva, o debate situa-se no reconhecimento de que, embora a mídia tradicional atue como um sistema de comunicação unidirecional, o processo efetivo de comunicação não se reduz a esse modelo linear, pois envolve a interação entre quem transmite e quem recebe a mensagem, sendo a interpretação do receptor parte essencial dessa dinâmica. Compreender esse mecanismo se torna especialmente relevante para pensarmos, de forma crítica, os desafios colocados em tempos de manipulação da informação e polarização política.

O impeachment de Dilma Rousseff, em um contexto abrangente da história política brasileira, mostra como esse processo se insere numa tradição de instabilidade democrática e de intervenções das elites econômicas na política nacional. Florestan Fernandes (1976) ressalta que, ao formular uma sociologia crítica fundamentada na realidade brasileira, evidencia como as classes dominantes têm a capacidade de mascarar as contradições sociais enquanto articulam pensamentos que favorecem sua estabilidade. O autor afirma ainda que:

No caso, o mínimo que se pode dizer é que a “historiografia tradicional” brasileira andou bem na construção de periodizações e que o seu “ponto forte” está na caracterização do deslanchamento do processo e do ápice que ele atinge sob a hegemonia do “conservantismo esclarecido. (Fernandes, 1976, p. 8)

Fernandes (1976) demonstra a capacidade dos grupos dominantes de ocultar as contradições sociais ao mesmo tempo em que produzem interpretações que favorecem a manutenção de sua própria estabilidade.

Em meados dos anos 2000 no Brasil, o uso de vídeos era limitado, a internet lenta e restrita, o que dificultava a produção de arquivos digitais. A Rede Globo, na vanguarda, possuía sua própria plataforma de operações no espaço virtual, conciliando novas práticas de acesso a sua programação diária. Quando o g1 foi lançado em 2006, essa funcionalidade já estava disponível, favorecendo ao portal uma certa vantagem em relação à concorrência televisiva para a emissão de noticiários ao vivo e na criação de conteúdos em vídeo, ainda que de maneira comedida. Depois, em 2010, foi criado um formato de apresentação do noticiário para edição digital, com cobertura de reportagens de grande porte ao vivo que seriam transmitidas com exclusividade. No portal da Memória Globo do g1, eles evidenciam que,

A partir daí, o g1 passa a fazer suas primeiras experiências na produção de uma linguagem audiovisual digital. Enquanto alguns jornalistas do portal começam a fazer reportagens em tom documental, a cobertura do factual ganha cada vez mais agilidade com a postagem de vídeos produzidos pelo celular – como aconteceu no caso das manifestações que eclodiram em quase todas as capitais brasileiras a partir de junho de 2013. O recurso permitiu a repórteres do g1 em todo o Brasil registrarem os protestos e atos de violência, sem chamar atenção com grandes equipamentos.

A partir desse cenário, a emissora passa a operar em uma nova configuração de poder informacional, na qual a velocidade e o alcance da circulação digital intensificam os efeitos dos enquadramentos jornalísticos. Nesse contexto, as redes sociais se tornaram espaços privilegiados para a mediação simbólica e para a formação da opinião pública, ampliando a capacidade de difusão e ressignificação das narrativas noticiosas. Segundo pesquisa realizada pela Comscore (2025),

O Brasil segue entre os quatro maiores mercados digitais do mundo, registrando 131 milhões de visitantes únicos em dezembro do ano passado, liderando o mercado da América Latina, diz o relatório da Comscore sobre o comportamento dos consumidores e o impacto das plataformas digitais.

A respeito da pesquisa do grupo Comscore (2025) destaca que o canal g1 se consolidou como uma das principais fontes de informação política para milhões de brasileiros, confirmando

o comportamento dos consumidores e o impacto das plataformas digitais. Isso classifica o Brasil em quarto lugar nos mercados digitais globais, o que o posiciona na liderança do serviço na América Latina. De acordo com Meio e Mensagem (2025):

o Globo Notícias foi o hub de notícias mais acessado via desktop ou mobile, com 62 milhões de visitantes únicos, seguido pelo Uol Notícias (35 milhões) e MSN (33 milhões). Já considerando o alcance das redes sociais, os destaques são Metrópoles, R7 Notícias e Uol Notícias.

É compreensivo entender que um jornalista não deva manifestar opinião pessoal em seu trabalho, uma vez que deve ser assertivo, ter respeito e bom senso ao pensar em seu leitor. Prevê-se que quando houver manifestação de seu ponto de vista ou opinião, ela seja reservada à área designada ou previamente adequada, como é claro em algumas colunas editoriais que são destinados a opinião do comentarista ou articulador do conteúdo, um espaço próprio destinado a esse fim. No entanto, em todo discurso há uma subjetividade, pois o ato de selecionar, organizar e apresentar fatos e ideias é intrinsecamente influenciado pelas crenças, experiências e perspectivas de quem o produz. Por mais que se busque a objetividade, o modo como a realidade é interpretada e transmitida carrega as marcas do sujeito, tornando a neutralidade absoluta uma idealização. As escolhas lexicais, os enquadramentos e a seleção de fontes revelam posicionamentos específicos dos autores, como argumenta Reis e Magalhães (2024, p. 198):

Esses fatores fazem do enunciado e do discurso que deles emergem objetos sócio-históricos, e assim devem ser compreendidos para serem analisados. Afinal, a palavra é vazia de sentido. Ao ser materializada no ato da enunciação – acontecimento da fala, do dizer, que pressupõe a interação de, no mínimo, dois sujeitos e que abrange elementos linguísticos e extralinguísticos – a palavra torna-se enunciado e, então, a construção do sentido é possível. Podemos afirmar, portanto, que o enunciado só possui sentido nas relações discursivas.

É importante pontuar, no entanto, que reconhecer a dimensão ideológica do jornalismo não significa desqualificar a profissão, mas sim compreender seus limites e possibilidades dentro de uma perspectiva crítica e democrática. Diante disso, pressupõe-se admitir que o jornalismo, enquanto prática social e campo de poder, é atravessado por disputas simbólicas, interesses econômicos e condicionamentos políticos que moldam a produção e a circulação das notícias. Ao mesmo tempo, é nesse reconhecimento que se abre espaço para reafirmar a importância do jornalismo como mediador entre os acontecimentos e a esfera pública, capaz de contribuir para o fortalecimento da cidadania e da pluralidade de vozes.

Sendo a vida cotidiana constantemente mediada por esses dispositivos, a educação midiática precisa ser reconhecida como uma exigência essencial para compreendermos nossa relação com a mídia e o modo como ela possibilita que nos tornemos sujeitos produtores de significados e agentes de transformação social, tornando o debate entre educação e comunicação um elo para a formação cidadã numa sociedade democrática. O documento elaborado pela Secretaria de Comunicação Social (2023, p. 11) conclui que,

Partindo dessas perspectivas, as ações de educação midiática devem incidir na relação entre a sociedade e as mídias, com impacto na sustentação da democracia, uma vez que pessoas midiaticamente educadas compreendem a importância da pluralidade de vozes em circulação e entendem sua responsabilidade ao interagir com informações, seja como consumidores ou produtores. Assim, é possível aprofundar a compreensão sobre liberdade de expressão em sua dimensão individual e coletiva, e sobre a responsabilidade ética dos meios de comunicação.

O contexto de intensa polarização política que caracterizou o período 2014-2016 mostra como este cenário criou condições específicas para a atuação da mídia como agente de legitimação de determinadas posições políticas. Conforme afirma Oliveira (2016, p. 86),

Do acompanhamento de vários veículos de circulação nacional, observa-se uma cobertura da imprensa privada favorável às manifestações pró-impeachment, com abertura de páginas inteiras ao evento, imagens aéreas, fotos abertas em grandes proporções, além dos destaques para os números de manifestantes, como forma de superdimensionar um amplo apoio da maioria da população brasileira à deposição da presidenta.

A cobertura jornalística da mídia privada desempenhou um papel decisivo na condução do processo de impeachment, que foi evidenciada pelo amplo espaço dedicado ao tema nos editoriais. Essa ênfase se materializou especialmente na valorização do número de participantes das manifestações pró-impeachment, reforçando a percepção de que a maior parte da população apoiava a destituição da presidenta. As manifestações de rua e a construção da opinião pública pela mídia demonstram como o g1 se posicionou neste contexto de disputa política, em vários autores sociais disputavam a hegemonia sobre o discurso do processo.

As estratégias discursivas foram fundamentais para compreender a elaboração da estrutura narrativa sobre o impeachment. Os estudos de Fairclough (2001, p. 40) explicam como identificar e analisar essas estratégias; para o autor, “é evidente que produzir o discurso faz parte de processos mais amplos de produção de vida social, das relações sociais e das identidades sociais”, e aponta, ainda, que o discurso não apenas representa, mas também constrói a estrutura social. Nesse sentido, ele funciona como recurso estratégico, frequentemente marcado por ideologias vinculadas a práticas sociais, políticas, culturais e

econômicas, compreendendo que essas estratégias são fundamentais para desvelar os mecanismos através dos quais os discursos contribuíram para a legitimação do impedimento de Rousseff.

Os efeitos da cobertura midiática do impeachment para a democracia brasileira legitimam a frequência com que determinadas narrativas podem evidenciar o enfraquecimento de instituições democráticas e dos processos eleitorais. De acordo com Ladeira (2019),

Uma breve análise hermenêutica sobre duas manchetes publicadas na época pelo jornal *O Globo* ilustra bem o caráter tendencioso da imprensa brasileira. Sobre uma das manifestações pró-impeachment, o periódico da família Marinho noticiou em sua capa “Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”, o que capciosamente poderia levar o leitor à falsa conclusão de que toda a população brasileira compactuava com a ideologia exaustivamente difundida pelos principais veículos de comunicação. Em contrapartida, a manchete de *O Globo* no dia seguinte a um ato pela permanência de Dilma apontava “Aliados de Lula e Dilma fazem manifestação em todos os estados”, como se tais mobilizações populares representassem somente os ideais petistas e não os anseios de todos aqueles que lutavam contra a execução de um novo golpe de Estado no Brasil, independentemente de sigla partidária.

Essa manchete poderia enganosamente induzir o leitor a crer que a totalidade da sociedade brasileira endossava a visão propagada pelos maiores veículos de comunicação. Em contrapartida, a manchete do *O Globo* no dia posterior a um ato pela permanência de Dilma era: “Aliados de Lula e Dilma fazem manifestação em todos os estados”. Essa abordagem sugeria que essas mobilizações populares representavam apenas os interesses do Partido dos Trabalhadores, e não os anseios de todos que se opunham à concretização de um novo golpe de Estado no Brasil, independentemente de sua filiação partidária política. A crise governamental destacou o caso brasileiro em um contexto mais amplo de questionamento das estruturas estatais, problematizando como a mídia pode contribuir para o enfraquecimento da cultura democrática.

Portanto, ao escolhermos abordar esse tema, buscamos entender a propagação dos movimentos jornalísticos no impacto da construção dos ciclos sociais, nos quais as relações virtuais superam as relações pessoais. Assim como existe a informação falsa, existe a notícia verdadeira; o uso dela dependerá da honestidade do interlocutor. A investigação tem como objetivo compreender o tamanho da influência dos meios de comunicação para a formação da opinião pública, partindo de uma análise crítica dos discursos transmitidos pelos veículos de transmissão vigentes como fortalecedores da hegemonia dominante.

A heterogenia da combinação entre educação e mídia, fortalecida pelo impacto da tecnologia, vai além das fronteiras disciplinares da sociedade e fomenta o diálogo acadêmico para o desenvolvimento transformador de um conhecimento integrado e globalizante. Em um

ambiente caracterizado pela difusão de notícias falsificadas e pelas bolhas de filtro proporcionadas pelos algoritmos, a capacidade de análise crítica das consequências da proliferação de informações emerge como uma prática capaz de ressignificar o pensamento da população brasileira. Para Zuboff (2020, p. 396), “as consequências da nova lógica de acumulação já vazaram e continuam a vazar para além das práticas comerciais, penetrando na estrutura das relações sociais, alterando nossas relações com nós mesmos e entre nós”.

Ao tomar o g1 como objeto, este estudo não busca apenas apontar vieses ou denunciar manipulações, mas interrogar o próprio modo como passamos a “habitar” o mundo por meio das narrativas jornalísticas, naturalizando determinadas versões da história e silenciando outras possibilidades de leitura. Quando a notícia deixa de ser apenas relato e passa a organizar afetos, medos, esperanças e antagonismos, o jornalismo converte-se em uma poderosa pedagogia política, capaz tanto de estreitar o horizonte do pensável quanto de provocar fissuras na ordem hegemônica. É nesse terreno ambíguo, em que a mídia simultaneamente captura e educa, tutela e convoca, que se inscreve esta pesquisa: compreender como, em meio ao impeachment de Dilma Rousseff, o g1 ajudou a desenhar os contornos do “real” compartilhado e que tipo de consciência política emergiu, ou foi contida, nesse processo.

Desse modo, na próxima subseção, o foco se desloca para a coleta, a sistematização e a organização dos dados, etapa em que o debate teórico se encontra com o material empírico que o sustenta.

### 3.3 COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A análise teve início com a delimitação e organização do corpus, composto por 50 reportagens publicadas no portal g1 sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, veiculadas ao longo do período em que se intensificaram os debates políticos e institucionais que culminaram em seu afastamento. A seleção desse material partiu do entendimento de que o g1, enquanto um dos principais portais de notícias do país, ocupa posição central na produção e circulação de sentidos no espaço público, desempenhando papel relevante na mediação entre acontecimentos políticos e a formação da opinião social.

Após a definição do recorte temporal e temático (2014-2016), procedeu-se à coleta, limpeza e padronização das reportagens, assegurando a homogeneidade do material e sua adequação às etapas subsequentes da análise. Esse primeiro movimento teve como objetivo garantir a consistência do corpus, evitando duplicidades, textos incompletos ou desvios em relação ao foco analítico da pesquisa. A Tabela 1 apresenta o corpus inicial selecionado,

especificando a quantidade de reportagens, o período de publicação e os critérios adotados para sua inclusão na análise. Analisemos:

**Tabela 1 - Corpus Geral Da Pesquisa Cobertura Jornalística (g1) Impeachment**

Nº	DATA	HORA	LOCAL	LINK
1	segunda-feira, 27 de outubro de 2014	8:43:00	g1/POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html">https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html</a>
2	quinta-feira, 1 de janeiro de 2015	-	g1/BOM DIA BRASIL	<a href="https://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/">https://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/</a>
3	quarta-feira, 4 de março de 2015	21:18:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/por-comissao-do-impeachment-oposicao-promete-obstruir-votacoes.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/por-comissao-do-impeachment-oposicao-promete-obstruir-votacoes.html</a>
4	quarta-feira, 22 de julho de 2015	18:55:00	g1	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/saiba-o-que-pode-ocorrer-apos-tcu-analisar-explicacao-das-pedaladas.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/saiba-o-que-pode-ocorrer-apos-tcu-analisar-explicacao-das-pedaladas.html</a>
5	quarta-feira, 12 de agosto de 2015	15:38:00	g1/ECONOMIA	<a href="https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/tcu-da-novo-prazo-de-15-dias-para-dilma-explicar-pedaladas.html">https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/tcu-da-novo-prazo-de-15-dias-para-dilma-explicar-pedaladas.html</a>
6	segunda-feira, 17 de agosto de 2015	10:04:00	g1 HORA 1	<a href="https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/08/manifestacoes-pedem-impeachment-de-dilma-e-o-combate-corrupcao.html">https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/08/manifestacoes-pedem-impeachment-de-dilma-e-o-combate-corrupcao.html</a>
7	quarta-feira, 2 de dezembro de 2015	15:09:00	g1/POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/processo-de-impeachment-de-dilma-perguntas-e-respostas.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/processo-de-impeachment-de-dilma-perguntas-e-respostas.html</a>
8	quarta-feira, 2 de dezembro de 2015	20:28:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/pedido-de-impeachment-acolhido-por-cunha-cita-pedaladas-em-2015.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/pedido-de-impeachment-acolhido-por-cunha-cita-pedaladas-em-2015.html</a>
9	quarta-feira, 2 de dezembro de 2015	21:04:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/entenda-os-proximos-passos-do-processo-de-impeachment-de-dilma.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/entenda-os-proximos-passos-do-processo-de-impeachment-de-dilma.html</a>
10	quarta-feira, 2 de dezembro de 2015	23:14:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html</a>
11	quinta-feira, 3 de dezembro de 2015	18:39:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/pedido-de-impeachment-de-dilma-os-argumentos-ponto-ponto.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/pedido-de-impeachment-de-dilma-os-argumentos-ponto-ponto.html</a>
12	sexta-feira, 4 de dezembro de 2015	22:01:00	g1 JN	<a href="https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/dilma-rousseff-volta-criticar-o-pedido-de-impeachment.html">https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/dilma-rousseff-volta-criticar-o-pedido-de-impeachment.html</a>
13	segunda-feira, 7 de dezembro de 2015	10:10:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integrada-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integrada-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html</a>
14	segunda-feira, 7 de dezembro de 2015	14:23:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/dizer-que-impeachment-vai-pacificar-o-pais-e-erro-grosseiro-diz-cardozo.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/dizer-que-impeachment-vai-pacificar-o-pais-e-erro-grosseiro-diz-cardozo.html</a>
15	segunda-feira, 7 de dezembro de 2015	17:14:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/gente-nao-pode-permitir-um-golpe-de-estado-impeachment-diz-lula.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/gente-nao-pode-permitir-um-golpe-de-estado-impeachment-diz-lula.html</a>
16	terça-feira, 8 de dezembro de 2015	17:09:00	g1 ECONOMIA	<a href="https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/ministro-defende-analise-rapida-de-impeachment-para-bem-da-economia.html">https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/ministro-defende-analise-rapida-de-impeachment-para-bem-da-economia.html</a>

17	quinta-feira, 17 de dezembro de 2015	14:28:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/supremo-retoma-julgamento-sobre-origem-do-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/supremo-retoma-julgamento-sobre-origem-do-impeachment.html</a>
18	segunda-feira, 14 de março de 2016	12:27:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html</a>
19	sábado, 9 de abril de 2016	5:07:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-do-impeachment-de-dilma-frases-dos-deputados-sobre-o-parecer.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-do-impeachment-de-dilma-frases-dos-deputados-sobre-o-parecer.html</a>
20	segunda-feira, 11 de abril de 2016	22:15:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-da-camara-aprova-processo-de-impeachment-de-dilma.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-da-camara-aprova-processo-de-impeachment-de-dilma.html</a>
21	sábado, 16 de abril de 2016	9:09:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/saiba-o-que-disseram-os-deputados-que-se-inscreveram-para-discursar.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/saiba-o-que-disseram-os-deputados-que-se-inscreveram-para-discursar.html</a>
22	sábado, 16 de abril de 2016	22:55:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/manifestacoes-contra-e-favor-do-impeachment-acontecem-pelo-pais.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/manifestacoes-contra-e-favor-do-impeachment-acontecem-pelo-pais.html</a>
23	domingo, 17 de abril de 2016	-	g1 POLÍTICA	<a href="https://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-a-votacao-do-impeachment/">https://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-a-votacao-do-impeachment/</a>
24	segunda-feira, 18 de abril de 2016	19:54:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/dilma-diz-se-sentir-injusticada-por-decisao-sobre-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/dilma-diz-se-sentir-injusticada-por-decisao-sobre-impeachment.html</a>
25	segunda-feira, 18 de abril de 2016	20:21:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-terminos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-terminos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html</a>
26	segunda-feira, 9 de maio de 2016	14:14:00	g1 DF	<a href="https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/muro-do-impeachment-na-esplanada-fica-ate-decisao-do-senado-diz-gdf.html">https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/muro-do-impeachment-na-esplanada-fica-ate-decisao-do-senado-diz-gdf.html</a>
27	segunda-feira, 9 de maio de 2016	16:45:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/congresso-repercute-decisao-de-anular-votacao-do-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/congresso-repercute-decisao-de-anular-votacao-do-impeachment.html</a>
28	quarta-feira, 11 de maio de 2016	5:00:00	g1 DF	<a href="https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/votacao-do-impeachment-tem-15-mil-pms-e-esplanada-fechada-nesta-quarta.html">https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/votacao-do-impeachment-tem-15-mil-pms-e-esplanada-fechada-nesta-quarta.html</a>
29	quinta-feira, 12 de maio de 2016	9:43:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html</a>
30	quinta-feira, 12 de maio de 2016	15:58:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/impeachment-e-maior-das-brutalidades-afirma-dilma.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/impeachment-e-maior-das-brutalidades-afirma-dilma.html</a>
31	quinta-feira, 12 de maio de 2016	21:40:00	g1 JN	<a href="https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/veja-trajetoria-do-processo-de-impeachment-contra-dilma-rousseff.html">https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/veja-trajetoria-do-processo-de-impeachment-contra-dilma-rousseff.html</a>
32	segunda-feira, 23 de maio de 2016	21:32:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/audio-de-iuca-deixa-evidente-carater-golpista-do-impeachment-diz-dilma.html">https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/audio-de-iuca-deixa-evidente-carater-golpista-do-impeachment-diz-dilma.html</a>
33	segunda-feira, 27 de junho de 2016	21:29:00	g1 JN	<a href="https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html">https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html</a>
34	quarta-feira, 10 de agosto de 2016	8:39:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senadores-aprovam-parecer-dilma-vira-re-e-vai-julgamento-em-plenario.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senadores-aprovam-parecer-dilma-vira-re-e-vai-julgamento-em-plenario.html</a>

35	quarta-feira, 10 de agosto de 2016	20:51:00	g1 JN	<a href="https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/comeca-ultima-fase-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff.html">https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/comeca-ultima-fase-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff.html</a>
36	sábado, 27 de agosto de 2016	20:48:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/acusacao-levara-sessao-com-dilma-movimentos-sociais-pro-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/acusacao-levara-sessao-com-dilma-movimentos-sociais-pro-impeachment.html</a>
37	segunda-feira, 29 de agosto de 2016	9:50:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/dilma-chega-ao-senado-para-sessao-do-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/dilma-chega-ao-senado-para-sessao-do-impeachment.html</a>
38	segunda-feira, 29 de agosto de 2016	14:06:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/imprensa-internacional-repercute-ida-de-dilma-ao-senado.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/imprensa-internacional-repercute-ida-de-dilma-ao-senado.html</a>
39	segunda-feira, 29 de agosto de 2016	14:32:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/veja-e-leia-integra-do-discurso-de-dilma-no-senado.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/veja-e-leia-integra-do-discurso-de-dilma-no-senado.html</a>
40	segunda-feira, 29 de agosto de 2016	21:40:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/perguntas-e-respostas-sobre-votacao-do-impeachment-de-dilma.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/perguntas-e-respostas-sobre-votacao-do-impeachment-de-dilma.html</a>
41	segunda-feira, 29 de agosto de 2016	23:30:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/interrogatorio-de-dilma-no-senado-veja-perguntas-dos-senadores.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/interrogatorio-de-dilma-no-senado-veja-perguntas-dos-senadores.html</a>
42	terça-feira, 30 de agosto de 2016	15:44:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/jose-eduardo-cardozo-faz-alegacoes-finais-da-defesa-de-dilma-no-senado.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/jose-eduardo-cardozo-faz-alegacoes-finais-da-defesa-de-dilma-no-senado.html</a>
43	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	11:28:00	g1 BOM DIA BRASIL	<a href="https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/08/julgamento-do-impeachment-de-dilma-entra-na-reta-final-no-senado.html">https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/08/julgamento-do-impeachment-de-dilma-entra-na-reta-final-no-senado.html</a>
44	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	13:35:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html</a>
45	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	16:33:00	G1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/sentenca-de-dilma-rousseff-no-julgamento-do-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/sentenca-de-dilma-rousseff-no-julgamento-do-impeachment.html</a>
46	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	19:51:00	g1 POLÍTICA	<a href="https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html">https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html</a>
47	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	-	g1 ESPECIAL	<a href="https://especiais.g1.globo.com/politica/2015/entenda-o-processo-de-impeachment/">https://especiais.g1.globo.com/politica/2015/entenda-o-processo-de-impeachment/</a>
48	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	20:54:00	g1 JN	<a href="https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-de-dilma-rousseff-temer-assume.html">https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-de-dilma-rousseff-temer-assume.html</a>
49	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	-	g1 JH	<a href="https://g1.globo.com/jornal-hoje/video/dilma-rousseff-assiste-ao-julgamento-do-impeachment-com-lula-e-ex-ministros-5273611.ghtml">https://g1.globo.com/jornal-hoje/video/dilma-rousseff-assiste-ao-julgamento-do-impeachment-com-lula-e-ex-ministros-5273611.ghtml</a>
50	quarta-feira, 31 de agosto de 2016	13:39:00	BLOG DO CAMAROTTI	<a href="https://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/gestao-dilma-ja-estava-inviabilizada-por-falta-de-governabilidade.html">https://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/gestao-dilma-ja-estava-inviabilizada-por-falta-de-governabilidade.html</a>

Fonte: elaborado pela autora (2026).

A Tabela 1 apresenta o corpus geral da pesquisa, composto por reportagens publicadas no portal g1 que tratam do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A seleção do material considerou o recorte temporal compreendido entre 2014 e 2016, período que abrange desde a reeleição presidencial até a conclusão do julgamento no Senado Federal,

momento em que o impeachment foi consolidado como desfecho institucional. Foram incluídas reportagens de diferentes editorias e formatos jornalísticos, bem como notícias factuais até conteúdos explicativos e interpretativos, desde que o impeachment ou seus desdobramentos figurassem como eixo central da narrativa. O critério de escolha priorizou textos diretamente relacionados ao processo político, jurídico e midiático do impeachment, excluindo materiais periféricos ou meramente alusivos ao tema. Esse levantamento resultou em um conjunto amplo de textos, que serviu de base para os procedimentos posteriores de afunilamento e análise discursiva.

Desse modo, em um segundo momento, realizou-se o primeiro afunilamento das reportagens, que resultou na seleção de um corpus analítico intermediário composto por 18 textos, os quais concentram as ocorrências mais representativas das categorias estabelecidas e que serão apresentadas após a explicitação do caminho metodológico percorrido. A Tabela 2 sistematiza esse recorte, explicitando a relação entre as reportagens selecionadas e os eixos analíticos mobilizados. Examinemos:

**Tabela 2** -Segundo Afunilamento 18 Reportagens do g1

Nº	Data	Título	Resumo
1	27/10/2014	Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno. Aécio Neves teve mais de 51 milhões de votos. Disputa foi decidida voto a voto até o fim da apuração. Abstenções somaram 21,1% dos votos.	Vitória apertada de Dilma no 2º turno; foco na contagem dos votos e alta abstenção.
2	02/12/2015	Pedido de impeachment acolhido por Cunha cita 'pedaladas' em 2015. Estratégia da oposição foi responsabilizar Dilma por atos do mandato atual. 'Crimes se estenderam a 2015, ou seja, invadiram o 2º mandato', diz texto.	Eduardo Cunha aceita o pedido de impeachment contra Dilma, citando as "pedaladas fiscais" no segundo mandato.
3	04/12/2015	Dilma Rousseff volta a criticar o pedido de impeachment. Presidente afirmou que não cometeu nenhum ato ilícito. O ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, do PMDB, apresentou carta de demissão.	Dilma se defende do pedido de impeachment, nega ilícito, enquanto seu ministro (do PMDB) pede demissão.
4	07/12/2015	Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. Ele lista episódios que demonstrariam 'desconfiança' da presidente. Assessoria do vice disse que ele se surpreendeu com divulgação da carta.	Temer envia carta pública listando mágoas e desconfianças com Dilma, explicitando o racha entre eles.
5	13/03/2016	MANIFESTANTES fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma	A maior manifestação contra o governo Dilma
6	17/12/2015	Supremo retoma julgamento sobre o rito do impeachment. Em voto, relator da ação opinou por validar atos de Cunha no processo. Nesta quinta, os outros dez ministros devem se manifestar sobre o tema.	O STF julga a validade do rito do impeachment definido pela Câmara (Cunha); o voto do relator valida os atos iniciais.
7	08/04/2016	Comissão do impeachment de Dilma: frases dos deputados sobre o parecer. Debate teve início nesta sexta; votação do relatório acontece na segunda. Relator é favorável ao prosseguimento do processo contra a presidente.	Cobertura do início do debate na Comissão Especial da Câmara, destacando frases-chave dos deputados, com menção ao relatório favorável do relator.

8	18/04/2016	Dilma diz se sentir 'injustiçada' por decisão sobre impeachment. Por 367 votos a 137, deputados aprovaram enviar processo para o Senado. 'Tenho ânimo, força e coragem para enfrentar a injustiça', disse presidente.	A Câmara aprova a abertura do processo contra Dilma (com placar enfático), e a Presidenta reage publicamente, classificando a decisão como "injustiça".
9	12/05/2016	Processo de impeachment é aberto, e Dilma é afastada por até 180 dias. Senadores aprovaram instauração de processo por 55 votos a 22. Presidente fica afastada por até 180 dias enquanto é julgada no Senado.	O Senado aprova a abertura do processo (instalação), e Dilma Rousseff é afastada temporariamente por 180 dias.
10	12/05/2016	Veja a trajetória do processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Com dois meses e meio de mandato, Dilma enfrentava manifestações. Em 2 de dezembro, Eduardo Cunha aceitou o pedido de três juristas.	Reportagem publicada no dia do afastamento, resumindo os principais marcos do processo (manifestações, acolhimento de Cunha) desde o início do segundo mandato.
11	23/05/2016	Áudio de Jucá deixa 'evidente' caráter 'golpista' do impeachment, diz Dilma. Em conversa, ministro afastado falou em 'pacto' contra Operação Lava Jato. 'Impeachment é melhor estratégia de paralisação da Lava Jato', disse Dilma.	Dilma utiliza a divulgação de um áudio (onde o ministro afastado Romero Jucá sugere um "pacto" para frear a Lava Jato) para argumentar que o impeachment tem caráter golpista.
12	27/08/2016	Acusação levará à sessão com Dilma movimentos sociais pró-impeachment. Presidente afastada prestará depoimento na próxima segunda-feira (29). Entre os convidados da defesa, estão o ex-presidente Lula e 18 ex-ministros.	A sessão final do julgamento é anunciada. A acusação levará movimentos sociais (oposição) e a defesa levará Lula e ex-ministros (aliados), transformando o ato jurídico em um palco de confronto político.
13	29/08/2016	Interrogatório de Dilma no Senado: veja perguntas dos senadores. Presidente afastada responde nesta segunda no processo de impeachment. Em discurso, ela apontou 'golpe': 'só o povo' afasta 'pelo conjunto da obra'.	Cobertura do interrogatório, focando nas perguntas dos senadores e no discurso de Dilma, que se defende veementemente, classificando o processo como "golpe".
14	31/08/2016	Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. Presidente afastada perdeu mandato por 61 votos favoráveis e 20 contrários. Senadores rejeitaram pena de inabilitação da petista para funções públicas.	O Senado vota e aprova o impeachment de Dilma, que perde o mandato. Temer assume a presidência. O placar de inabilitação foi dividido, permitindo que ela exercesse funções públicas.
15	31/08/2016	Sentença de Dilma Rousseff no julgamento do impeachment. Ricardo Lewandowski leu a parte principal do documento após a votação. Dilma foi condenada por crime de responsabilidade e perdeu o mandato.	Leitura da sentença final pelo presidente do STF (Lewandowski), confirmando a condenação por crime de responsabilidade e a perda do mandato.
16	31/08/2016	Íntegra do discurso de Dilma após impeachment. Senado aprovou nesta quarta, por 61 a 20, afastamento definitivo da petista. Dilma fez pronunciamento a jornalista após decisão de senadores.	Publicação do discurso completo de Dilma após ser destituída, em que ela se dirige a jornalistas e reitera a tese de golpe.
17	31/08/2016	Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff; Temer assume. Aliados de Dilma conseguiram que a decisão fosse tomada em duas votações. Dilma perde cargo, mas não fica proibida de exercer cargo público.	Reiteração do resultado final (impeachment e Temer), destacando o detalhe das duas votações separadas (perda do cargo vs. inabilitação).
18	31/08/2016	Gestão Dilma já estava inviabilizada por falta de governabilidade	Artigo de Gerson Camarotti (colunista do g1) no dia do impeachment, onde ele defende a tese de que o processo era justificado pela falta de governabilidade e inviabilidade política da gestão Dilma.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2026).

A Tabela 2 apresenta o corpus analítico selecionado, composto por 18 reportagens do g1 que acompanham, de forma encadeada, os principais marcos do processo de impeachment de Dilma Rousseff. O conjunto abrange desde a reeleição em 2014 até a decisão final do Senado

em 2016, articulando acontecimentos institucionais, disputas políticas, manifestações sociais e interpretações produzidas pelo próprio veículo. A disposição cronológica e temática das reportagens permite observar a progressiva mudança de enquadramento da crise, bem como a recorrência de determinados sentidos mobilizados ao longo do período. Logo, a tabela organiza o material empírico e evidencia como a cobertura constrói uma narrativa contínua que sustenta os eixos analíticos desenvolvidos na pesquisa.

Em um terceiro momento, realizou-se um novo afinilamento do corpus, com o objetivo de concentrar a análise nas reportagens mais densas em termos discursivos e mais representativas das estratégias investigadas. Esse recorte final define o material empírico central desta investigação, sobre o qual incide as análises aprofundadas. A Tabela 3 apresenta a relação dessas reportagens, explicitando o conjunto de textos que sustenta as interpretações desenvolvidas ao longo da análise. Examinemos:

**Tabela 3-** Reportagens selecionadas

Item	Data	Título da Reportagem / Link	Categoria de Análise	Função Discursiva
1	27/10/2014	Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos	Formação da Opinião	Conduz o leitor na compreensão do processo.
2	07/12/2015	Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer	Controle de Grupos	Ação das elites simbólicas na determinação da 'verdade'.
3	13/03/2016	Manifestantes fazem maior protesto nacional	Espetáculo Público	Transformação do processo político em encenação/espetáculo.
4	31/08/2016	Gestão Dilma já estava inviabilizada (Camarotti)	Naturalização	Naturaliza a queda como um fato técnico/inevitável.
5	31/08/2016	Sentença de Dilma Rousseff no julgamento	Poder	Institui verdades, legitima atores e naturaliza leituras.
6	31/08/2016	Íntegra do discurso de Dilma após impeachment	Vítima da Opinião	Constrói Dilma como figura julgada publicamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A Tabela 3 evidencia a composição do núcleo empírico da pesquisa ao reunir reportagens que operam como pontos de inflexão na narrativa midiática sobre o impeachment. Cada texto selecionado desempenha uma função específica na produção de sentidos, atuando ora na orientação da opinião pública, ora na legitimação de atores e decisões, ora na espetacularização do conflito político. O conjunto permite observar como diferentes registros

discursivos se articulam para construir interpretações dominantes, desde a apresentação inicial dos acontecimentos até a consolidação de leituras que naturalizam a destituição e enquadram suas personagens centrais. Ao colocar em diálogo categorias analíticas e funções discursivas, a tabela explicita a lógica interna da cobertura, mostrando como a mídia não apenas informa os fatos, mas organiza, hierarquiza e estabiliza significados ao longo do processo analisado.

Após as etapas de afinamento, foram definidas as categorias de análise da pesquisa, fundamentais para o aprofundamento do recorte e para a constituição do corpus analítico. A seguir, apresenta-se a Tabela 4, na qual são sistematizadas as categorias centrais da pesquisa, acompanhadas de suas definições operacionais, dos critérios utilizados para sua identificação no corpus e dos principais autores que sustentam teoricamente cada eixo de análise. Essa organização permite visualizar de forma clara a articulação entre teoria, método e material empírico, assegurando maior rigor e transparência ao processo analítico desenvolvido. Analisemos:

**Tabela 4-** Categorias centrais da pesquisa

<b>Categoria</b>	<b>Descrição Operacional</b>	<b>Indicadores no Discurso</b>	<b>Fundamentação Teórica</b>
<b>Poder</b>	Processos pelos quais o discurso jornalístico institui verdades, legitima atores e naturaliza determinadas leituras do impeachment.	Afirmativas como “segundo especialistas”, “conforme análise técnica”; uso de fontes jurídicas como voz de autoridade; ausência de vozes dissonantes.	Foucault. Van Dijk
<b>Controle/naturalização</b>	Mecanismos discursivos que direcionam a interpretação: escolhas lexicais, enquadramentos e omissões que guiam o leitor.	Títulos que adiantam uma conclusão; seleção de imagens; estrutura narrativa que estabelece culpa/responsabilidade.	Van Dijk;
<b>Vítima da Opinião</b>	Construção de Dilma como figura julgada publicamente, exposta a avaliações simplificadas, emocionalizadas ou moralizantes.	Adjetivos persistentes; narrativa de fraqueza, impopularidade, isolamento, “queda inevitável”.	Bourdieu Dantas
<b>Controle de Grupos sobre as Mentis</b>	A ação das elites simbólicas (políticos, juristas, economistas, jornalistas) na determinação do que deve ser entendido como “verdade” sobre o impeachment.	Predomínio de fontes específicas; repetição de enquadramentos; narrativa única sobre culpa.	Van Dijk. Foucault
<b>Espetáculo Público</b>	Transformação do processo político em encenação: dramatização, conflitos, rituais de exposição e polarização.	Cobertura ao vivo; uso de emoção; personalização da política; hiperfoco em performances.	Bourdieu Lippmann

<b>Formação da Opinião</b>	Como o g1 conduz o leitor na compreensão do impeachment, simplificando conceitos legais e explicando o processo.	Quadros explicativos; didatização do processo; presença de “entenda o que acontece”; instrução do público.	Lippmann;
----------------------------	--	--	-----------

Fonte: elaborada pela autora (2026).

A Tabela 4 apresenta o corpus organizado que serviu de base para a análise empírica da pesquisa. A partir desse material, a investigação avançou para a etapa de codificação temática, fundamentada na Análise de Conteúdo conforme sistematizada por Bardin (2016). Essa fase envolveu uma leitura flutuante das reportagens, seguida da definição das categorias analíticas e da construção do quadro de codificação, no qual foram identificadas e marcadas as unidades de registro pertinentes ao estudo. As categorias emergiram do diálogo entre o material empírico e o referencial teórico adotado, permitindo identificar regularidades discursivas e estratégias recorrentes na cobertura jornalística do impeachment. Nesse processo, foram estabelecidas as categorias Poder, Naturalização, Vítima da Opinião, Controle de Grupos sobre as Mentes, Espetáculo Público e Formação da Opinião, que orientaram a leitura sistemática das reportagens e possibilitaram o avanço para a etapa de análise propriamente dita.

Na sequência, realizou-se a interpretação discursiva das reportagens, buscando compreender não apenas o conteúdo veiculado, mas os modos de enunciação que estruturaram o discurso jornalístico. Essa etapa privilegiou a análise dos enunciados, das estratégias narrativas, dos enquadramentos recorrentes e dos regimes de visibilidade e silenciamento acionados, com especial atenção às operações discursivas que contribuíram para a legitimação de determinadas leituras do impeachment e para a naturalização de sentidos sobre a figura de Dilma Rousseff e o processo político em curso.

Por fim, com base no corpus selecionado, a análise será articulada a um eixo teórico-analítico plural, reunindo contribuições de Foucault (1996), Lippmann (2008), Bourdieu (1989), Van Dijk (2008, 2016) e Dantas (2019). Essa integração teórica permitiu relacionar as ocorrências empíricas do corpus às noções de poder, controle simbólico, fabricação da opinião pública, campo midiático e dominação discursiva, conferindo maior densidade interpretativa à investigação. Desse modo, o percurso metodológico adotado possibilitou a construção de uma leitura crítica da cobertura do g1, combinando o rigor classificatório da Análise de Conteúdo com uma abordagem discursiva sensível às disputas de sentido que atravessaram o espaço público brasileiro.

A seguir, no próximo capítulo, é desenvolvida a análise completa das seis reportagens selecionadas. Aprofunda-se o exame dos sentidos, estratégias discursivas e enquadramentos que estruturam a narrativa midiática.

#### 4 ANÁLISE COMPLETA DAS SEIS REPORTAGENS

Este capítulo apresenta uma análise discursiva crítica e aprofundada de seis reportagens do portal g1 que cobrem o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff entre 2014 e 2016. A investigação articula a análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), com a Análise Crítica do Discurso como horizonte teórico-metodológico, em diálogo com Foucault (1996), Bourdieu (1989), Van Dijk (2008; 2016), Lippmann (2008) e Dantas (2019). Busca-se desvelar as formas discursivas mobilizadas pelo portal na construção de uma narrativa hegemônica, evidenciando como a cobertura informa os acontecimentos, além de orientar modos específicos de interpretar a crise política brasileira e de constituir percepções públicas sobre ela. A análise concentra-se nas escolhas lexicais, na organização narrativa, na seleção de fontes, nos enquadramentos adotados, nas omissões significativas e nos efeitos ideológicos produzidos. Cada reportagem é examinada a partir de trechos diretos do texto jornalístico, seguidos de análise teórica aprofundada.

A leitura do corpus organiza-se a partir de seis categorias discursivas, identificadas na materialidade linguística dos textos e tratadas como operadores centrais de interpretação. A categoria “Poder” concentra-se nos mecanismos de construção de autoridade, especialmente no acionamento recorrente de fontes jurídicas, técnicas e especializadas. “Naturalização” volta-se aos arranjos narrativos que direcionam o sentido dos acontecimentos, estabelecendo nexos de culpa e responsabilidade. “Vítima da Opinião” examina a produção de Dilma Rousseff como figura publicamente julgada, atravessada por narrativas de fragilidade, isolamento e queda anunciada. De forma complementar, “Controle de Grupos sobre as Mentes” investiga a homogeneização de vozes e a fabricação de consensos aparentes; “Espetáculo Público” analisa a transformação da política em evento midiático marcado pela dramatização e pela lógica da encenação. E “Formação da Opinião”, examina os dispositivos de didatização por meio dos quais o leitor é conduzido a compreender o impeachment a partir de sentidos previamente delimitados.

Esse conjunto categorial permite mapear regularidades, silenciamentos e hierarquias discursivas presentes no corpus, articulando o nível textual às dinâmicas de poder simbólico e às disputas de sentido no espaço público. Ao evidenciar essas operações, a análise demonstrará que a cobertura do g1 ultrapassa o registro informativo e se afirma como instância ativa na produção de interpretações socialmente eficazes sobre o impeachment e seus protagonistas. A seguir, na primeira subseção, a análise desloca na *Categoria 1: formação da opinião*.

#### 4.1 CATEGORIA 1: FORMAÇÃO DA OPINIÃO

Esta subseção dedica-se à análise da categoria “Formação da Opinião”, entendida como o conjunto de estratégias discursivas por meio das quais o texto jornalístico orienta o leitor na compreensão do processo de impeachment. Nessa perspectiva, observa-se a recorrência de procedimentos de didatização e simplificação de conceitos complexos, sobretudo de natureza jurídica e institucional, apresentados de forma acessível a um público amplo. Essa condução discursiva não se restringe à mediação informativa, mas atua diretamente na construção de sentidos, ao selecionar, organizar e hierarquizar informações que direcionam a leitura do acontecimento e contribuem para a consolidação de determinadas interpretações sobre o processo político em curso.

Os principais indicadores dessa categoria incluem o uso de quadros explicativos, chamadas do tipo “Entenda o que...”, estratégias de instrução do público, estruturas baseadas em perguntas e respostas, bem como a tradução de conceitos jurídicos em linguagem simplificada. Tais recursos conferem ao texto uma estrutura didática que, ao mesmo tempo em que facilita a compreensão, estabelece parâmetros interpretativos sobre o impeachment e seus desdobramentos.

A análise da reportagem 1, realizada a partir de trechos diretos do texto jornalístico, permite demonstrar como esses elementos discursivos operam na formação da opinião do leitor, evidenciando o papel da didatização como estratégia de enquadramento e orientação interpretativa na cobertura do g1. Para isso, toma-se como ponto de partida a reportagem intitulada *Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno*, publicada em 27 de outubro de 2014. A seguir, apresenta-se o trecho selecionado para análise, que servirá de base para a interpretação crítica dos sentidos produzidos pelo texto jornalístico.

"Foi uma disputa emocionante, decidida voto a voto para a Presidência da República. Dilma Rousseff, do PT, foi reeleita 51,64% dos votos válidos. Aécio Neves, do PSDB, teve 48,36%. Em números absolutos, Dilma somou 54,5 milhões de votos e Aécio, 51,041 milhões."

"Dilma Rousseff ganhou na região Norte e Nordeste e Aécio Neves venceu no Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No Norte, Dilma teve 56,55% e Aécio, 43,45%. No Nordeste, vitória muito grande da presidente Dilma, com 71,69% dos votos válidos."

"Dilma venceu em 15 estados e Aécio, em 11 mais Distrito Federal."

Esta reportagem exemplificada como um guia educativo que conduz o leitor através de dados eleitorais complexos. De acordo Walter Lippmann (2008, p. 42),

Argumento que o governo representativo, seja no que é chamado usualmente política, ou na indústria, não pode funcionar adequadamente, seja qual for o processo de eleição, a menos que exista uma organização especializada independente que torne os fatos invisíveis inteligíveis àqueles que têm que tomar as decisões. Tento, portanto, argumentar que a séria aceitação do princípio da representação pessoal precisa ser suplementada pela representação dos fatos invisíveis, o que permitiria uma satisfatória descentralização, assim como escapar da ficção intolerável e inviável de que cada um de nós precisa adquirir uma opinião competente sobre assuntos públicos. Argumento que o problema da imprensa é confuso porque os críticos e os apologistas esperam que a imprensa realize esta ficção, que ela faça tudo aquilo que não está previsto na teoria democrática, e que os leitores esperam que este milagre seja realizado sem custo ou problema para eles. Os jornais são considerados pelos democratas uma panaceia para seus próprios defeitos, enquanto a análise da natureza das notícias e da base econômica do jornalismo parece mostrar que os jornais necessária e inevitavelmente refletem, e, portanto, em grande ou menor medida, intensificam a defeituosa organização da opinião pública. Minha conclusão é que, para serem adequadas, as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa, como é o caso hoje. Esta organização eu concebo como sendo em primeira instância a função da ciência política que ganhou seu próprio lugar como formuladora, previamente à real decisão, em vez de ser apologista, crítica, ou reportando após a decisão ter sido tomada. Tento indicar que as perplexidades do governo e da indústria estão conspirando para dar à ciência política esta enorme oportunidade para enriquecer-se e servir ao público.

A reflexão de Walter Lippmann (2008) parte do reconhecimento de que a política moderna se organiza a partir de mediações inevitáveis, nas quais o público depende de sistemas especializados para compreender acontecimentos que não vivencia diretamente. Nesse contexto, a imprensa assume a função de organizar o mundo político em representações inteligíveis, produzindo recortes, hierarquias e simplificações que tornam os fatos acessíveis, mas nunca neutros. A crítica central do autor não se dirige à necessidade dessa mediação, e sim ao modo como ela se converte em um poder organizador da opinião pública, substituindo o debate crítico por interpretações prontas e estabilizadoras. Ao transformar a complexidade política em narrativas ordenadas, o jornalismo tende a reforçar uma percepção de normalidade institucional, mesmo quando os processos em curso são atravessados por conflitos profundos e assimetrias estruturais.

Essa perspectiva ajuda a compreender como a reportagem analisada traduz o resultado eleitoral ao leitor por meio de uma linguagem didática que privilegia a clareza numérica e a organização espacial dos votos. Ao apresentar o pleito como um somatório de percentuais, regiões e estados, o texto oferece uma imagem da democracia baseada na mensuração e na distribuição territorial, deslocando o sentido político da eleição para uma lógica técnica de contabilização. Essa tradução, embora eficaz do ponto de vista informativo, atua como um filtro interpretativo que reduz a pluralidade de significados do acontecimento e orienta o leitor a aceitar o resultado como um dado conclusivo. Assim, a reportagem materializa o tipo de mediação criticado por Lippmann (2008), uma forma de organização simbólica que, ao tornar

os fatos compreensíveis, também delimita os horizontes de interpretação e contribui para uma opinião pública mais administrada do que reflexiva. Portanto, na próxima subseção, o debate recai na *categoria 2: controle de grupo sobre as mentes*.

#### 4.2 CATEGORIA 2: CONTROLE DE GRUPOS SOBRE AS MENTES

A Categoria 2: Controle de grupos sobre as mentes investiga como certos atores coletivos, situados em posições privilegiadas de fala, buscam orientar a percepção social dos acontecimentos políticos por meio de estratégias discursivas que selecionam o que deve ganhar visibilidade, definem quais vozes soam legítimas e enquadram interpretações como se fossem evidências naturais. Nessa chave, a atenção recai menos sobre o “assunto” da reportagem e mais sobre o efeito que ela produz: ao apresentar documentos, “íntegras” e pronunciamentos com aparência de transparência e autoridade, o texto jornalístico pode estabilizar sentidos, reduzir a margem de dúvida do leitor e transformar disputas em consensos aparentes, fazendo com que determinadas versões circulem como “verdade” enquanto outras são empurradas para a periferia do debate público.

A reportagem, publicada em 07 de dezembro de 2015, divulga “Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma”, expondo publicamente um documento que evidencia o desgaste político dentro do governo. Ao apresentar o texto completo, a matéria produz um efeito de transparência e autoridade, transformando a carta em peça central da disputa narrativa e contribuindo para orientar a leitura pública sobre o conflito e suas responsabilidades, examinemos:

"Leia a íntegra da carta enviada pelo vice MICHEL TEMER a Dilma. Em sua carta, Temer apresenta suas razões para a abertura do processo de impeachment. Ele lista episódios que demonstrariam 'desconfiança' da presidente. Assessoria do vice disse que ele se surpreendeu com a divulgação da carta."

O trecho enquadra a carta como um documento de legitimação do impeachment, ao afirmar que Temer “apresenta razões” e “lista episódios” que provariam a “desconfiança” de Dilma, o que desloca a crise para um registro moral e prepara o leitor para ver a ruptura como consequência lógica. Já a nota da assessoria, ao dizer que ele “se surpreendeu com a divulgação”, atua como estratégia de proteção da imagem, tentando reduzir a intenção política do gesto e apresentá-lo como efeito indesejado da exposição pública. Segundo Van Dijk (2008, p. 25):

Se os que detêm o poder precisam controlar sua imagem na mídia de massa para dessa forma ganhar apoio e influenciar os humores e as mentes públicos, então eles precisam controlar os detalhes discursivos e interacionais da *produção* do discurso público – como o *timing*, os conteúdos detalhados e o estilo de um *release*, um relatório ou publicidade empresarial, ou as conversações e entrevistas com jornalistas. Através de uma análise detalhada dessas práticas discursivas organizacionais – cujo propósito é o controle da produção do discurso público – podemos mostrar como macroestruturas sociais são relacionadas com as estruturas do discurso público e, finalmente, como essas podem influenciar as mentes do público em geral. Deve-se enfatizar que esses processos sociais de reprodução não são determinísticos. Por exemplo, apesar das muitas formas de influência pelo Estado ou por organizações poderosas, jornais enquanto organizações e jornalistas enquanto indivíduos podem resistir (até um ponto) a esse tipo de pressão e formular notícias de acordo com sua própria perspectiva e interesses. O mesmo é verdadeiro para o público das organizações jornalísticas. É claro que as pessoas são influenciadas pelas notícias que leem ou veem, mesmo se leem ou veem as notícias para adquirir ou atualizar seu conhecimento sobre o mundo. Mas sua compreensão das notícias e a maneira como mudam suas opiniões ou atitudes dependem de suas próprias atitudes ou ideologias prévias (compartilhadas com outros membros de grupo), como também de suas experiências pessoais. É essa interpretação pessoal das notícias, esse modelo mental dos eventos, que é a base da ação pessoal específica dos indivíduos.

Van Dijk (2008) desloca a discussão do “que foi dito” para “como se torna público” e “sob quais condições circula”, mostrando que o poder opera também na administração da própria visibilidade. Controlar a imagem, nesse sentido, envolve controlar detalhes da produção do discurso público, como o momento em que algo é divulgado, o recorte do conteúdo, o estilo e a forma documental que confere credibilidade. Ainda assim, esse funcionamento não é automático nem total: organizações jornalísticas e jornalistas podem resistir, e o público não recebe a mensagem como folha em branco, pois interpreta as notícias a partir de experiências e ideologias já existentes, produzindo modelos mentais próprios que podem reforçar, ajustar ou contrariar os sentidos propostos.

Essa chave ajuda a ler criticamente a reportagem “Leia a íntegra da carta...”, porque a promessa de “íntegra” cria um efeito de transparência que, paradoxalmente, fortalece a mediação: ao apresentar o documento como acesso direto aos fatos, a matéria transforma uma peça política em evidência e orienta a leitura como se a própria carta falasse por si. O enunciado de que Temer “apresenta razões” e “lista episódios” organiza a crise como inventário racional e, ao enfatizar a “desconfiança”, desloca o conflito para um registro moral que favorece a ideia de ruptura justificável. Já a informação de que ele “se surpreendeu com a divulgação” funciona como gestão de imagem e como disputa pelo controle do cenário de publicação, sugerindo que não basta falar, é preciso também parecer não estar conduzindo a cena. Assim, a reportagem evidencia um jogo discursivo em que documento e circulação se tornam estratégias de poder, ao mesmo tempo em que deixa aberta a possibilidade de leituras divergentes, exatamente

porque os sentidos finais dependem do modo como cada leitor reconstrói mentalmente o evento. Já Michel Foucault (1996, p. 20) afirma que:

E a razão disso, é talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo de poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la.

Foucault (1996) indica que o “discurso verdadeiro” não é um espelho neutro do real, porque a própria ideia de verdade carrega uma força que se impõe socialmente. Quando uma sociedade aprende a valorizar certo modo de dizer como verdadeiro, esse modo ganha autoridade e passa a funcionar como critério de aceitação, exclusão e legitimação. Assim, a verdade não aparece apenas como resultado de um raciocínio correto, mas como um efeito de regras, formas e rituais de enunciação que fazem um discurso parecer necessário, evidente e indiscutível.

O ponto mais incisivo é que essa verdade, justamente por se apresentar como forma “pura” e “livre” de interesses, tende a ocultar o movimento que a sustenta. O desejo de ser reconhecido como verdadeiro atravessa o discurso e opera como uma espécie de energia política silenciosa: o que se chama de verdade pode funcionar como máscara, porque encobre suas condições de produção, seus objetivos e seus efeitos. Em outras palavras, o discurso que se pretende acima do poder pode ser, na prática, uma via refinada de exercê-lo, não pela imposição direta, mas pela autoridade de definir o que conta como verdadeiro.

Portanto, ao articular Van Dijk (2008) e Foucault (1996), compreende-se que a reportagem não apenas informa sobre uma carta, mas participa ativamente da disputa por sentidos ao oferecer um regime de visibilidade que parece transparente e, por isso mesmo, ganha força persuasiva. A fórmula “Leia a íntegra” funciona como selo de autenticidade e desloca o documento para a posição de evidência, enquanto a organização do enunciado em torno de “razões”, “lista de episódios” e “desconfiança” reconfigura o conflito como narrativa coerente e moralmente justificável, tornando mais fácil ao leitor aceitar a ruptura como consequência. Nesse movimento, o que se apresenta como simples acesso ao “verdadeiro” revela-se como produção de verdade, isto é, como operação discursiva que seleciona, hierarquiza e legitima versões, ao mesmo tempo em que mascara os interesses e os efeitos de poder implicados na própria forma de dizer e de fazer circular o discurso público. Desse modo, na próxima subseção, iremos dialogar com a *Categoria 3: espetáculo público*.

### 4.3 CATEGORIA 3: ESPETÁCULO PÚBLICO

A Categoria 3, Espetáculo Público, investiga a transformação de processos políticos em encenações mediadas, onde a visibilidade e a estética das massas sobrepõem-se ao debate racional. Nesta análise, o evento de rua é capturado pelo discurso jornalístico e convertido em uma representação simbólica de "unidade nacional". O espetáculo opera através da grandiosidade dos números e das imagens, criando uma atmosfera de consenso inevitável que pressiona as instituições. Desse modo, o foco recai sobre como a mídia organiza a manifestação como um palco onde se encena a crise de legitimidade, moldando a percepção pública através da dramatização da realidade e da sugestão de comportamentos.

A reportagem de 13 de março de 2016, intitulada “Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma”, exemplifica essa espetacularização ao converter a mobilização de rua em um marco definitivo de ruptura. Ao enfatizar a escala monumental do evento, o texto desloca a política institucional para a arena da performance coletiva, examinemos:

"MANIFESTANTES fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma. Centenas de milhares de pessoas foram às ruas em todos os estados do Brasil pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff e o fim da corrupção. Em relação aos protestos de 15 de março, os atos reuniram menos gente. Em março, o Datafolha contou 210 mil pessoas na Paulista. A PM e os organizadores, 1 milhão."

A narrativa jornalística constrói o protesto como um fenômeno de força numérica absoluta, utilizando o superlativo "maior protesto nacional" para estabelecer uma verdade visual incontestável. A estratégia de destacar números discrepantes, “Datafolha contou 210 mil pessoas na Paulista. A PM e os organizadores, 1 milhão”, alimenta a mística da "multidão incalculável", transformando a ocupação do espaço público em uma evidência iminente do impeachment. Ao associar as ruas diretamente ao "fim da corrupção", o discurso simplifica a complexidade política em um embate moral encenado, em volume de pessoas funciona como o veredito final do espetáculo. Segundo Lippmann (2008, p. 215):

Este fato é obscurecido porque a massa é constantemente exposta à sugestão. Ela lê não as notícias, mas as notícias com a aura da sugestão sobre elas, indicando a linha de ação a ser tomada. Ela ouve relatórios, não objetivos como os fatos são, mas já estereotipados a certo padrão de comportamento. Assim o líder ostensivo frequentemente descobre que o líder real é um poderoso proprietário de jornal.

Lippmann (2008) revela que a força do jornalismo não está no relato objetivo, mas na "aura da sugestão" que envolve a notícia. No g1, o protesto não é apenas narrado, ele é

"estereotipado" como o padrão de comportamento da nação indignada, sugerindo ao leitor a "linha de ação" necessária: o impeachment. O jornal assume o papel de "líder real", ao orquestrar a visibilidade do espetáculo de modo a guiar a opinião pública para um desfecho que parece brotar espontaneamente das ruas, mas que é, em última instância, uma construção midiática. Essa "aura de sugestão" culmina no que Pierre Bourdieu (1989, p. 113) define como o poder de impor uma visão de mundo. Para o autor:

[...] o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade e a unidade do grupo.

Bourdieu (1989) complementa a análise ao mostrar que o espetáculo das ruas é uma "manifestação social destinada a manipular imagens mentais". O g1, ao projetar a imagem de "centenas de milhares em todos os estados", realiza o sentido de unidade de um grupo (o povo) contra outro (o governo). Essa divisão imposta pelo discurso cria uma realidade de unidade nacional que legitima a ruptura política através da força simbólica da representação.

Assim, ao refletir com Lippmann (2008) e Bourdieu (1989), compreende-se que a reportagem transforma a manifestação em um ritual de poder. A categoria Espetáculo Público se manifesta na conversão do protesto em uma alegoria de comportamento coletivo e em uma vontade da população brasileira geral. O jornalismo não apenas observa a massa; ele a molda como um espetáculo de consenso que, ao se impor visualmente, interdita outras leituras da crise e consagra o impeachment como a única resposta possível à encenação das ruas. A seguir, na próxima subseção, dialogamos com a *Categoria 4: Naturalização*.

#### 4.4 CATEGORIA 4: NATURALIZAÇÃO

A Categoria 4, Naturalização, investiga como o discurso jornalístico, ao utilizar sua posição de autoridade, transforma processos políticos complexos e disputados em fenômenos naturais, corriqueiros ou mesmo inevitáveis. A naturalização opera quando a mídia apresenta um desfecho, não como uma escolha de agentes políticos, mas como uma consequência lógica de inviabilidade técnica governamental. Ao controlar os tópicos e o tom da narrativa, o discurso anula as tensões e os interesses por trás dos fatos, oferecendo ao leitor uma interpretação que parece ser a única possível, esvaziando o caráter histórico e social da decisão política.

A reportagem de Gerson Camarotti, publicada em 31 de agosto de 2016, intitulada "Gestão Dilma já estava inviabilizada por falta de governabilidade", exemplifica esse

mecanismo ao decretar o fim do governo no exato momento em que o julgamento oficial ainda ocorria. A análise do colunista antecipa o “bater do martelo” jurídico através de um veredito político apresentado como fato consumado, conforme observamos abaixo:

"Gestão Dilma já estava inviabilizada por falta de governabilidade."  
 "Independentemente do resultado jurídico, o governo já não existia na prática." "A base aliada se dissolveu e o PT já havia jogado a toalha muito antes da decisão final."

O trecho utiliza uma estratégia de interdição do debate ao afirmar que a gestão "já estava inviabilizada". O uso do advérbio "já" e do adjetivo "inviabilizada" produz um de sentido de redução gradativa: o governo é descrito como um corpo sem vida, cuja morte política é anterior ao ato legal do impeachment. Essa escolha lexical retira a responsabilidade dos articuladores do processo e desloca a culpa para uma suposta “falta de governabilidade” intrínseca ao governo, naturalizando a ruptura como um processo de falência técnica. Segundo Van Dijk (2008, p. 44-45):

Quanto à maior parte dos tipos de discurso formais, públicos ou impressos (entre os quais, os da grande mídia), os menos poderosos figuram apenas como receptores. Os grupos mais poderosos e seus membros controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades, e estilos de discurso. [...] Esses grupos possuem relativa liberdade e, por essa razão, relativo poder para tomar decisões sobre os gêneros de discurso dentro de seu domínio de poder de determinar tópicos, estilo ou forma de representação de um discurso. Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma. Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico.

Van Dijk (2008) demonstra que o poder das elites simbólicas, exemplificando os colunistas da grande mídia, reside na capacidade de determinar os tópicos e a relevância do que é discutido. Ao definir a "governabilidade" como o critério único de existência de um governo, Camarotti exerce esse poder ideológico, fabricando um conhecimento que justifica a queda. O controle sobre o estilo e o tom do texto, pronto e acabado, impede que o receptor visualize o impeachment como uma disputa de poder, enquadrando-o apenas como o vencimento de uma conta que não fechava mais.

Essa perspectiva de controle discursivo dialoga com a noção de produção de verdade. A reportagem não apenas relata a falta de apoio no Congresso, mas institui a "inviabilidade" como uma verdade absoluta. Ao dizer que o PT "jogou a toalha", o texto deslegitima qualquer resistência política, tratando-a como irrelevante diante da exposição dos fatos apresentados pelo

jornalista. Assim, o pensamento do comentarista atua como uma ferramenta de controle que molda a mente do público para aceitar o desfecho não como uma derrota política, mas como um destino inevitável.

Desse modo, ao dialogar com os conceitos de Van Dijk (2008), compreende-se que a reportagem de Camarotti é um exercício de controle que opera pela naturalização. Ao controlar a agenda e os termos do debate (governabilidade x inviabilidade), o texto jornalístico fabrica uma ideologia de consenso técnico que mascara a luta política. O que se apresenta como uma análise de bastidor é, na verdade, uma operação discursiva que decide quem ganha destaque e de que forma a história deve ser arquivada na memória pública, consolidando a ideia de que o impeachment foi um processo sem volta. Portanto, na próxima subseção, a nossa discussão recai na *Categoria 5: poder*.

#### 4.5 CATEGORIA 5: PODER

A Categoria 5, Poder, investiga como o discurso jurídico-midiático institui verdades, legitima atores e naturaliza leituras da realidade social. O poder não é apenas a capacidade de decidir, mas a autoridade de fixar sentidos e excluir versões dissonantes do campo da razão. O foco recai sobre a formalização do discurso: ao narrar sentenças e ritos institucionais, o jornalismo atua como um sistema de suporte que reconduz e impõe a decisão política, transformando atos de força ou acontecimentos históricos em uma ordem necessária e inquestionável.

A reportagem de 31 de agosto de 2016, intitulada “Sentença de Dilma Rousseff no julgamento do impeachment”, marca o ápice desse exercício de poder simbólico ao oficializar o afastamento da mandatária. Analisemos:

"Senado aprovou nesta quarta, por 61 a 20, afastamento definitivo da petista." "Dilma fez pronunciamento a jornalistas após decisão de senadores." "A decisão dos senadores é o segundo golpe de estado que enfrento na vida", disse Dilma.

O enunciado organiza o evento sob a técnica padrão. Ao destacar o placar "61 a 20", o discurso mobiliza a autoridade do número e do rito legislativo para provar a verdade do impedimento. Nota-se que o termo "sentença" no título já antecipa um caráter jurídico definitivo, enquanto a fala de Dilma sobre o "golpe de estado" é apresentada apenas como uma reação posterior à decisão. O texto jornalístico atua aqui como o sistema que sustenta a imposição de um novo regime de verdade, onde a versão da ruptura (o golpe) é deslocada para

a periferia do pronunciamento, enquanto a versão oficial, o afastamento, ocupa o centro da narrativa como fato consumado. Conforme Michel Foucault (1996, p. 13-14):

Talvez seja arriscado considerar a oposição do verdadeiro e do falso como um terceiro sistema de exclusão [...]. Como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que se impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência.

Foucault (1996) nos ensina que a "verdade" do impeachment não é um espelho neutro dos fatos, mas uma construção sustentada por um sistema de instituições, entre elas, a mídia e a política, que se impõe através de pressões e deslocamentos. O que o g1 apresenta como uma "sentença" é, na visão foucaultiana, a vitória de um sistema de exclusão que define o que pode ser dito como "verdadeiro". A força dessa verdade reside justamente no fato de ela ser reconduzida pelo aparato institucional, mascarando a arbitrariedade política do processo sob o verniz da legalidade. Essa eficácia do poder discursivo é detalhada por Van Dijk (2008, p. 23):

Muitas formas de poder contemporâneo [...] devem ser definidas como poder *simbólico*, isto é, em termos do acesso preferencial a – ou controle sobre – discurso público [...]. Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas. Nesses termos, então, as elites simbólicas hoje, tais como políticos [e] jornalistas [...] são os que devem ser definidos como poderosos."

Van Dijk (2008) esclarece que o poder real reside no acesso aos meios de produção discursiva. Ao controlar a "sentença" e o "tom" da cobertura, o g1, como parte das elites simbólicas, exerce um gerenciamento das mentes do público, persuadindo-o de que o desfecho político é legítimo. Não há necessidade de força física quando o discurso público consegue doutrinar o leitor sobre a inevitabilidade da "decisão dos senadores". O poder político do Senado e o poder midiático do g1 se fundem aqui para garantir que a transição de poder ocorra sem resistência cognitiva da massa.

Em síntese, a partir do diálogo entre Foucault (1996) e Van Dijk (2008), compreende-se que a reportagem sobre a sentença de Dilma não é apenas informativa, mas um instrumento de poder simbólico. A categoria Poder se manifesta na capacidade do discurso de formalizar uma "contingência histórica" como uma verdade institucional definitiva. Ao dar peso à "sentença" e reduzir a denúncia do "golpe" a um mero anexo da fala da ex-presidente, o g1 participa da violência simbólica de excluir uma versão política do campo da verdade oficial,

consolidando, através do controle do discurso, sugerindo uma reordenação das forças políticas brasileiras. Na próxima subseção, o debate desloca para a *Categoria 6: vítima da opinião*.

#### 4.6 CATEGORIA 6: VÍTIMA DA OPINIÃO

A sexta categoria de análise, Vítima da Opinião, finaliza este exame ao investigar os processos de parcialidade e o banimento político ocorridos no encerramento do impeachment. Neste estágio, nota-se que o discurso jornalístico conduz os indicadores jurídicos e econômicos ao segundo plano, privilegiando a edificação da imagem de Dilma Rousseff como uma personagem apartada da gestão governamental. A publicação do portal g1 em 31 de agosto de 2016, que reproduz a "Íntegra do discurso de Dilma após impeachment", constitui a parte fundamental dessa estratégia discursiva. A análise da Categoria 6 atinge seu ponto culminante ao confrontarmos o enquadramento de "ocaso político" dado pelo g1 com a força discursiva da própria mandatária em seu pronunciamento de despedida. Ao dirigir-se à nação, Dilma Rousseff não apenas performa um rito de saída, mas estabelece uma contranarrativa que desafia a legitimidade do processo e reafirma sua base de apoio popular e institucional. Sua fala inicial é estratégica ao demarcar quem são seus interlocutores e qual o peso histórico do momento:

Ao cumprimentar o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu País. Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal.

Nesse trecho, observa-se que, enquanto o jornalismo de rede foca na "vítima isolada", a ex-presidente utiliza o discurso para denunciar a ruptura da legalidade, valendo-se da metáfora de "rasgar a Constituição" para invalidar o caráter técnico do julgamento. A insistência na própria idoneidade e no vínculo afetivo com o eleitorado serve como um escudo ético contra o tribunal moral erguido pelo consórcio midiático, examinemos o próximo trecho:

"Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros. Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer 'até daqui a pouco'.

A promessa de um retorno, sintetizada no "até daqui a pouco", encerra o ciclo de análise desta categoria revelando a incompletude do projeto de aniquilação simbólica tentado pela mídia. Ao se despedir sem dizer "adeus", Dilma subverte a temporalidade do fato jornalístico

que buscava decretar o fim definitivo de sua carreira e projeta sua imagem para o futuro. Assim, a Vítima da Opinião, sob a lente desta pesquisa, revela-se como uma construção midiática que, embora tenha logrado êxito em desidratar o poder administrativo da presidenta, não conseguiu silenciar a denúncia de uma ruptura que, conforme as palavras da própria Dilma, marcou a face da história brasileira com o signo da injustiça.

Para além de uma mera crônica factual, esta subseção analisa a maneira como a imprensa delinea o declínio de uma liderança, movendo-a da esfera da lógica administrativa para o núcleo de um julgamento midiático. Nesse cenário, a opinião pública transcende a função de coletividade vocal para atuar como um tribunal tácito, que demanda o martírio simbólico da figura política em nome da estabilização institucional. O exame concentra-se na produção da vítima, um sujeito cuja enunciação é exibida como o desabafo de alguém em isolamento, cujos argumentos foram previamente desautorizados pelo consenso estabelecido e pela condução que antecipa o acontecimento.

Essa transposição do debate para o campo da moralidade pessoal encontra eco nas reflexões de Fernanda Dantas (2019), que identifica nesse movimento uma estratégia de deslegitimação baseada em marcadores de gênero. Para a autora, a construção da "vítima" no caso de Dilma Rousseff não é um subproduto accidental da notícia, mas uma ferramenta de violência política que visa desconstruir a autoridade feminina. De acordo com Dantas (2019, p. 204),

Percebe-se que, em todas as associações apresentadas, há uma construção simbólica que leva à aniquilação da personagem. São todas mulheres que ousaram desafiar a estrutura de poder vigente e ter uma atuação para além do espaço reservado. A elas, coube a repressão, que as conduziu à morte e ao ostracismo, e permaneceram ao longo dos séculos referenciadas simbolicamente como figuras perigosas e abjetas. Fato é que a mídia recorre a simbologias facilmente partilhadas pelo senso comum para gerar rápida identificação e decodificação. Ao associar mulheres poderosas a símbolos de comportamentos femininos historicamente condenados, amplamente reprisados pela literatura e dramaturgia, a mídia reforça a inadequação das mulheres aos espaços de poder, instalando a suspeita sobre o caráter daquelas que lá estão.

Nota-se que as correlações estabelecidas convergem para uma simbologia cujo propósito é a neutralização da figura pública feminina. Trata-se de mulheres que pretenderam contestar as hierarquias tradicionais de poder, exercendo papéis que extrapolam as fronteiras do âmbito doméstico ou subalterno que lhes foi historicamente destinado. Como resposta a essa ousadia, sobreveio a coerção, empurrando-as para o esquecimento e para a morte política, enquanto eram perpetuadas no imaginário social como arquétipos de perigo e abjeção. É evidente que os veículos de comunicação se valem de metáforas amplamente difundidas pelo

senso comum para assegurar uma compreensão imediata e uma adesão do público. Ao vincular líderes femininas a estigmas de conduta condenáveis, a imprensa ratifica a suposta incompatibilidade das mulheres com as instâncias de governança, disseminando dúvidas sobre a integridade e a moralidade daquelas que ocupam o topo da hierarquia política. Dantas (2019, p. 211), adverte que

Neste sentido, é preciso atuar para a construção de um novo simbólico sobre as mulheres, bem como na reforma dos padrões de organização das nossas instituições democráticas e daquelas dedicadas à formação social e intelectual do indivíduo. Para as mulheres políticas, a inversão e ressignificação dos padrões culturais patriarcais é de supra importância para a superação dos entraves que têm comprometido o desenvolvimento de suas carreiras.

Sob essa ótica, torna-se profícuo trabalhar na edificação de um novo repertório simbólico acerca do feminino, acompanhado de uma reestruturação nos modelos organizacionais das instituições democráticas e dos espaços voltados à educação e ao desenvolvimento intelectual. Para as mulheres que atuam na esfera pública, a desconstrução e a atribuição de novos sentidos aos paradigmas culturais de matriz patriarcal são medidas de extrema relevância. Tais ações são fundamentais para transpor os obstáculos que têm limitado a progressão de suas trajetórias políticas. Em suma, a superação desses entraves exige que se altere não apenas a percepção social sobre a liderança feminina, mas também as engrenagens institucionais que, historicamente, dificultam a permanência e o sucesso das mulheres nos espaços de poder.

É imperativo destacar que uma análise do discurso não se propõe a ignorar as complexidades políticas ou os impasses econômicos que permearam a gestão de Dilma Rousseff. Contudo, torna-se evidente que a cobertura midiática e a reação social transbordaram a crítica administrativa para atingir a identidade de gênero da ex-presidenta. A deslegitimação de sua autoridade foi técnica e estrutural, utilizando-se de estereótipos que visavam ferir não apenas a gestora, mas a mulher no poder, conforme se observa a seguir. Dantas (2019, p. 214) ressalta que:

Para além das críticas que possam ser feitas à presidenta ou sobre as decisões do governo, dados que não desconsideramos nesta avaliação, o componente de gênero pesou sobremaneira nas críticas e no modo como os erros foram representados e estandardizados pela sociedade brasileira. A experiência da primeira mulher presidente do país revelou a face machista de nossa cultura e as condições de desconhecimento ou não reconhecimento da mulher no seio social. O nível de desrespeito ficou patente em manifestações como o bordão “tchau, querida”, nas charges e imagens que incitam a violência contra a presidenta e nos diversos textos em que a desqualificação de Rousseff reflete uma desvalorização social das mulheres.

A cristalização de expressões como "tchau, querida" no imaginário popular, muitas vezes replicada de forma acrítica pela cobertura jornalística de rede, exemplifica a naturalização da misoginia no espaço público. Tais manifestações não foram apenas ataques isolados, mas parte de um processo de standardização do desrespeito, em que o erro político de uma mulher é punido com uma agressividade simbólica que raramente se aplica aos seus pares masculinos. A análise revela que a Vítima da Opinião foi sacrificada em um rito que expôs as vísceras de uma cultura política que ainda enxerga a presença feminina na cúpula do Estado como uma intrusão a ser corrigida pela via da ridicularização e do expurgo.

Nesse sentido, ao privilegiar a narrativa da vítima isolada, o portal g1 corrobora a tese de que a destituição de Dilma Rousseff teria sido um desdobramento inevitável de sua própria essência subjetiva, tapando a percepção de uma ruptura democrática. A tática de disponibilizar a "íntegra do pronunciamento" atua, paradoxalmente, como uma concessão de fala apenas após a neutralização da agência política da mandatária pelo rito do impedimento. Contudo, ao analisar o teor dessa manifestação, nota-se uma tentativa deliberada de romper o cerco da opinião pública através da nomeação dos mecanismos de sua exclusão. Subvertendo o enquadramento de declínio sugerido pela mídia, Dilma Rousseff aproveita o palanque residual para expor as fundações patriarcais do golpe, analisemos:

"Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces." (Rousseff, 2016).

Ao tensionar essa denúncia com o referencial teórico de Dantas (2019), depreende-se que a categoria Vítima da Opinião constitui o ápice de um processo pedagógico midiático. O intuito é inculcar no imaginário social a ideia de que a esfera do poder é um domínio intrinsecamente masculino, reservando ao feminino o papel de virtude moral apenas na aceitação da derrota. Conclui-se, portanto, que o impeachment de 2016 operou como um ritual de restauração do patriarcado no cenário público nacional, utilizando um gerenciamento simbólico que converteu a figura da Presidenta em um emblema de inaptidão e desamparo. O reconhecimento do machismo e da misoginia no discurso de despedida é o momento em que a subjetividade da vítima se torna um manifesto político. A mídia, ao tratar esse discurso apenas como um pronunciamento de saída, tenta domesticar a força dessas palavras. Contudo, para esta pesquisa, o trecho demonstra que a Vítima da Opinião tinha plena consciência de que sua imagem estava sendo sacrificada no altar do patriarcado político.

O encerramento com a promessa de um “até daqui a pouco” desafia a temporalidade do portal g1, que buscava decretar o fim de uma era. Ao articularmos a crítica de Dantas (2019) com essa fala de Dilma, concluímos que a categoria de vítima foi uma construção necessária para legitimar o impeachment perante a opinião pública, mas que a "feia face" do machismo, mencionada pela mandatária, permanece como a marca indelével de um processo que visou, acima de tudo, disciplinar o corpo feminino no espaço de poder.

Esta investigação, ao desvelar as camadas de violência política de gênero contidas no discurso jornalístico de rede, abre caminho para inquietações que transcendem os limites desta dissertação. O reconhecimento de que o gênero foi o fiel da balança nos debates que culminaram na queda da primeira mulher presidente do Brasil torna fundamental a continuidade deste estudo em nível de doutorado. Pretende-se, em pesquisas futuras, aprofundar a análise sob o prisma de Dantas (2019), investigando como a misoginia e o machismo não foram apenas "ruídos" no processo, mas os elementos estruturantes que permitiram a construção da inviabilidade política feminina no Brasil contemporâneo. A seguir, no próximo capítulo, a discussão irá emergir nos resultados e discussão desta análise.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta uma leitura crítica dos resultados da pesquisa sobre a cobertura do portal g1 a respeito do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O exame dos dados foi realizado de forma interpretativa, descritiva e analítica, combinando a análise de conteúdo com uma perspectiva discursiva. Embora a investigação seja de natureza qualitativa, a identificação de regularidades demandou o uso complementar de procedimentos quantitativos, expressos em gráficos que evidenciam a frequência e a repetição de determinados enquadramentos e sentidos.

Os resultados indicam a presença de três macroestratégias discursivas que atuam de maneira articulada na construção de uma narrativa de inevitabilidade e de legitimação da ruptura institucional. Em vez de funcionarem isoladamente, essas estratégias se conectam e se reforçam, compondo um movimento contínuo que orienta a interpretação dos acontecimentos. O efeito produzido é o de um consenso aparente, no qual o impeachment deixa de ser apresentado como objeto de disputa política e passa a surgir como um desfecho esperado, progressivamente naturalizado pelo tratamento midiático do caso.

Portanto, este capítulo organiza a análise a partir de um percurso que acompanha a construção progressiva do discurso midiático sobre o impeachment, articulando tempo, estratégias narrativas e escolhas linguísticas. Inicialmente, o texto examina como a ideia de inevitabilidade é produzida e estabilizada ao longo do período analisado, o que evidencia o fechamento semântico que transforma a crise em destino. Em seguida, ocorre o aprofundamento da identificação dos indicadores que sustentam essa narrativa determinística, revelando sua arquitetura interna. O debate avança para a despolitização da crise, ao demonstrar como o conflito é deslocado do campo político para uma linguagem técnico-jurídica. Na sequência, o estudo aborda a personalização do Estado, marcada pela ressignificação de características da presidenta e pela reescrita de sua trajetória. O capítulo também dedica atenção à forma como essas estratégias passam a operar de maneira sincronizada, reforçando-se mutuamente, até culminar na análise do vocabulário-chave que materializa, em termos lexicais, o funcionamento integrado dessas macroestratégias discursivas.

### 5.1 A CONSTRUÇÃO DA INEVITABILIDADE: TRAJETÓRIA TEMPORAL DE UM FECHAMENTO SEMÂNTICO

A primeira macroestratégia identificada no corpus é a Construção da Inevitabilidade, um movimento narrativo que apresentou o impeachment não como uma das possíveis

consequências de uma crise política complexa, mas como seu único e lógico horizonte. A seguir, o Gráfico 1 ilustra a evolução temporal dessa estratégia ao longo do período estudado (2014-2016), evidenciando um padrão de intensificação progressiva que acompanha a aproximação do desfecho político. Examinemos:

**Gráfico 1 - Evolução Temporal da Construção da Inevitabilidade (2014-2016)**



Fonte: elaborado pela autora (2026).

A trajetória apresentada no Gráfico 1 evidencia um padrão de intensificação progressiva que acompanha a aproximação do desfecho político. Em 2014, logo após a reeleição de Dilma, a estratégia era praticamente inexistente no corpus (3 ocorrências), refletindo um momento em que a cobertura jornalística ainda se concentrava em questões eleitorais e de transição de governo. De acordo com Susana Salgado (2012, p. 232)

Após a compreensão das implicações do tratamento jornalístico da realidade, através do agendamento e do enquadramento, por exemplo, não é complicado perspectivar a influência indireta que os media podem ter na cobertura mediática da política em geral e nos contextos de campanha eleitoral em particular. Essa influência pode significar o tratamento de temas que são mais benéficos para uns candidatos do que para outros e a escolha dos partidos e dos candidatos que recebem mais cobertura noticiosa e os que são silenciados, influenciando assim a sua visibilidade através da exposição mediática. Pode ainda representar o tratamento diferenciado através de uma cobertura positiva ou negativa, influenciando a imagem que os eleitores constroem das diferentes candidaturas, e podendo mesmo, em alguns casos, passar a imagem de que uma candidatura já venceu as eleições antes do dia do voto.

Para Salgado (2012), a influência dos meios de comunicação não se limita a informar, mas atua na definição do que ganha centralidade e de como esse conteúdo é percebido. Ao distribuir atenção de forma desigual e adotar determinados tons narrativos, a cobertura pode alterar o peso político dos acontecimentos, tornando alguns temas dominantes e relegando outros ao segundo plano. Esse processo afeta a forma como o público organiza suas expectativas, criando ambientes simbólicos nos quais certos resultados passam a parecer mais plausíveis ou até antecipadamente decididos.

O percurso indicado no Gráfico 1 dialoga com essa ideia ao mostrar que a estratégia analisada não surge de modo abrupto, mas se intensifica conforme o contexto político se deteriora. O salto de ocorrências ao longo do tempo revela um deslocamento gradual da cobertura, que deixa de registrar apenas fatos pontuais e passa a sustentar um clima contínuo de resolução iminente. Assim, o crescimento quantitativo não é apenas um dado estatístico, mas sinaliza a consolidação de um enquadramento que prepara o terreno interpretativo para o desfecho político.

O gráfico 1 também percorre o ano de 2015, que marca um ponto de inflexão, com a intensidade aumentando para 12 ocorrências. Coincide com o acolhimento formal do pedido de impeachment pela Câmara dos Deputados e o início das discussões sobre a viabilidade do processo. Moreira e Veronez (2021, p. 102) afirmam que:

Para que ocorra o prosseguimento do impeachment deve haver a autorização da Câmara dos Deputados, a partir do voto de dois terços de seus membros. Partindo-se ao Senado Federal, esse julgará os crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica. Já o Supremo Tribunal Federal julgará os crimes comuns praticados pelo Presidente da República, Vice-Presidente da República e Ministros de Estado, com exclusão dos crimes de responsabilidade. Um terceiro rito também é possível, tratando-se dos crimes de responsabilidade praticados pelos Ministros do STF, membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, assim como os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes não conexos com os do Presidente da República. O processo e julgamento são de competência do Senado, sem a necessidade de autorização da Câmara dos Deputados, já que o art. 51 da CR/88 não lhe atribuiu esta competência.

Moreira e Veronez (2021) destacam que o impeachment não avança por simples pressão política ou clamor popular, mas por meio de um encadeamento rígido de atos institucionais, cada qual condicionado a competências específicas e quóruns qualificados. A exigência de autorização da Câmara e o posterior julgamento pelo Senado funcionam como filtros sucessivos que transformam uma acusação em processo político-jurídico. Esse desenho evidencia que a abertura do rito não é um detalhe burocrático, mas o momento em que uma crise política ganha

status de procedimento formal, deslocando o conflito do campo da retórica para o da decisão institucional.

O aumento das ocorrências em 2015 no gráfico 1 coincide exatamente com essa virada formal, mas o dado numérico evidencia mais do que o acompanhamento factual. A intensificação da estratégia discursiva acompanha o instante em que o processo se torna juridicamente possível, contribuindo para apresentar a tramitação como curso natural dos acontecimentos. Em vez de apenas noticiar a ativação do rito, a cobertura passa a operar como amplificadora de sua inevitabilidade, estreitando o espaço para leituras alternativas e reforçando a percepção de que, uma vez iniciado o mecanismo institucional, o desfecho já estaria implicitamente traçado.

O gráfico 1 corrobora que o pico máximo é atingido em 2016, com 22 ocorrências, exatamente quando o impeachment alcançava sua etapa final de julgamento no Senado. O dado não apenas acompanha o calendário político, mas indica uma concentração de sentidos no instante decisivo, quando a cobertura deixa de oscilar entre cenários possíveis e passa a privilegiar a ideia de desfecho iminente. Segundo Gilvan Jesus (2017, p. 78)

Nesse contexto, nota-se como obedecer ao “rito” legal, que é parte das condições de produção do acontecimento (trata-se de um rito mais amplo, que envolve, inclusive, dar voz a ambos os lados do processo), funciona também como uma forma de legitimação do impeachment. Em outras palavras, se o rito legal foi seguido o processo tem legitimidade jurídica, se não se seguiu o rito o processo não é legítimo. Assim, o afastamento da presidente é construído de forma legítima pela posição “MBL”, entretanto, a não cassação dos direitos políticos de Rouseff não é significada enquanto uma decisão legítima. Nessa perspectiva, vale lembrar que o impeachment de Dilma Rouseff seguiu os mesmos passos que o de Fernando Collor de Melo (1990-1992), diferindo-se apenas pelo fato de este ter renunciado ao cargo.

Para Jesus (2017), o apelo ao cumprimento do rito legal funciona como um eixo interpretativo que orienta o sentido do próprio acontecimento. A legalidade não surge apenas como exigência técnica, mas como argumento de autoridade capaz de encerrar a controvérsia: se o procedimento foi seguido, o resultado tende a ser tomado como incontestável. O problema é que essa lógica converte uma etapa processual em medida total de justiça, permitindo que partes diferentes do mesmo processo sejam avaliadas de modo desigual conforme o enquadramento adotado. O rito, assim, deixa de ser apenas garantia jurídica e passa a operar como instrumento de validação seletiva.

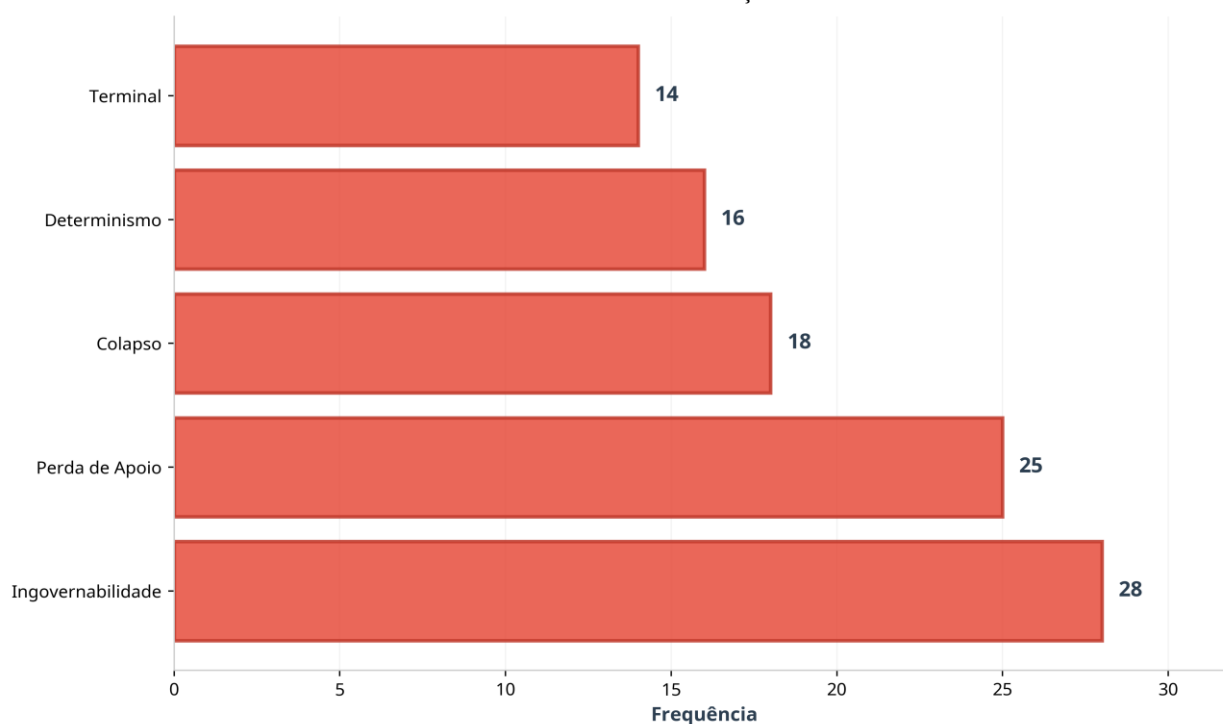
O auge das ocorrências em 2016 indica que, no momento da decisão final, esse eixo de leitura foi acionado com máxima intensidade. A cobertura reforça a normalidade procedimental justamente quando o conflito político atinge seu ponto mais crítico, deslocando o debate do

mérito da acusação para a correção formal dos passos seguidos. O efeito é um estreitamento das possibilidades de contestação, ao reiterar a regularidade do processo, a narrativa apresenta o desfecho como consequência quase automática do cumprimento das regras, diluindo seu caráter de decisão política disputada.

Portanto, a curva ascendente observada ao longo do período não expressa apenas maior volume de menções, mas revela um processo de estabilização de sentidos que foi gradualmente reduzindo o campo do possível até restar praticamente uma única saída interpretativa. Ao combinar ativação de marcos institucionais, ênfase na conformidade procedimental e repetição de enquadramentos convergentes, a cobertura contribuiu para transformar uma disputa política aberta em expectativa de resultado fechado. O que se consolida não é apenas a narrativa de que o impeachment ocorreria, mas a sensação de que qualquer outro desfecho soaria anômalo, deslocando o debate do terreno da escolha para o da suposta necessidade.

## 5.2 OS INDICADORES DA INEVITABILIDADE: ARQUITETURA DE UMA NARRATIVA DETERMINÍSTICA

A análise mais detalhada dos indicadores que compõem a estratégia de construção da inevitabilidade revela uma hierarquia clara de operações discursivas, cada uma contribuindo para o fechamento semântico. O gráfico 2 abaixo apresenta os cinco principais indicadores identificados no corpus, demonstrando como a narrativa de inevitabilidade foi construída através de múltiplos ângulos complementares. Analisemos:

**Gráfico 2 - Indicadores Discursivos da Construção da Inevitabilidade**

Fonte: elaborado pela autora (2026).

O indicador “Ingovernabilidade” é o mais recorrente no Gráfico 2 (28 ocorrências), funcionando como o diagnóstico primário sobre a impossibilidade de continuidade do governo. Este termo não é meramente descritivo; ele carrega uma carga semântica que transforma uma situação política em uma questão de ordem técnica e administrativa. Fernanda Dantas (2019, p. 28) ressalta que:

No caso de Dilma Rousseff, consolidou-se, para além dos enquadramentos mais comuns, o enquadramento da inabilidade política e da ausência de liderança, da mulher “fora de lugar”. Sugere-se, portanto, que a mídia reproduz os elementos de senso comum partilhados na cultura machista e patriarcal, sem ressignificar de modo mais ativo as simbologias sobre o papel social da mulher.

De acordo com Dantas (2019), a representação da presidenta como incapaz de liderar não decorre apenas de uma avaliação circunstancial do governo, mas da ativação de expectativas sociais arraigadas sobre quem pode ocupar legitimamente o poder. Ao insistir na imagem de uma autoridade que não consegue conduzir o cenário político, a cobertura ultrapassa a crítica administrativa e mobiliza sentidos culturais que posicionam a mulher como corpo estranho no comando. O debate sobre governabilidade, nesse contexto, deixa de ser apenas institucional e passa a carregar marcas de um julgamento simbólico sobre pertencimento e adequação ao lugar de poder.

A forte presença de “ingovernabilidade” no gráfico 2 indica como esse enquadramento se consolida como explicação padrão para a crise. O termo opera como um atalho semântico que converte embates entre partidos, interesses e projetos em evidência de falha individual de comando. Ao fazer isso, simplifica o conflito e oferece uma saída aparentemente objetiva: se o problema é a incapacidade de governar, a solução lógica seria a substituição da chefia. O resultado é a naturalização de uma ruptura política apresentada como correção funcional de um sistema que, na narrativa construída, estaria travado por uma única figura.

A “Perda de Apoio Político” no gráfico 2 (25 ocorrências) opera de forma complementar, fornecendo uma justificativa para a ingovernabilidade ao apontar a redução de suporte no Congresso e entre aliados históricos. Juntos esses dois indicadores representam 53 ocorrências, mais da metade de todas as operações de construção da inevitabilidade, demonstrando que a narrativa foi construída primordialmente em torno da ideia de que o governo havia perdido toda e qualquer base de sustentação política. Dweck e Teixeira (2017, p. 36) destacam que:

A combinação de crescimento econômico com avanços na distribuição de renda e redução da pobreza, sem promover um rompimento com as elites, foi abalada com a forte desaceleração econômica. O conflito distributivo ficou mais exposto e as fissuras no bloco no poder [...], que vão se acirrar no governo Dilma, são fundamentais para compreender a perda de sustentação política de seu governo, o processo de impeachment, e também a recessão de 2015-2016.

Dweck e Teixeira (2017) tensionam dizendo que o enfraquecimento do governo está ligado a um deslocamento no próprio pacto que havia garantido estabilidade nos anos anteriores. Enquanto o crescimento permitia conciliar interesses divergentes, era possível sustentar políticas redistributivas sem confronto aberto com os grupos dominantes. Quando a economia perde fôlego, essa conciliação se rompe e os conflitos antes administrados passam a operar como força de desagregação. A perda de apoio político, portanto, não surge apenas de negociações malconduzidas, mas também de uma mudança nas bases materiais que sustentavam a aliança no poder.

A frequência elevada dos indicadores no gráfico converte esse processo de ruptura em sinal de esgotamento total e irreversível. Ao enfatizar reiteradamente o afastamento de aliados e a dificuldade de governar, a narrativa transforma recomposições e disputas em prova de abandono definitivo. Com isso, o que poderia ser lido como uma crise de coalizão típica de sistemas fragmentados passa a ser apresentado como vazio absoluto de sustentação, preparando

o terreno para que a substituição do governo apareça menos como decisão política e mais como resposta obrigatória a um colapso previamente declarado.

O indicador “Colapso” no gráfico 2 (18 ocorrências) intensifica a narrativa ao sugerir não apenas dificuldade, mas, sobretudo, ruptura iminente do sistema político. Os indicadores “Determinismo Narrativo” (16 ocorrências) e “Diagnóstico Terminal” (14 ocorrências), embora menos frequentes, funcionam como operadores de fechamento semântico, o que elimina a possibilidade de interpretações alternativas sobre o futuro político. Segundo Marcelo Braz (2017, p. 94):

[...] é uma derrota que hipoteca o futuro das forças de esquerda no país pelo menos no curto prazo. O recuo democrático ao qual assistimos e que deverá se aprofundar tende a nos colocar na resistência aos ataques que vêm por aí, o que nos exigirá alguma unidade pelo menos tática. Isto não será nada fácil porque há segmentos da esquerda que comemoraram a derrota do PT como se fosse uma vitória da classe trabalhadora. Mais uma ilusão. Pior ainda: uma ilusão esquerdista que não enxerga que a conjuntura que se abriu com o impeachment expressa, antes de mais nada, uma vitória das forças à direita do PT, com fortes elementos de conservadorismo reacionário[...]

Em consonância com Braz (2017), o que está em jogo não é apenas a sorte de um governo, mas a direção do tabuleiro inteiro. Quando a queda é lida como simples correção de rota, apaga-se o fato de que alguém ocupa o espaço deixado. A celebração da derrota de um ator específico mascara a vitória de forças que não estavam interessadas em reformar o projeto em curso, mas em substituí-lo por outro, menos permeável a demandas distributivas e mais alinhado a uma ordem conservadora. O impeachment, nesse sentido, não fecha um ciclo apenas; ele redefine quem passa a escrever as regras do próximo.

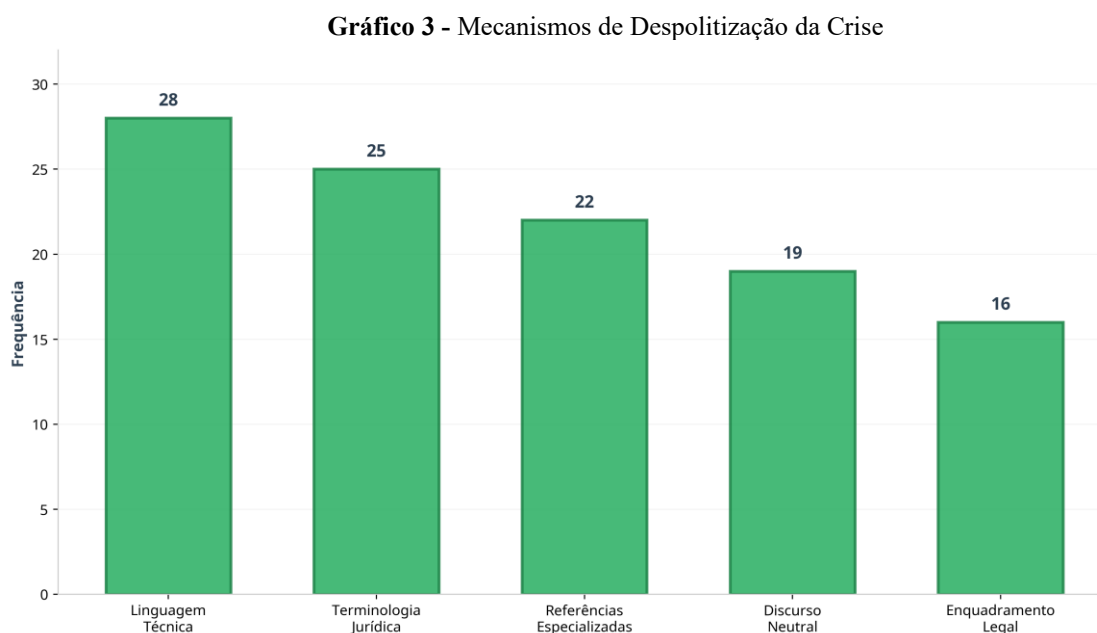
A repetição de termos que evocam “colapso” e “fim” funciona como um martelo que bate sempre no mesmo ponto até transformar crise em sentença. Ao decretar a morte política antes do enterro institucional, a narrativa retira do campo de visão qualquer possibilidade de recomposição, negociação ou virada inesperada. O futuro deixa de ser terreno aberto e passa a ser apresentado como trilho único. Nesse ambiente, a ruptura não precisa mais ser defendida, pois ela já aparece como fato consumado e o debate sobre suas consequências é empurrado para depois, quando as novas peças já estiverem firmes sobre o tabuleiro.

Em conjunto, esses indicadores constroem menos uma descrição da crise e mais um roteiro para o seu desfecho. Ao combinar diagnóstico técnico, isolamento político e imagens de ruína iminente, a narrativa reorganiza o tempo da política; o presente passa a ser tratado como intervalo entre um passado já esgotado e um futuro previamente decidido. O efeito não é apenas convencer, mas reduzir o espaço do pensável, deslocando o debate de “o que fazer diante da

crise” para “como administrar o depois”. Assim, a inevitabilidade não surge como conclusão de uma análise, mas como ponto de partida que orienta a leitura de todos os fatos subsequentes.

### 5.3 A DESPOLITIZAÇÃO DA CRISE: TRANSMUTAÇÃO DO POLÍTICO EM TÉCNICO-JURÍDICO

A segunda macroestratégia identificada é a Despolitização da Crise, um movimento discursivo que transmutou um conflito eminentemente político em uma questão de ordem técnica, jurídica e moral. Este processo foi realizado através de cinco mecanismos principais, cada um contribuindo para o afastamento da dimensão política do debate público. O Gráfico 3 a seguir apresenta esses mecanismos e suas respectivas frequências no corpus, analisemos:



Fonte: elaborado pela autora (2026).

A “Linguagem Técnica” no gráfico 3 (28 ocorrências) é o mecanismo mais utilizado, substituindo o vocabulário político por um léxico administrativo e contábil. Termos como “pedaladas fiscais”, “decretos de crédito suplementar” e “gestão temerária” transformam a disputa sobre projetos de país em uma discussão sobre conformidade com normas orçamentárias. De acordo com Dweck e Teixeira (2017, p. 5):

[...] dois estudos publicados recentemente pelo FMI merecem destaque neste debate. O primeiro, intitulado “Accounting devices and Fiscal Illusions” (Irwin, 2012) mostra que os recursos ao que no Brasil se convencionou chamar de “contabilidade criativa” e “pedaladas fiscais” não são exclusividade brasileira, mas foram utilizados amplamente por diversos países, inclusive desenvolvidos, para contornar regras fiscais rígidas num contexto de necessidade da adoção de políticas anticíclicas após a crise de 2008.

Dweck e Teixeira (2017) chamam atenção para o fato de que práticas classificadas no Brasil como “contabilidade criativa” ou “pedaladas fiscais” não constituem uma anomalia isolada, mas fazem parte de um repertório utilizado por diferentes países para flexibilizar amarras fiscais em momentos de crise. O recurso a esses expedientes, longe de ser automaticamente sinal de desvio ou fraude, pode funcionar como instrumento de política econômica diante de regras rígidas que dificultam respostas anticíclicas. Ao lembrar que tais mecanismos foram empregados inclusive em economias centrais após 2008, os autores relativizam a ideia de excepcionalidade e, portanto, de culpa autoevidente.

A alta incidência de linguagem técnica no corpus desloca esse debate comparativo e contextual para um terreno de aparente objetividade incontestável. Ao repetir termos contábeis e jurídicos, a narrativa cria a impressão de que a controvérsia já estaria resolvida por critérios neutros de conformidade, como se não houvesse escolhas econômicas e políticas implicadas nessas normas. O efeito crítico dessa recorrência é transformar uma disputa sobre como governar em verificação de planilha, estreitando o horizonte do debate público e convertendo decisão política em parecer técnico.

A “Terminologia Jurídica” no gráfico 3 (25 ocorrências) funciona de forma similar, enquadrando a crise em um registro legal que privilegia conceitos como “crime de responsabilidade”, “processo constitucional” e “cumprimento de normas”. Juntos, esses dois mecanismos representam 53 ocorrências, demonstrando que a despolitização foi realizada primordialmente através da tradução do político para o técnico-jurídico. Segundo Rizzotto *et al* (2017. p. 128),

A cobertura do impeachment parece se encaixar bem nesses exemplos de despolitização. Em suma, tratou-se de uma cobertura pouco interessada em verificar as polêmicas e os interesses envolvidos em semelhante ato, assim como pouco afeita a destacar o fato de ser um evento político disruptivo, questionável e com sérios impactos nas instituições brasileiras e na vida dos cidadãos.

Rizzotto *et al.* (2017) observam que a cobertura do impeachment evitou encarar o processo como ruptura política aberta e preferiu tratá-lo como procedimento a ser acompanhado. Ao reduzir o espaço para controvérsia e para o exame dos interesses em disputa,

o noticiário desloca a atenção do impacto institucional e social do ato para o seu trâmite formal. O evento deixa de aparecer como decisão carregada de consequências e passa a ser apresentado como etapa regular de um mecanismo previsto, o que esvazia seu caráter de conflito.

A forte presença simultânea de vocabulário técnico e jurídico no gráfico evidencia esse deslocamento de sentido. Quando o debate é traduzido para a gramática da norma e do rito, a disputa por projetos e responsabilidades coletivas é substituída por verificação de legalidade. Esse enquadramento não elimina a política, mas a encobre sob a aparência de neutralidade, fazendo com que a ruptura pareça apenas aplicação correta de regras. Assim, a repetição desses termos informa sobre o processo e atua para retirar dele o peso de escolha histórica, tratando como simples cumprimento de protocolo.

As “Referências Especializadas” no gráfico 3 (22 ocorrências) funcionam como um mecanismo de legitimação, conferindo autoridade às interpretações técnico-jurídicas através da citação de economistas, juristas e especialistas. Luís Guimarães (2022, p. 35) afirma que:

Há que se ponderar, contudo, que a teoria do impeachment de natureza política ou de natureza política-jurídica, não enfrenta o problema de que, no Brasil, para além do juízo de conveniência e oportunidade política, exige-se, para a consecução de um impeachment, que as condutas imputadas ao Presidente, objeto de denúncia, estejam necessariamente tipificadas no rol de crimes de responsabilidade previstos na Lei do Impeachment. Além disso, a teoria de que se trata de instituto voltado à responsabilização política do Presidente, parece ser, a nosso ver, equivocada, uma vez que, no presidencialismo, não há responsabilidade política do Presidente perante o Parlamento – a exemplo do que se tem em regimes parlamentaristas. Assim, a regra constitucional é de estabilidade e durabilidade do mandato presidencial, o que nos permite concluir que, neste sistema de governo, a responsabilidade política do Presidente se dá perante os cidadãos, eleitores, a quem compete, através do voto, legitimar o exercício do poder pelo mandatário durante um período fixo e pré-determinado pela própria Constituição.

Guimarães (2022) lembra que, no modelo presidencialista brasileiro, o impeachment não é um voto de desconfiança travestido de julgamento. O presidente não responde politicamente ao Congresso, mas juridicamente a tipos legais fechados e, em última instância, politicamente ao eleitor que o elegeu por prazo fixo. Quando se dilui essa distinção e se trata o processo como simples ajuste de conveniência, é aberta uma brecha para transformar impopularidade ou impasse político em falta jurídica, encurtando, na prática, um mandato que a Constituição pensou para ser estável.

A alta presença de “referências especializadas” no gráfico mostra como a autoridade técnica é mobilizada para dar aparência de inevitabilidade a uma interpretação específica desse arranjo. Em vez de expor o conflito entre leituras possíveis do direito e da política, a narrativa seleciona vozes que funcionam como fiadores de uma única rota. O especialista deixa de

ampliar o debate e passa a fechá-lo, convertendo divergência jurídica em veredito antecipado e fazendo com que uma decisão carregada de escolha histórica soe como simples aplicação indiscutível da regra.

O “Discurso de Neutralidade” no gráfico 3 (19 ocorrências) é particularmente insidioso, pois mascara a operação de poder ao apresentar posições políticas como fatos objetivos, usando expressões como “dados mostram”, “números indicam” e “evidências apontam”. Amir Neto (2021, p.88) corrobora que:

[...] as disposições constitucionais e legais que definem os crimes de responsabilidade e regulamentam seu processo e julgamento vinculam as autoridades responsáveis pela condução do feito ou essas mesmas autoridades estão autorizadas a atuarem de acordo com a conveniência, oportunidade e utilidade de decidirem quando e como irão afastar o presidente de seu cargo. Ou as questões relativas ao impeachment “escapam a toda e qualquer fiscalização judicial” ou, então, admita-se que “somente contravenção a preceito constitucional pode autorizar, em apertados limites, a interferência judicial”.

Neto (2021) coloca o dedo na ferida ao afirmar que o impeachment não pode oscilar livremente entre regra jurídica e conveniência política. Ou o processo está amarrado a limites constitucionais verificáveis, sujeitos inclusive a algum grau de controle judicial, ou se assume que as autoridades podem decidir de acordo com utilidade e oportunidade, abrindo margem para arbitrariedade. A questão central, para o autor, é definir se há freios objetivos capazes de conter o uso estratégico do instituto ou se ele pode ser manejado como instrumento discricionário de rearranjo de poder.

Quando o discurso midiático recorre reiteradamente à fórmula de que “os dados falam por si”, ele produz a sensação de que essa escolha já teria sido resolvida no plano dos fatos. A linguagem de neutralidade funciona como cortina que esconde a dimensão decisória e valorativa envolvida no processo, convertendo opções interpretativas em constatações técnicas. Assim, a autoridade não aparece exercendo juízo político dentro de limites jurídicos disputados, mas apenas obedecendo a evidências supostamente incontestáveis, o que dilui a percepção de que havia, ali, uma decisão carregada de poder e responsabilidade histórica.

O “Enquadramento Legal” no gráfico 3 (16 ocorrências) completa a arquitetura, apresentando o impeachment não como uma escolha política, mas como a aplicação necessária de procedimentos constitucionais. Ainda segundo Neto (2021, p. 36)

Diversos dispositivos normativos estaduais foram declarados inconstitucionais pelo STF nesse período, seja por definirem crimes de responsabilidade distintos dos definidos pela Lei n. 1.079/50, seja por criarem procedimentos distintos dos previstos pela legislação especial que regulamenta a matéria.

Para Neto (2021), o fato de o Supremo ter invalidado tentativas locais de redefinir crimes e ritos de impeachment revela que esse mecanismo não pode ser moldado ao sabor das circunstâncias políticas. O afastamento presidencial depende de tipificações e procedimentos previamente fixados em âmbito nacional, justamente para impedir variações oportunistas que ampliem ou flexibilizem o instituto conforme a pressão do momento. O sentido dessa rigidez é preservar o mandato contra usos expansivos do direito como instrumento de rearranjo conjuntural de poder.

A presença recorrente do “enquadramento legal” no gráfico sugere, porém, um efeito inverso no plano narrativo. Ao enfatizar continuamente que tudo seguia o roteiro constitucional, a cobertura desloca a atenção do caráter excepcional dessas regras para uma ideia de aplicação rotineira. O que nasce como limite contra improvisações passa a ser apresentado como caminho natural a ser percorrido, transformando um dispositivo pensado para conter excessos em argumento para acelerar o desfecho.

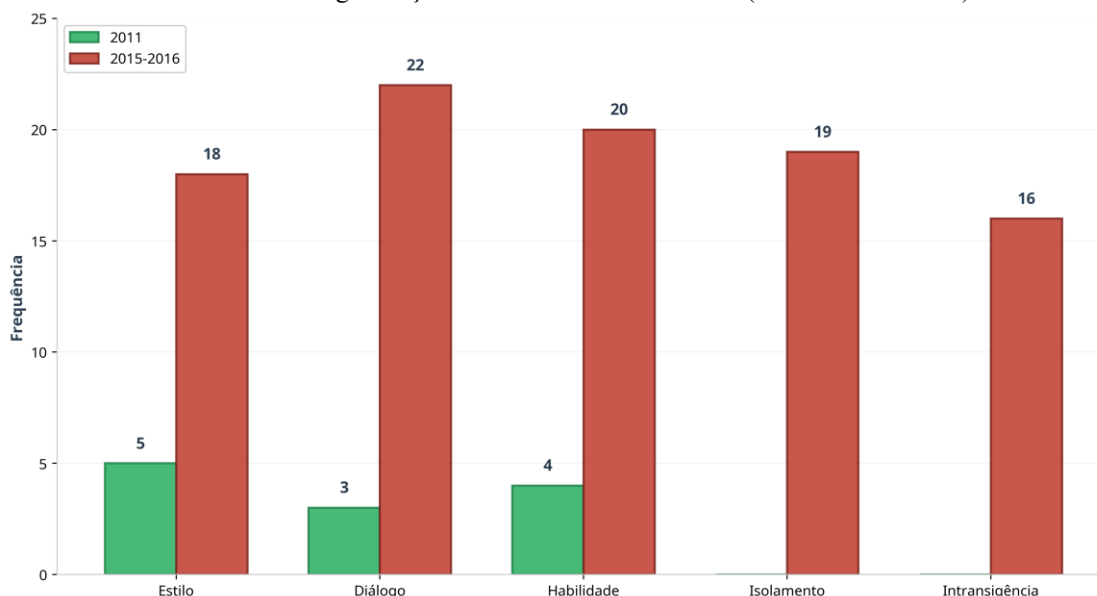
Desse modo, a narrativa não resolve a crise; ela a reconstrói em uma linguagem que reduz o espaço da deliberação. Ao converter disputa em procedimento e divergência em cálculo, o processo passa a ser acompanhado como execução de etapas previstas, e não como decisão aberta a alternativas. O conflito político não desaparece, mas é deslocado para fora do alcance do debate comum, protegido por termos técnicos, ritos formais e vozes autorizadas que funcionam como barreiras à contestação. O efeito disso é a naturalização de uma escolha que, na prática, redefiniria os rumos do poder. Quando o acontecimento é apresentado como simples cumprimento de regras, sua dimensão histórica e seus custos coletivos ficam em segundo plano. O público é levado a assistir ao desenrolar de um mecanismo, sem, contudo, interrogar seus fundamentos. Assim, o que poderia ser enfrentado como decisão política excepcional acaba absorvido como rotina institucional, o que diminui a percepção de que ali se decide muito mais do que a aplicação de um mero trâmite técnico.

#### 5.4 A PERSONALIZAÇÃO DO ESTADO: RESSIGNIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS E REESCRITA DA HISTÓRIA

A terceira macroestratégia, a Personalização do Estado, operou através de um mecanismo particularmente sofisticado; a ressignificação de características pessoais da presidenta. Este processo envolveu a transformação de características que, em 2011, eram apresentadas como qualidades e que, em 2015-2016, passaram a ser reinterpretadas como defeitos utilizados para justificar a remoção política. O Gráfico 4 abaixo ilustra essa inversão

semântica, comparando as frequências de conotação positiva e negativa para cinco características principais. Examinemos:

**Gráfico 4 - Resignificação de Características Pessoais (2011 vs 2015-2016)**



Fonte: elaborado pela autora (2026).

O Gráfico 4 demonstra um fenômeno crucial que não pode ser ignorado. As mesmas características que em 2011 eram apresentadas como qualidades de uma boa gestora foram transformadas em 2015-2016 em defeitos que justificavam sua remoção.

O “Estilo” de liderança, descrito em 2011 como focado e eficiente (5 ocorrências), foi ressignificado como intransigente e inflexível (18 ocorrências), uma mudança de interpretação que multiplica por 3,6 a frequência negativa. Dantas (2019, p. 179) afirma que:

A insistência da mídia em destituir Dilma Rousseff como agente político passa pela mistura de política com barganha. Política se reduz, nos textos midiáticos, à capacidade de barganhar, inclusive admitindo-se que muitos desses acordos feriam preceitos republicanos. É certo que o campo político, como um campo agonístico, é movido por disputas e negociações que solicitam de seus atores capacidade de articulação e estratégia. O que fica evidente [...] é que a inadequação da presidenta Dilma Rousseff, na definição da mídia, passa mais pela resistência a se incorporar ao tipo de jogo político vigente em Brasília.

Dantas (2019) escancara um ponto incômodo: a mídia não cobra apenas resultados, cobra adesão. Sua análise mostra que a figura do agente político aceitável é aquela que se molda ao jogo já dado, que negocia mesmo quando isso significa diluir princípios. Dilma Rousseff, nesse enquadramento, não é recusada por incapacidade administrativa, mas por não performar o papel esperado de articulação informal, condescendente e silenciosa com práticas

historicamente naturalizadas em Brasília. A crítica da autora vai além da personagem Dilma e atinge o próprio critério de legitimidade política fabricado no discurso jornalístico.

As recorrências evidenciam esse mecanismo com clareza desconfortável. Não há uma simples inversão de atributos, mas uma operação discursiva de desgaste; aquilo que antes sustentava a imagem de liderança passa a ser usado contra ela quando deixa de servir ao consenso dominante. O aumento expressivo das leituras negativas não demonstra uma presidenta que mudou, mas um olhar que se tornou hostil. O problema, portanto, não está no “estilo”, mas na intolerância a um modo de governar que não se submete à lógica da barganha como virtude. O gráfico 4, nesse sentido, não registra uma crise de gestão, mas a cristalização de um juízo político travestido de avaliação técnica.

A “Capacidade de Diálogo” no gráfico 4, que em 2011 era apresentada como honesta e direta (3 ocorrências), tornou-se em 2015-2016 sinônimo de isolamento e incapacidade de negociar (22 ocorrências), uma transformação que aumenta a frequência negativa em 7,3 vezes. De acordo ainda com Dantas (2019, p. 174)

Ao recordar a trajetória de Rousseff quando ministra dos governos Lula (2002-2010), observamos sua valorização pela mídia como a gerente, a executiva dedicada à técnica e ao bom serviço público, características que, ao longo dos mandatos dela, foram desvalorizadas e que, aos olhos da imprensa, não a legitimavam como líder.

Dantas (2019) desmonta uma expectativa silenciosa, mas poderosa, a de que liderar, no imaginário midiático, exige mais maleabilidade política do que compromisso com a técnica. Ao lembrar a trajetória de Dilma Rousseff como ministra, a autora evidencia uma contradição estrutural. A mesma racionalidade administrativa que antes garantia prestígio passa a operar como sinal de inadequação quando ocupa o centro do poder. A mídia, nesse deslocamento, não abandona Dilma; abandona a ideia de que governar com base em critérios técnicos possa sustentar, por si só, uma liderança legítima.

As recorrências relativas à “Capacidade de Diálogo” evidenciam de forma contundente essa alteração de parâmetros. O que se altera não é a forma de falar, e sim o que passa a ser reconhecido como diálogo aceitável. A comunicação direta, que não se curva a arranjos personalizados, deixa de ser lida como honestidade e passa a ser enquadrada como isolamento. O crescimento exponencial das leituras negativas revela um julgamento político travestido de diagnóstico comunicacional. Dialogar, nesse registro, não é ouvir a sociedade, mas sim acomodar interesses. O gráfico 4, assim, não mede falhas de negociação; ele reflete, na verdade, a rejeição a um modo de exercer o poder que insiste em não confundir diálogo com concessão.

A “Habilidade Política” no gráfico 4, anteriormente descrita como técnica e competente (4 ocorrências), passou a ser caracterizada como amadora e desconectada da realidade (20 ocorrências). Segundo Tiburi (2018, p. 113)

Dilma Rousseff, além de tudo, não é a mulher dos moldes da branquitude burguesa, europeia e obediente. Ela está longe de ser a “bela, recatada e do lar” que, conforme vimos na mídia golpista, pode-se ter à cama nos tempos do machismo narcísico e impotente. Contra isso, revistas tentaram fazê-la passar por louca, má, agressiva, doente. Manipulações da imagem fazem parte da era do espetáculo político.

Tiburi (2018) não está interessada em defender Dilma Rousseff como exceção, mas em expor o roteiro. Sua reflexão evidencia que, diante de uma mulher que não pede licença ao olhar dominante, a mídia não debate, corrige ou contrapõe, ela corrói. A figura da presidenta é deslocada do campo da ação política para o da anormalidade, como se governar sem docilidade fosse um erro de personalidade. Não se trata de discordância ideológica, mas de uma reação disciplinadora contra quem rompe a coreografia esperada do poder. A imagem, nesse processo, deixa de ser mediação e passa a ser arma.

As recorrências sobre “Habilidade Política” mostram esse desgaste em funcionamento. A passagem de técnica para amadora não indica perda de capacidade, mas perda de tolerância. Quando a autoridade feminina não se traduz em charme, conciliação ou espetáculo, ela passa a ser lida como ruído. O crescimento abrupto das ocorrências negativas demonstra uma estratégia de esvaziamento simbólico que antecede qualquer julgamento institucional. O problema não é a desconexão com a realidade, mas com o imaginário que define quem pode parecer competente. O gráfico 4, assim, não registra um fracasso político, mas o sucesso de uma narrativa que transforma autonomia em erro e firmeza em desvio.

O “Isolamento Político” no gráfico 4, que poderia ter sido interpretado como independência de decisão (0 ocorrências em 2011), foi reescrito como solidão e falta de apoio (19 ocorrências). Para Dantas (2019, p. 186):

Outro enquadramento marcante da cobertura do segundo mandato de Dilma Rousseff refere-se ao isolamento político e à solidão da presidenta. A tematização da solidão no poder é comum na cobertura política, especialmente em fins de mandatos, quando a mobilização em torno dos novos governantes se instaura. No caso de Dilma Rousseff, entretanto, o tema extrapola as questões da vida pública e chega à ambiência privada.

Dantas (2019) chama atenção para um deslocamento decisivo na narrativa midiática: o isolamento deixa de ser uma condição circunstancial do exercício do poder e passa a funcionar como marca identitária. Ao analisar a cobertura do segundo mandato de Dilma Rousseff, a

autora mostra que a solidão, frequentemente acionada como recurso retórico em momentos de transição política, ganha aqui uma espessura distinta. Ela não se limita ao campo institucional, mas invade a dimensão pessoal, produzindo uma leitura que confunde escolhas políticas com falhas de caráter e, sobretudo, com incapacidade de convivência.

As recorrências associadas ao “Isolamento Político” evidenciam essa operação de reescrita. O que poderia ser lido como autonomia decisória ou recusa a tutelas partidárias passa a ser narrado como abandono e fragilidade. A ausência total de ocorrências positivas em 2011 contrasta com a explosão de leituras negativas em 2015-2016, indicando que o isolamento não surge como fato novo, mas como interpretação conveniente. O gráfico registra, desse modo, a transformação da independência em solidão, convertendo uma posição política em deficiência simbólica. Mais do que descrever uma conjuntura, a narrativa midiática constrói uma imagem de desamparo que naturaliza a perda de legitimidade e prepara o terreno para a exclusão.

A “Intransigência Decisória” no gráfico 4, que poderia ter sido vista como firmeza de propósitos (0 ocorrências em 2011), transformou-se em teimosia e autoritarismo (16 ocorrências). Franco (2018, p. 118) corrobora que:

Enquanto esteve à frente da presidência da república, Dilma Rousseff enfrentou vários desafios relacionados ao fato de ser a primeira mulher a ocupar aquele espaço de poder e de ter no prédio ao lado o Congresso Nacional mais conservador da nossa história. Não por acaso, seu impeachment revelou logo a sua faceta patriarcal, com ameaças cotidianas às conquistas históricas dos movimentos de mulheres e feministas. Nossa ação política, portanto, identifica com importância significativa a ocupação de espaços de poder, inclusive institucionais, contribuindo para criar ambientes nos quais mais mulheres tenham voz e visibilidade para pautar nossas demandas em todos os lugares.

Franco (2018) não descreve um problema de gestão, mas um incômodo estrutural. Sua reflexão deixa claro que o conflito em torno de Dilma Rousseff não nasce da dificuldade de governar, e sim do fato de governar sem submissão em um espaço moldado para homens. A primeira mulher a ocupar a presidência não enfrentou apenas oposição política, mas também um ambiente que reagiu à sua presença como ameaça. O impeachment, nesse quadro, não se configura como exceção institucional, revelando-se como expressão de um arranjo patriarcal disposto a restaurar hierarquias sempre que elas são tensionadas.

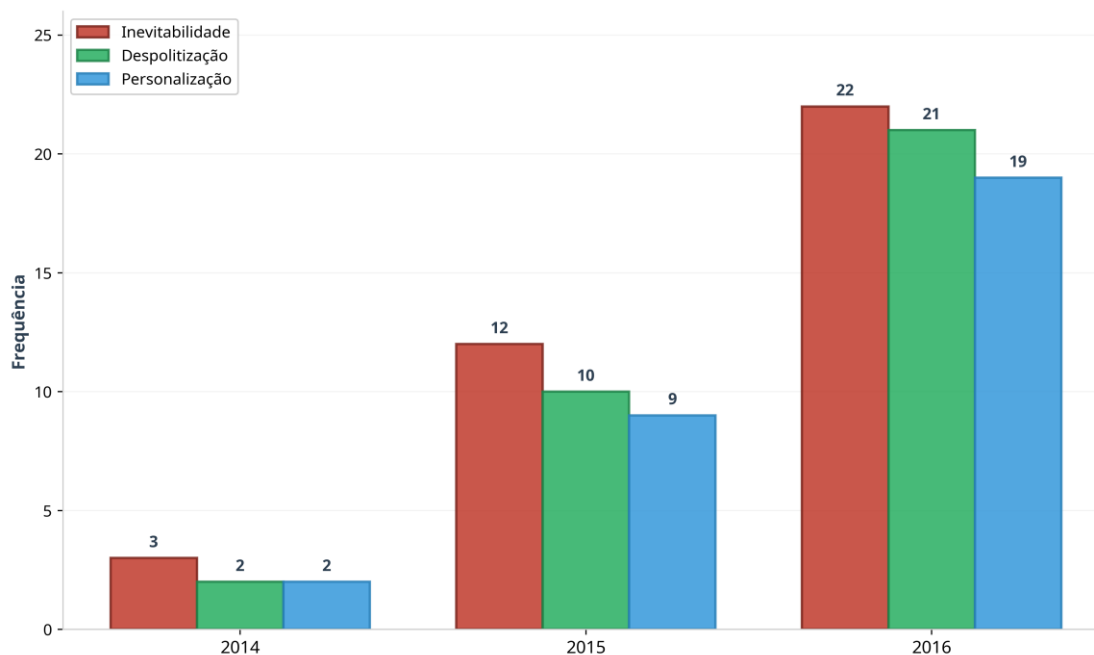
As recorrências sobre a chamada “Intransigência Decisória” tornam visível esse ajuste de linguagem. Aquilo que poderia ser lido como coerência e sustentação de escolhas é rebatizado como teimosia quando não se curva à lógica do consenso masculino. A multiplicação das ocorrências negativas não indica radicalização do poder presidencial, mas o estreitamento do que passa a ser tolerável em uma mulher que decide. Firmeza, nesse enquadramento, não é

virtude política, é desvio comportamental. O gráfico não registra autoritarismo, registra o limite simbólico imposto a quem ocupa o poder sem suavizar a própria autoridade.

Portanto, a personalização do Estado opera, nessa subseção, como uma estratégia de reescrita retrospectiva da legitimidade política. Ao deslocar o foco das estruturas, das disputas institucionais e das correlações de força para traços individuais da presidenta, o discurso midiático simplifica o conflito e oferece uma narrativa moralizante, na qual o destino político parece resultado de falhas pessoais e não de embates históricos. O Gráfico 4 não apenas sintetiza inversões semânticas, mas evidencia um processo mais profundo de responsabilização individual que apaga condicionantes de gênero, poder e contexto. Ao transformar escolhas políticas em traços de caráter, a mídia não interpreta o Estado, mas o personifica, produzindo uma memória pública na qual a remoção se apresenta como consequência natural de uma suposta inadequação pessoal. Trata-se, assim, menos de explicar o impeachment e mais de torná-lo aceitável. Na próxima subseção, o debate se concentra na *Sincronização das Macroestratégias: Operação Integrada e Reforço Mútuo*, analisando como esses eixos discursivos passam a atuar de forma articulada, o que potencializa seus efeitos e consolida uma narrativa coesa sobre a crise política.

## 5.5 A SINCRONIZAÇÃO DAS MACROESTRATÉGIAS: OPERAÇÃO INTEGRADA E REFORÇO MÚTUO

A análise da evolução temporal das três macroestratégias evidencia um padrão de sincronização que sugere uma operação discursiva coordenada. Tal padrão não é coincidência, mas resultado de uma arquitetura narrativa cuidadosamente construída. O Gráfico 5 a seguir apresenta a evolução simultânea das três macroestratégias ao longo do período estudado. Analisemos:

**Gráfico 5 - Sincronização das Três Macroestratégias Discursivas (2014-2016)**

Fonte: elaborado pela autora (2026).

No período inicial (2014), todas as três estratégias estavam praticamente ausentes do corpus (Inevitabilidade: 3, Despolitização: 2, Personalização: 2), refletindo um momento em que a cobertura jornalística ainda não havia mobilizado seus recursos retóricos para construir o consenso sobre o impeachment. Rodrigues, (2018, p. 43-44) ressalta que:

O primeiro editorial mais incisivo de *O Globo* apareceu em 19 de março de 2016. Seu título, por si só, já era o suficiente para transmitir a mensagem: “O impeachment é uma saída institucional para a crise”. Lia-se ali que “com o processo do impeachment tramitando, abre-se uma válvula de descompressão” para a crise econômica e política e que “o Congresso e a Justiça [...] são as únicas formas de o país ultrapassar a crise sem abalos institucionais”. Ou seja, na opinião do jornal, os fundamentos técnicos para o impeachment não eram tão relevantes; fundamental era a superação da crise e o impeachment era o caminho. Nessa mesma toada, em 12 de maio o editorial “Novo marco de defesa da responsabilidade social” defendeu que “a abertura do processo contra Dilma é uma consolidação do princípio civilizatório da responsabilidade fiscal”. Em fins de março o jornal começou a apresentar preocupações com a narrativa de que o impeachment seria um golpe.

Rodrigues (2018) analisa o papel dos editoriais como dispositivos centrais de orientação do debate público, mostrando como *O Globo* abandona gradualmente a ambiguidade e assume uma posição pedagógica diante da crise política. Para o autor, o impeachment passa a ser apresentado menos como um procedimento jurídico a ser avaliado e mais como uma solução necessária, quase terapêutica, para um país em colapso. A argumentação desloca o eixo da legalidade para a funcionalidade política, naturalizando a ideia de que a interrupção do mandato

seria um gesto de responsabilidade e maturidade institucional. Nesse enquadramento, a urgência da crise se sobrepõe à discussão sobre fundamentos técnicos, e o jornal passa a atuar como mediador ativo da noção de “saída possível”.

As recorrências observadas no período inicial ajudam a entender esse movimento gradual. A quase ausência das três estratégias em 2014 indica que o consenso ainda não estava em disputa aberta e, portanto, não exigia mobilização discursiva intensa. A partir do momento em que os editoriais assumem um tom normativo, as estratégias deixam de ser residuais e passam a organizar a narrativa. O baixo número inicial não sinaliza neutralidade, mas latência; o discurso ainda se preparava para transformar uma conjuntura instável em necessidade histórica. As recorrências mostram, assim, que o consenso não surge espontaneamente; ele é construído quando a crise deixa de ser apresentada como problema político a ser enfrentado e passa a ser enquadrada como impasse que só pode ser resolvido pela substituição do governo.

Em 2015, observa-se um aumento sincronizado em todas as três estratégias (Inevitabilidade: 12, Despolitização: 10, Personalização: 9) no gráfico 5, indicando que a cobertura começou a tecer simultaneamente múltiplas narrativas sobre a crise. Campos *et al.* (2019, p. 14) afirmam que:

O posicionamento da Folha de S. Paulo, como o da grande imprensa brasileira, foi o de ir assumindo gradativamente a ideia do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) como a alternativa para se resolver a crise política e econômica que o país vivia. Num presidencialismo de coalizão, quando se perde o capital político, o risco de sofrer um processo de cassação é muito forte, como ocorreu com Fernando Collor, em 1992, e com Dilma Rousseff, em 2016, com as devidas divergências dos dois processos políticos. No caso da imprensa, se no início da crise havia especulações sobre novas eleições, com o decorrer do processo passou a defender que Temer continuasse no poder e pudesse, agora com o PT e a esquerda fora do jogo, levar adiante um pacote de reformas da agenda neoliberal – PEC dos Tetos, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Nesse sentido, a mídia sai do lugar de palco e coloca-se como um ator político fundamental para junto com outros agentes – políticos, Judiciário e empresários – construir uma nova agenda para o país. Isso revela o poder de interferir na realidade política, colocando em xeque todo o debate sobre a suposta objetividade ou a própria ética que deve permear a cobertura jornalística.

Campos *et al.* (2019) demonstram o momento em que a imprensa deixa de acompanhar a crise e passa a organizá-la. O referido estudo evidencia que o impeachment não surge como resposta inevitável aos acontecimentos, mas como uma escolha construída, defendida e amadurecida no interior do discurso jornalístico. Ao abandonar hipóteses concorrentes e apostar na permanência de Temer como fiador de uma agenda econômica específica, a mídia assume um lugar que já não é o de observadora qualificada, passando a atuar como agente interessado na reorganização do poder. O debate sobre legalidade perde centralidade e dá lugar a uma lógica

de conveniência política, na qual o essencial é destravar reformas, ainda que isso exija a redefinição dos limites da própria democracia representativa.

O aumento sincronizado das três estratégias em 2015 traduz esse reposicionamento. Não se trata de excesso retórico, mas de encadeamento calculado. Enquanto a inevitabilidade comprime o futuro a uma única saída, a despolitização neutraliza o conflito ao revesti-lo de tecnicidade, e a personalização oferece um rosto para concentrar o desgaste. As recorrências mostram que a crise passa a ser narrada como um problema de gestão, de perfil e de tempo, nunca como disputa de projetos. O consenso não é imposto de uma vez, e sim tecido pela repetição coordenada. Nesse ponto, a cobertura deixa de refletir a realidade política e passa a produzi-la, estreitando deliberadamente o espaço do dissenso.

O padrão de sincronização atinge seu pico máximo em 2016 (Inevitabilidade: 22, Despolitização: 21, Personalização: 19) no gráfico 5, exatamente quando o impeachment estava em sua fase final. A proximidade entre os valores em 2016 (diferença máxima de apenas 3 ocorrências entre a estratégia mais frequente e a menos frequente) sugere que as três macroestratégias funcionaram de forma integrada e equilibrada, cada uma reforçando as outras. Moreira e Veronez (2021, p. 137) apontam que:

Contudo, o que se percebe no Brasil é que o impeachment é movido por interesses de ordem política, oriundo do mau relacionamento entre o Chefe do Poder Executivo e o Poder Legislativo. A realidade é que o processo se mostra como eminentemente político, oriundo de uma vocação política surgida na maioria dos parlamentares, que frente a determinadas circunstâncias, que variam do cenário político, econômico e institucional, chegam ao entendimento de que determinado Presidente da República deve ser retirado do cargo. A partir disso, as leis são instrumentalizadas de modo a possibilitar que o impeachment esteja adstrito às regras constitucionais e legais.

Moreira e Veronez (2021) expõem o ponto em que a política deixa de fingir que é direito. Para os autores, o impeachment não nasce da norma, mas da decisão, e a lei entra em cena apenas para organizar o que já foi resolvido no plano do poder. Trata-se de um processo que se apresenta como constitucional justamente porque precisa esconder sua origem política. A ruptura não ocorre apesar das regras, acontece por meio delas, instrumentalizadas para dar aparência de necessidade jurídica a uma escolha construída nas disputas entre Executivo e Legislativo.

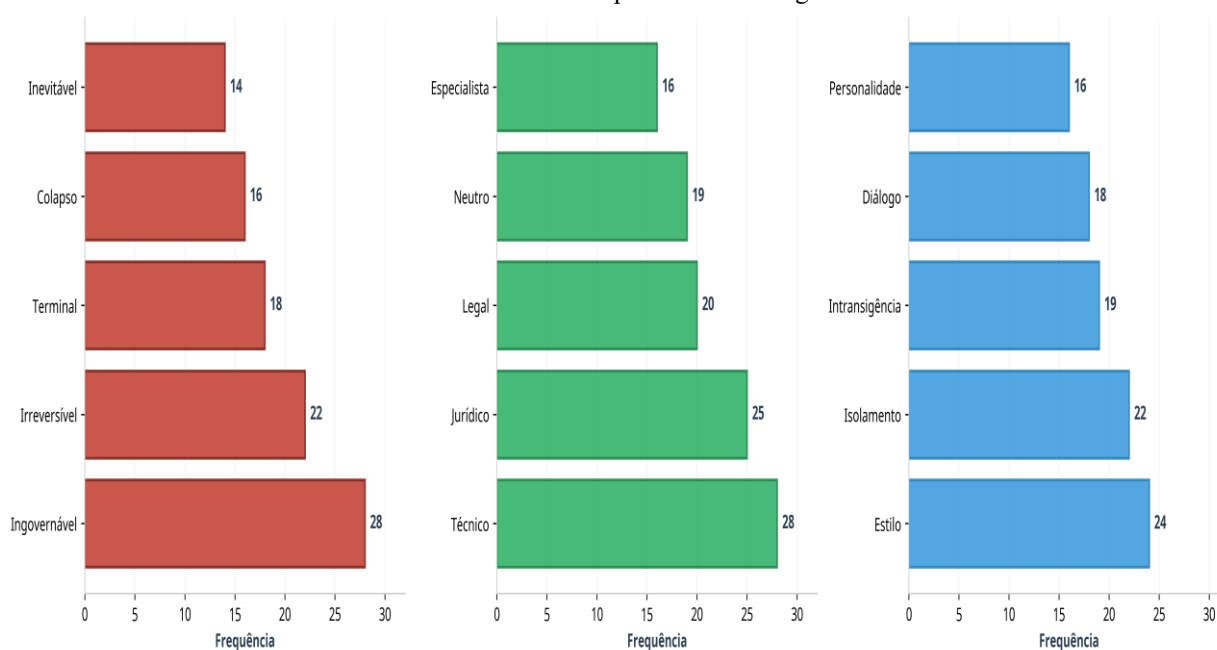
O pico de sincronização em 2016 traduz esse fechamento do circuito. Quando as três estratégias passam a operar quase com a mesma intensidade, o discurso já não precisa convencer, apenas confirmar. A inevitabilidade retira o futuro do horizonte, a despolitização anestesia o conflito e a personalização concentra a responsabilidade em um único corpo. O

equilíbrio entre elas não indica sofisticação analítica, e sim esgotamento do dissenso. A narrativa se torna autorreferente, repetida até adquirir status de evidência. Nesse estágio, o impeachment deixa de ser apresentado como possibilidade e passa a funcionar como destino, menos por comprovação factual e mais por exaustiva naturalização.

Em síntese, a sincronização das macroestratégias revela o funcionamento de uma engrenagem discursiva que não atua por acúmulo aleatório, mas por acoplamento progressivo. Ao longo do período analisado, a cobertura deixa de testar argumentos e passa a estabilizar sentidos, reduzindo a complexidade do processo político a uma narrativa linear e previsível. Inevitabilidade, despolitização e personalização não operam como recursos isolados, e sim como camadas sobrepostas que delimitam o campo do pensável e do dizível. O Gráfico 5 materializa esse fechamento: quando as três estratégias atingem níveis quase equivalentes, o discurso já não disputa interpretações, apenas administra consensos. O impeachment, nesse ponto, não se apresenta como decisão a ser debatida, se mostra como conclusão a ser aceita, resultado de uma operação simbólica que transforma conflito em evidência e política em destino. Portanto, na próxima subseção, o diálogo se volta para *O vocabulário-chave: índices lexicais das macroestratégias*, examinando como a escolha recorrente de determinados termos contribui para a consolidação das narrativas analisadas.

## 5.6 O VOCABULÁRIO-CHAVE: ÍNDICES LEXICAIS DAS MACROESTRATÉGIAS

A análise lexical das três macroestratégias demonstra como cada uma mobiliza um vocabulário específico que funciona como um índice de sua operação. Este vocabulário não é neutro; cada palavra é uma escolha que exclui outras possibilidades interpretativas e reforça a narrativa hegemônica. O Gráfico 6 a seguir apresenta os termos-chave mais frequentes associados a cada macroestratégia, organizados em três painéis complementares. Analisemos:

**Gráfico 6 - Vocabulário-Chave por Macroestratégia Discursiva**

Fonte: elaborado pela autora (2026).

O primeiro painel (esquerda) apresenta o vocabulário da Construção da Inevitabilidade, dominado por termos que expressam determinismo e fatalismo. “Ingovernável” (28 ocorrências) é o termo mais frequente, funcionando como o diagnóstico primário sobre a impossibilidade de continuidade. Moreira e Veronez (2021, p. 133) destacam que:

A governabilidade chegou ao fim quando houve o rompimento da relação da Presidente com o Presidente da Câmara dos Deputados e com o Vice- Presidente da República, que são naturalmente peças-chaves na destituição de um mandato presidencial.

Moreira e Veronez (2021) ajudam a desmontar a aparência técnica do argumento da governabilidade ao recolocá-lo no terreno das alianças rompidas. Para os autores, o fim da governabilidade não nasce de um colapso administrativo, mas sim da retirada calculada de sustentação por atores que ocupam posições estratégicas no jogo institucional. Trata-se menos de um fracasso do governo e mais de uma decisão política de inviabilizá-lo. A ideia de que governar se tornou impossível surge depois do rompimento, não antes dele, funcionando como justificativa posterior para uma destituição já em curso.

O vocabulário da inevitabilidade traduz essa inversão com clareza. “Ingovernável” não atua como descrição, mas como veredito. Ao repetir o termo de forma massiva, o discurso não explica a crise, ele a encerra simbolicamente. A palavra fecha o horizonte do possível, bloqueia a noção de recomposição e transforma o conflito em fatalidade. O painel não mostra apenas

frequência lexical, e sim a fabricação de um clima de esgotamento no qual a continuidade deixa de ser opção antes mesmo de ser debatida. Nesse registro, a ingovernabilidade não é constatada, é produzida.

“Irreversível” (22 ocorrências) intensifica a narrativa ao sugerir que não há possibilidade de retorno ou correção; “Terminal” (18 ocorrências) oferece uma imagem de morte política, de um fim inevitável; “Colapso” (16 ocorrências) evoca uma ruptura súbita e catastrófica. “Inevitável” (14 ocorrências), embora menos frequente que os anteriores, funciona como o fechamento semântico dessa estratégia, transformando a crise em um destino predeterminado. Segundo Bastos, (2017, p. 53),

No caso brasileiro de 2015, a busca deliberada da governabilidade pela moderação do conflito em prejuízo da popularidade, e a virada em direção ao centro político e a uma política econômica de direita em prejuízo do nível de emprego, não tiveram volta. Ao invés de moderar a resistência da direita ao programa de domesticação gradual do capitalismo selvagem brasileiro, a virada e a crise tendiam a unificar o empresariado em torno da agenda de cortes fiscais (seletivos), salariais e de direitos, transferindo a contados subsídios, desonerações fiscais e da baixíssima carga tributária dos ricos para trabalhadores e beneficiários de serviços públicos, contra a CLT e o capítulo social da Constituição Federal.

Bastos (2017) é claro ao mostrar que o ponto de não retorno de 2015 não surgiu de um colapso repentino, e sim de uma inflexão política consciente que reorganizou o tabuleiro. A virada em direção ao centro e à agenda econômica de direita não pacificou o conflito; ao contrário, fortaleceu os setores que defendiam cortes, retirada de direitos e redução do papel social do Estado. A irreversibilidade, desse modo, não é fruto do caos, decorrendo, na verdade, da consolidação de interesses que passaram a operar de forma coesa contra o governo. O fim não acontece por falta de alternativas, mas sim porque as escolhas feitas fecharam deliberadamente as saídas disponíveis.

O léxico da inevitabilidade opera para esconder esse processo. “Irreversível”, “terminal” e “colapso” funcionam como palavras de bloqueio, que suspendem a análise e substituem explicação por sensação de fim. Não informam, encerram. Ao repetir esse vocabulário, a cobertura transforma decisões políticas em fatalidade histórica, o que retira da crise sua dimensão conflitiva. “Inevitável”, ao final, não descreve a realidade, apenas a carimba. A linguagem, aqui, não acompanha o desfecho, ela o produz, criando a impressão de que a destituição era consequência natural, quando foi resultado de escolhas, alianças e interesses muito concretos.

O segundo painel (centro) apresenta o vocabulário da Despolitização da Crise, caracterizado por termos técnicos e jurídicos. “Técnico” (28 ocorrências) é o termo mais

frequente, funcionando como um marcador de neutralidade e objetividade. “Jurídico” (25 ocorrências) confere autoridade legal aos procedimentos; “Legal” (20 ocorrências) reforça a ideia de conformidade com normas; “Neutro” (19 ocorrências) mascara a operação de poder ao sugerir uma posição isenta e “Especialista” (16 ocorrências) oferece legitimação através da autoridade técnica. Andreassa e Dantas (2019, p. 12) corroboram que:

O processo, portanto, seria improcedente desde seu início e os parlamentares que votassem a seu favor estariam infringindo a Constituição para retirar a presidente de seu cargo – um golpe de Estado. Esses parlamentares, no entanto, não seriam os únicos responsáveis. Eles teriam sido apoiados e influenciados por elites políticas, econômicas, jurídicas e midiáticas interessadas no fim de um governo popular voltado para os brasileiros mais pobres e para os interesses nacionais.

Andreassa e Dantas (2019) vão direto ao ponto ao afirmar que o verniz técnico do impeachment não resiste a uma análise mínima de suas motivações. Para os autores, o discurso jurídico não corrige o processo, ele o protege. A invocação constante da legalidade serve menos para garantir a Constituição e mais para blindar uma decisão política tomada em consonância com interesses econômicos, midiáticos e institucionais. A técnica, nesse cenário, não aparece como critério de rigor, mas como linguagem de ocultamento.

O vocabulário do segundo painel deixa essa operação explícita. “Técnico”, “jurídico”, “legal” e “neutro” não funcionam como descrições, mas como amortecedores do conflito. São palavras que esfriam o debate e afastam a ideia de disputa, como se a destituição fosse apenas um procedimento administrativo bem conduzido. A figura do “especialista” completa o circuito ao substituir o confronto de argumentos por autoridade. A crise, assim, deixa de ser política antes de ser resolvida. O painel mostra que a despolitização não elimina o poder em jogo, apenas o torna invisível o suficiente para que a ruptura pareça normal.

O terceiro painel (direita) apresenta o vocabulário da Personalização do Estado, dominado por termos que caracterizam a presidenta em termos psicológicos e comportamentais. “Estilo” (24 ocorrências) funciona como um marcador de características pessoais. “Isolamento” (22 ocorrências) sugere uma falta de conexão com a realidade política. “Intransigência” (19 ocorrências) implica uma rigidez que impede a negociação. “Diálogo” (18 ocorrências), quando associado a essa estratégia, funciona como a ausência de capacidade de comunicação. “Personalidade” (16 ocorrências) oferece uma explicação psicológica para a crise política. Burin (2020, p. 11-12) tensiona dizendo que:

No Brasil, impressões sobre a personalidade e o perfil da presidente Dilma Rousseff ocuparam matérias e análises jornalísticas, relatos de figuras próximas à presidência,

depoimentos de elites empresariais em delações que concederam e uma diversidade de análises da política externa que poucas vezes produziu contrafactuais e comparações tão próximas sobre uma troca de liderança presidencial no país. Não à toa, a primeira mulher a assumir o mais alto cargo político do país foi a primeira vitória de uma candidatura sucessora à presidência desde a transição democrática. Sua trajetória política uniu a participação em movimentos de resistência armada contra o regime militar no país (1964-1985) e o comando das pastas de Minas e Energia e Casa Civil do governo anterior, mas nenhum cargo eletivo até então. E sua ascensão à Presidência da República significou ainda receber a faixa presidencial das mãos de quem a teria indicado na candidatura e, principalmente, da liderança mais popular do país desde Getúlio Vargas, em 1930. Assim, a influência que a presidência de Lula da Silva (2003-2010) exerceria no novo governo era um cálculo frequente das análises sobre as continuidades políticas que foram se mantendo, bem como o estilo pessoal que a nova presidente poderia exibir pautava a maior parte dos estudos sobre as mudanças que eventualmente viriam. Afinal, quando uma liderança ascende ao poder e não significa um novo partido político no governo, não sugere a adoção de novas orientações de inserção internacional, nem mudanças tão significativas nos policymakers que a acompanha, alterações percebidas na política externa do período poderiam estar mais proximamente associadas àquela liderança em particular.

Burin (2020) escancara o ponto em que o jornalismo abandona qualquer pretensão analítica e opta pela psicologização do poder. Diante de um governo que não oferecia ruptura programática clara nem exotismo político suficiente, a cobertura desloca o conflito para o corpo da presidenta. Dilma passa a ser tratada como variável instável, como se o Estado oscilasse conforme seu humor ou temperamento. A história, as correlações de força e os interesses em disputa são empurrados para fora do enquadramento, substituídos por uma narrativa confortável; a de que a crise existe porque ela “é assim”.

O vocabulário do terceiro painel opera como instrumento dessa violência simbólica. “Estilo”, “isolamento”, “intransigência” e “personalidade” não explicam nada, apenas encerram a conversa. São palavras que transformam política em psicologia barata e poder em traço comportamental. O Estado deixa de ser arena de conflito e vira extensão da subjetividade de uma mulher que não corresponde ao molde esperado. Quando “diálogo” aparece, não indica negociação frustrada, mas incapacidade pessoal. A personalização, aqui, não é erro de análise, é estratégia de deslegitimação; ao reduzir a crise a um problema de caráter, elimina-se a necessidade de justificar a ruptura no terreno da política.

Em conjunto, o vocabulário mapeado nesta subseção evidencia que a disputa em torno do impeachment não se deu apenas no plano dos fatos, mas, sobretudo, no controle das palavras que tornavam esses fatos inteligíveis. Cada macroestratégia constrói um regime específico de sentido que, somado aos demais, estreita progressivamente o campo da interpretação política. A inevitabilidade antecipa o desfecho, a despolitização neutraliza o conflito e a personalização desloca a responsabilidade para o plano individual. O efeito transcende a dimensão narrativa, revelando-se eminentemente político; ao repetir certos termos e silenciar outros, a cobertura

redefine o que pode ser dito, pensado e questionado. O Gráfico 6 afasta-se do mero registro de preferências lexicais ocasionais, evidenciando a consolidação de uma gramática de poder que transforma escolhas históricas em fatalidade, decisões políticas em técnica e conflitos institucionais em traços de caráter. Nesse processo, a linguagem deixa de mediar a realidade e passa a organizá-la.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao fim desta caminhada não estamos apenas fechando capítulos ou entregando um trabalho acadêmico. Estamos, na verdade, curando uma ferida que ainda não cicatrizou na história do Brasil. O que vimos ao longo desta pesquisa não foi apenas uma cobertura de notícias feita pelo portal g1; foi a construção de um muro de mentiras e de meias verdades que serviu para esconder um golpe contra a democracia. O g1 não foi um espectador, ele foi um dos arquitetos que desenhou o cenário para que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff parecesse algo natural, justo e, acima de tudo, sem outra saída.

A mídia brasileira, representada aqui pelo maior grupo de comunicação do país, usou uma estratégia muito esperta: a de fingir que era neutra enquanto escolhia a dedo o que mostrar e o que esconder. Eles usaram palavras difíceis, gráficos de economia que ninguém entendia direito e uma linguagem técnica para dizer ao povo que o país estava quebrado e que a culpa era de uma única pessoa. Esse “teatro” serviu para anestesiar a população: quando as pessoas pararam de entender a política como uma briga de ideias e passaram a vê-la como um problema técnico que só “especialistas” podiam resolver, a democracia começou a morrer um pouco.

O que esta dissertação evidencia é que o impeachment não aconteceu nos tribunais, mas nas telas dos celulares e das televisões muito antes da votação final. A ideia de que o governo Dilma era “ingovernável” foi repetida tantas vezes, dia após dia, que virou uma verdade absoluta na opinião pública. Não se debatia mais se havia crime ou não; discutia-se apenas quando ela iria sair. Esse fechamento de portas para qualquer outra conversa é o que chamamos aqui de construção da inevitabilidade. Se não há outro caminho, então o que está acontecendo é o único destino possível. Nesse aspecto reside o risco para o futuro: quando a mídia decide o que é possível e o que é proibido pensar.

Não podemos falar desse período sem colocar o dedo na ferida do machismo. A forma como a Dilma foi tratada pela grande imprensa e pelos políticos mostra a face mais feia do Brasil. Como ela foi a primeira mulher a chegar lá, o sistema não aceitou que ela governasse sem pedir licença aos homens que sempre mandaram em tudo. A firmeza dela, que em um homem seria vista como liderança e coragem, nela foi chamada de teimosia, de loucura e de falta de jeito para a política. Transformaram o caráter dela em um defeito para justificar a sua retirada.

A mídia personificou a crise na figura da Dilma. Em vez de explicar que o mundo passava por problemas econômicos ou que o Congresso estava travando o país de propósito, eles preferiram dizer que o problema era o “jeito” dela. Isso é uma violência simbólica terrível.

É uma mensagem que foi enviada para todas as meninas e mulheres brasileiras: podiam até chegar ao poder, mas se não fossem obedientes, vão ser tiradas de lá e ainda vão dizer que a culpa foi da sua personalidade.

Esse ataque pessoal serviu para desviar o foco do que realmente estava acontecendo. Enquanto o povo discutia se a Dilma era “grossa” ou “isolada”, as grandes empresas e os políticos interessados em vender o Brasil estavam organizando o que viria depois. O machismo foi a ferramenta perfeita para deslegitimar uma presidenta eleita sem precisar discutir projetos de país. E o pior é que essa narrativa foi comprada por muita gente, inclusive por mulheres, porque foi martelada dia e noite como se fosse uma análise séria de governo.

Como professora de educação infantil e historiadora, meu olhar sempre volta para a sala de aula. O que tudo isso tem a ver com as crianças pequenas que eu ensino todos os dias? Tem tudo a ver. A consciência social não nasce do nada quando a pessoa faz 18 anos; ela é construída desde o primeiro contato com o mundo. Se não ensinarmos nossas crianças a questionar o que veem, elas serão os próximos alvos fáceis de qualquer portal de notícias ou grupo de WhatsApp que queira manipular a opinião pública.

Precisamos de uma educação que não seja apenas repetir o que está nos livros, mas que ensine a ler o mundo. Alfabetizar uma criança hoje não é apenas ensinar a ler “vovô viu a uva”, mas ensinar a entender quem escreveu aquela frase e por quê. A escola tem que ser o lugar onde a gente aprende a desconfiar das verdades prontas. Se a mídia educa para a obediência e para o consumo de mentiras, a escola tem que educar para a liberdade e para a dúvida. Só a dúvida nos salva de sermos gado de manobra de grandes grupos econômicos.

O futuro da democracia brasileira depende de como vamos tratar a informação nas escolas. Não adianta ter tecnologia de ponta se a cabeça de quem usa continua sendo treinada para aceitar tudo sem reclamar. A “pedagogia da crise” que a mídia usou contra a Dilma só funciona em um povo que não foi ensinado a analisar discursos. Por isso, meu compromisso como educadora é dobrado; preciso contar a história como ela foi, sem os filtros da Globo, e dar as ferramentas para que meus alunos criem suas próprias histórias, com autonomia e dignidade.

Para os pesquisadores que virão depois de mim, deixo um pedido: não se escondam atrás de palavras difíceis que só os seus colegas de faculdade entendem. O Brasil está morrendo de sede de verdade e de clareza. A academia não pode ser uma torre de marfim onde a gente fica discutindo teorias enquanto o país é destruído por notícias falsas e manipulação digital. Saiam para o mundo, falem a língua do povo e usem a ciência para abrir olhos, não para complicar o que já é difícil.

O desafio agora é ainda maior do que o que eu enfrentei nesta pesquisa. Se entre 2014 e 2016 o problema era um grande portal como o g1, hoje o problema está fragmentado em milhões de telas de celular, com algoritmos que decidem o que cada pessoa vai ler. A 'inevitabilidade' agora é criada por robôs e por inteligência artificial que entregam para cada um exatamente a mentira que ele quer acreditar. Como vamos combater isso? Como vamos pesquisar o que não é visto, o que é apagado pelos algoritmos?

Investiguem as redes de ódio, mas também as redes de carinho e resistência que estão surgindo; procurem as vozes que foram caladas; estudem como o machismo se modernizou na internet para continuar atacando mulheres na política e na vida cotidiana; não tenham medo de serem críticos. A neutralidade na ciência, em tempos de injustiça, é uma forma de ficar do lado do opressor. Se a sua pesquisa não serve para ajudar a libertar alguém ou para denunciar uma mentira, então ela é apenas papel acumulado.

Proponho que as próximas gerações de pesquisadores em Educação e Comunicação se unam para criar uma nova forma de ler o Brasil. Uma forma que valorize a nossa história real, que respeite a vontade do povo e que não aceite que o destino do país seja decidido em salas fechadas de grandes empresas de mídia. O que aconteceu com a Dilma foi um aviso. O que faremos com esse aviso daqui para frente é o que vai definir se seremos uma nação soberana ou apenas um quintal para os interesses dos outros.

Por fim, quero dizer que este trabalho é um ato de esperança. Pode parecer estranho falar em esperança depois de analisar tanta manipulação e injustiça, mas é justamente porque conhecemos o veneno que podemos buscar o antídoto. O antídoto é a consciência crítica. É a capacidade de olhar para o g1, para a televisão ou para o YouTube e dizer: “Eu sei o que você está tentando fazer, mas eu não aceito”.

Dedico estas últimas linhas a todos os professores e professoras que, mesmo ganhando pouco e trabalhando muito, não desistem de ensinar a verdade. Vocês são os verdadeiros guardiões da democracia. Que este estudo seja uma ferramenta nas mãos de vocês e ajude a mostrar que a história não é algo que acontece com a gente, mas algo que a gente faz. A Dilma saiu, mas a nossa vontade de lutar por um país justo e sem preconceitos continua mais viva do que nunca.

Que as futuras gerações olhem para este período não com tristeza, mas com o aprendizado de quem sabe que a liberdade custa caro e precisa ser defendida todos os dias. Não aceitem o silêncio. Não aceitem a 'inevitabilidade'. O futuro está em aberto, e ele será do tamanho da nossa coragem de questionar, de pesquisar e de educar para a liberdade. Seguimos em frente, com os olhos abertos e o coração firme na história.

## REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Bruno Marcel. **Bolsonaro X Lula: promessas eleitorais, propostas de governo, planejamento governamental e previdência social**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/afb6c1d6-bffc-4908-867f-8a262cf0a3e1/content>. Acesso em: 9 out. 2025.
- ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. A prisão de Lula e a crença na “justiça verdadeira”: reflexões sobre o lugar do direito na reprodução da sociedade de classes. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1598-1620, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/tTq5WNJXxGkCBGhFwXqxSxh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36553>
- ALMEIDA, Paulo Roberto Andrade de. **A esfera pública política no pensamento de Jürgen Habermas: problemas, limites e perspectivas**. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa Integrado de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13173>. Acesso em: 15 out. 2025.
- AMARAL, Jordana Siteneski do; MACHADO, Deborah da Silva. Mídia, monopólio e democracia: um estudo sobre a monopolização da mídia no Brasil e porque isso pode ser uma ameaça à democracia. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 13, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.14210/rdp.v13n2.p633-665>
- ANDREASSA, Luiz Vendramin; DANTAS, Humberto. A ciência política e a posição, na mídia, de acadêmicos no impeachment de Dilma Rousseff: entre a teoria e as percepções pessoais. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 5-22, jun./set. 2019. [https://doi.org/10.23925/v12n35\\_artigo1](https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo1)
- ARAUJO, Dandara; OLIVEIRA, Cida; SILVA, Tarcízio. “Vem pra rua” ou “fica em casa”? disputas de enquadramento sobre as manifestações brasileiras no Twitter. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 111-124, abr./jun. 2022. Disponível em: [https://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-79132022000200111&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-79132022000200111&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.15446/bitacora.v32n2.99268>.
- BAGGIO, Roberta Camineiro. Democracia e autoritarismo: armadilhas do processo constituinte brasileiro. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 451-476, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/Dn9bfz46qyrYPxx5cjhG7VB/>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.5380/rinc.v9i2.84276>
- BARBOSA, Leon Victor de Queiroz; FERNANDEZ, Michelle Vieira; GOMES NETO, José Mário Wanderley. Independência judicial e governabilidade: uma aproximação à relação judiciário-executivo no Brasil. In: DANTAS, Humberto (org.). **Governabilidade: para entender a política brasileira**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2018.
- BARCELOS, Fábio Campos; GABLER, Louise. Entre caminhos e descaminhos: o Estado brasileiro e a organização do Poder Executivo (1990-1994). **Cadernos MAPA**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 114-123, 2011. Disponível em:

<https://mapa.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/CadernoMAPA3/files/assets/commo n/downloads/page0115.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARON, Letícia; LUZ, Michele Diana da. Redes sociais e mídia tradicional: disputa e articulação na significação do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 366-388, jan./jul. 2018. <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5099>

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/p8N8hP4zP6z9V9K6Y4Z6Q4z/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, B.; WALTZ, I. O impeachment de Dilma no G1 e no Nexo: da vocação à padronização do jornalismo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [s. l.], v. 20, n. 36, 2021. DOI: 10.55738/alaic.v20i36.695. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/695>. Acesso em: 19 out. 2025. <https://doi.org/10.55738/alaic.v20i36.695>

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANCO, Guilherme Castelo. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 20, n. 27, p. 247-269, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/364>. Acesso em: 15 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.7213/rfa.v20i27.364>.

BRASIL. **Secretaria-Geral da Presidência da República**. Centro de Referência de Acervos Presidenciais.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BURIN, Tamiris Cristina Teixeira de Andrade. **Personalizando a Presidência**: Dilma Rousseff e o estudo de personalidades presidenciais na política externa brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CADONÁ, Marco André. Burguesia industrial no Brasil e o impeachment de Dilma Rouseff. **Revista Observatório de La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 5043-571, 2023. Disponível em:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/782/493>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.55905/oelv21n6-098>

CAMPOS, Mariane Motta de; COIMBRA, Mayra Regina; SANTOS, Deborah Luísa Vieira dos. O impeachment de Dilma Rousseff (PT) sob a ótica do jornal Folha de São Paulo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 42., 2019, Belém. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em:

<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0198-1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

CAMPOS, Pedro Henrique. Os efeitos da crise econômica e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. **Mediações**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 127-153, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/mediacoes/a/9tSbcjNj57CqjcFYKjv4GcB/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2019v24n1p127>

CARVALHO, Alba Pinho de.; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos. Modelo de ajuste nos governos. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 44, v. 17, p. 274-291, 2. sem. 2019.

<https://doi.org/10.12957/rep.2019.45245>

CARVALHO, Nelson Rojas de. A reativação e a desativação da direita: considerações sobre desafios da democracia no Brasil. *In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do (org.). Reforma Urbana e Direito à Cidade: questões, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2022, p. 265-288. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/09/Livro\\_Reforma-Urbana-e-Direito-a-Cidade\\_2022\\_resgate.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/09/Livro_Reforma-Urbana-e-Direito-a-Cidade_2022_resgate.pdf). Acesso em: 9 out. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

CELENTE, Marcelo Lima. **A manipulação da opinião pública no Brasil: uma análise da atuação da mídia digital a partir da cobertura da denúncia contra Lula na Operação Lava Jato**. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2024. Orientadora: Jennifer Azambuja de Moraes.

CHICARINO, Tathiana Senne; SEGURADO, Rosemary; RONDEROS, Sebastián. Impeachment! Em nome do povo: uma análise discursiva da revista Veja nos governos Collor e Rouseff. **Eaesp**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: [https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u949/sebastian\\_-\\_impeachment\\_8387-texto\\_do\\_artigo-40440-1-10-20210420\\_1.pdf](https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u949/sebastian_-_impeachment_8387-texto_do_artigo-40440-1-10-20210420_1.pdf). Acesso em: 9 out. 2025.

DALMASO, Silvana Copetti. Fontes da informação jornalística: natureza e implicações. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 25. **Anais [...]**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Salvador/BA, set. 2002.

DANTAS, Fernanda Argolo. “**Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar**”: as narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

DE MENDES, A. M.; MENDONÇA, C. M. C. Uma retrospectiva em 20 imagens: a representação do governo Dilma pelo site G1. **Artigo Intexto**, Porto Alegre, n. 53, e-123046, 2022. <https://doi.org/10.19132/1807-8583202253.123046>

DE SOUZA DA SILVA, J. P.; MEI, D. S. O desmantelamento do direito à educação no pós golpe. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 12, n. 23, p. 289–306, 2018. DOI: 10.22420/rde.v12i23.852. Disponível em: Acesso em: 19 out. 2025. <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.852>

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 249-274, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5654>. Acesso em: 9 out. 2025.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Campinas: UNICAMP, IE, jun. 2017. (Texto para Discussão, n. 303).

FERNANDES, Bianca Monteiro de Castro. O *lawfare* na condução da operação Lava Jato. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://www.cpjm.uerj.br/wp-content/uploads/2020/11/O-Lawfare-na-conducao-da-operacao-Lava-Jato.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

FERNANDES, C. M.; ARTICO, T.; OLIVEIRA, L. A. O impeachment de Dilma Rousseff (PT) no telejornalismo: o uso da narrativa jurídica no Jornal Nacional. **Revista Novos Olhares**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2020.171913>

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Márcia; TRAVERSINI, Clarice. A análise foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 427-446, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/yK8pMhJb6hQpS89CjRHj9C/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/S2175-62362013000200005>

FONSECA, Luciana Goulart da Rocha. **A mídia brasileira e a crise contemporânea**: uma análise a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. p.117-126. (Coleção Cult).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido\***. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Carlos Nelson Coutinho, organizador. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

GRUPO GLOBO. **Princípios Editoriais do Grupo Globo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2021. Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/arquivos/code-of-ethics-and-conduct-pt-BR.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

GUIMARÃES, Luís Gustavo Faria. **Impeachment**: aspectos jurídicos, políticos e institucionais. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

GUIMARÃES, Luís Gustavo Faria. **Impeachment**: aspectos jurídicos, políticos e institucionais. 2022. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HIRSCHL, Ran. O novo constitucionalismo e a judicialização da política pura no mundo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 251, p. 139-178, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/7533>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.12660/rda.v251.2009.7533>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3792/1/Livro\\_Brasil\\_em\\_desenvolvimento\\_2010\\_v\\_2.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3792/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimento_2010_v_2.pdf). Acesso em: 9 out. 2025.

JESUS, Gilvan Santana de. **Impeachment da presidente Dilma Rousseff**: a legitimação do processo pelo dispositivo midiático. 2017. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 105, p. 255-286, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ln/a/KrKf7JbpM3LW4rDhnS7Jxmb/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/0102-255286/105>

LIMA, Venício. Duas questões de comunicação pública. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 107-120, 2008. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/24>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.18568/cmc.v2i3.24>

LIMA, Venício. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 48-57, mar./maio 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13317>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i61p48-57>

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUIZ, Maria Cecília; SILVA, Flávio Caetano da; BENGTON, Clarissa Galvão. Análise do discurso nas pesquisas em educação: perspectivas foucaultianas. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 425-437, maio/ago. 2019. <https://doi.org/10.14244/198271993354>

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/q8zsjyJYW3Jf3DBFSzZJPBg/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>

MACHADO, Patrícia da Costa. Transições pactuadas e transições por ruptura: a manutenção do legado autoritário no Brasil e sua influência no processo de justiça transicional. **Aedos**, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 38-55, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/42203/28048>. Acesso em: 9 out. 2025.

MANAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 51, p. 87-117, jul./dez. 2014.

MEGALI NETO, Almir. **O impeachment de Dilma Rousseff perante o Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021.

MELO, Arthur Alves Almeida Soares de *et al.* Transição Política, Golpe Jurídico ou Midiático Parlamentar? Algumas considerações acerca do impeachment de Dilma Rousseff. **Finom**, [s.l.], ano 14, v. 23, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOREIRA, Marcelo Sevyabricker; VERONEZ, Élber Antonielle Donizete. Entre o direito e a política: uma análise do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, v. 25, n. 41, p. 97-115, 2021. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/3376>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.22171/rej.v25i41.3376>

NETO, Luiz Bezerra; SANTOS, Flávio Reis. Agosto de 2016: a verdadeira face do golpe de Estado no Brasil. *In*: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (orgs.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. v. 1.

NETTO, José Veríssimo Romão. Cultura como medo e como esperança: políticas culturais no Brasil de Bolsonaro e no Brasil de Lula. **Opinião Pública**, Campinas, v. 31, p. 1-32, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/jBTQGKkhwJbvNgNqqWKpstc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202531103>

NETTO, Vladimir. **Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. **Mídia e política na imagem do Congresso**. Recurso eletrônico. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 340 p. (Série temas de interesse do Legislativo; n. 26).

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. **Pauta Geral**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 83-96, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9369/5375>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGeral.v.3.i2.0005>

OLSEN, Ana Carolina Lopes. O impeachment na América Latina: entre o abuso parlamentar e o controle de Executivo. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, v. 24, n. 96, p. 129-145, 2024. Disponível em: <https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1907>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.21056/aec.v24i96.1907>

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PARZIANELLO, Geder Luis. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 12, n. 36, p. 49-64, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/46439>. Acesso em: 9 out. 2025. [https://doi.org/10.23925/v12n36\\_dossie3](https://doi.org/10.23925/v12n36_dossie3)

PAULA, Luiz Fernando de; MOURA, Rafael. Consequências econômicas da Operação Lava-Jato. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 ago. 2019. Opinião. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/consequencias-economicas-da-operacao-lava-jato-valor-economico.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. *In*: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2015. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1674-1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2026.

PICOLO, Cleide Rodrigues; ESCUDERO, Camila. As manifestações públicas articuladas por grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff nas mídias sociais digitais. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 8, n. 15, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/18609/pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

PIMENTEL, Fabiano. **Processo Penal 2024**. 4. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2024.

PIMENTEL, Pablo. “**Não vai mesmo ter golpe**”: Um estudo sobre os editoriais de O Globo nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

PINTO, Julio Roberto de Souza; MESSEMBERG, Debora; BARROS, Flávia Lessa de (org.). **Desafios da consolidação democrática na América Latina**. Brasília: Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/37480>. Acesso em: 9 out. 2025.

PIRES, Thiago Vieira. Ditadura militar brasileira e produção ideológica: notas sobre o projeto nacionalista do regime. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 14, p. 115-132, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1057>. Acesso em: 9 out. 2025.

QUADROS, Ana Resende; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; LEAL, Paulo Roberto Figueira. A transformação do acontecimento em desacontecimento: como Eliane Brum tratou as eleições de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. *In*: OLIVEIRA, Luiz Ademir de; LEAL, Paulo Roberto Figueira; SANTOS, Deborah Luísa Vieira dos (orgs.). **Mediatização e poder no Brasil contemporâneo**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 13-33.

RAMOS, Ramos Hilario; MAZALO, João Viriato. Metodologias de Investigação Científica: passos para elaboração de artigos científicos. **Revista Nova Paideia**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 137-155, 2024. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/398>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.36732/riep.v6i2.398>

RIZZOTTO, Carla; PRUDÊNCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael. TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **C&S – Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n3p111-130>

RODAS, Sérgio. “Lava jato” reforçou caráter inquisitorial do processo penal, diz antropólogo. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 7 ago. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-07/lava-jato-reforcou-carater-inquisitorial-processo-penal>. Acesso em: 9 out. 2025.

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 2, p. 37–58, .2018. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i0.1108>

ROTTA, Arthur Augusto; PERES, Paulo. Impeachment: história e evolução institucional. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/bcXqd4gnhkGfbqrRx5xqSyG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202115>

SALGADO, Susana. Campanhas eleitorais e cobertura mediática: abordagens teóricas e contributos para a compreensão das interações entre política e mídia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 229-253, set./dez. 2012 <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000300009>.

SIERRA, Vânia Morales; FREIRE, Silene de Moraes. A moderna construção da vigilância e do controle social no Brasil. **Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 168-176, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75233>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75233>

SILVA, Érica Anita Baptista. **Corrupção e opinião pública: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Fabio de Sa e. Consciência jurídica relacional e anticorrupção: Lava Jato, interações em redes sociais e a coprodução da detração do direito no Brasil (2017-2019). **Law & Society Review**, Massachusetts, v. 56, n. 3, p. 344-368, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/law-and-society-review/article/consciencia-juridica-relacional-e-anticorruptcao-lava-jato-interacoes-em-redes-sociais-e-a-coproducao-da-detracao-do-direito-no-brasil-20172019/3546B378CA5021DB6478F2E735EC3851>. Acesso em: 9 out. 2025. <https://doi.org/10.1111/lasr.12620>

SOARES, Cristina; RODRIGUES, Rafael. **A influência da Rede Globo na identidade cultural brasileira**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2019, São Luís. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0849-2.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2026.

SOUZA, Jessé (org.). **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 105-116. (Coleção Cult).

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. Organização Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun. **“Mídia brasileira usou seu poder para legitimar golpe de direita”, afirma referência mundial da análise do discurso**. [Entrevista concedida a] Luana Macieira. Belo Horizonte, 26 set. 2016. Disponível em:

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/midia-brasileira-usou-seu-poder-para-legitimar-golpe-de-direita-afirma-referencia-mundial-da-analise-do-discurso>. Acesso em: 9 out. 2025.

VIANNA, Luiz Werneck. O futuro dura muito tempo para chegar. **Observatório de Análise Política em Saúde**, São Paulo, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://analisepoliticaemsaude.org/debate/o-futuro-dura-muito-tempo-para-chegar/>. Acesso em: 9 out. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.